



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 76, QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - (cargo vago)
- 4º - (cargo vago)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 49^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE MAIO DE 2023

1.1 – ABERTURA	12
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Destaque para a importância do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e para a conscientização da prevenção e combate à violência sexual contra esses. Registro da audiência pública realizada pela CDH para debater a violação de direitos da população LGBTQIA+.	12
Senador Plínio Valério – Críticas ao modelo atual do Fundo da Amazônia e à concentração de recursos do fundo destinados a ONGs. Leitura de trecho do livro Imperialismo, Ambientalismo e ONGs na Amazônia, escrito por Nazira Camely.	14
Senador Rogerio Marinho – Comemoração pela redução da disparidade entre ricos e pobres na série histórica iniciada em 2012 pelo IBGE. Censura ao Governo Lula por supostos ataques aos marcos legais estabelecidos, incluindo a reforma trabalhista. Solidariedade ao Deputado Federal Deltan Dallagnol, que teve o registro de candidatura derrubado e o mandato parlamentar cassado pelo TSE.	16
Senadora Damares Alves – Manifestação de apoio à ex-primeira dama Michelle Bolsonaro por matérias publicadas em veículos de comunicação sobre o suposto uso de um cartão de crédito e o recebimento de depósitos em conta para despesas pessoais. Pedido de urgência para votação do Projeto de Lei nº 2801/2022, que aumenta a pena dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes e os inclui no rol de crimes hediondos, e destaque para o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, comemorado no dia 18 de maio.	19
Senador Jorge Kajuru – Elogio ao Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, por sua entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura. Anúncio de encaminhamento feito ao Ministério da Saúde relativo à regulamentação da Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, estabelecida pela Lei nº 13895/2019. Comentários sobre investimentos do Governo Federal no aeroporto de cargas de Anápolis (GO).	21
Senador Hamilton Mourão – Lamento pela derrubada do registro de candidatura pelo TSE e cassação do mandato parlamentar do Deputado Federal Deltan Dallagnol e expectativa de manifestação do Poder Legislativo sobre o caso.	23



Senador Confúcio Moura – Destaque para a importância do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde.	25
Senador Veneziano Vital do Rêgo – Aplauso à nova política de preços de combustíveis adotada pela Petrobras. Considerações acerca dos desafios do setor de turismo enfrentados pelo presidente da Embratur, Marcelo Freixo, ex-Deputado Federal.	27
Senador Eduardo Girão – Insatisfação com a cassação do mandato do Deputado Federal Deltan Dallagnol em decorrência de decisão unânime do TSE.	31
Senador Esperidião Amin – Preocupação com a suposta escalada de intimidação em curso no Brasil. Celebração dos 190 anos da cidade de Biguaçu (SC). Anúncio da presença no Senado Federal da Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacando o plano de trabalho por ela apresentado. Registro do desenvolvimento de uma vacina destinada a combater a tuberculose e a Covid-19 por institutos e universidades nacionais e estrangeiras.	33
Senador Jorge Seif – Solidariedade ao humorista Leo Lins em razão de decisão judicial que supostamente o impediu de fazer shows e ao Deputado Deltan Dallagnol em virtude de cassação de seu mandato parlamentar por decisão unânime do TSE.	34
Senador Chico Rodrigues – Comentários sobre o resultado do Estudo Internacional sobre Progresso em Alfabetização e Leitura, do qual depreende-se que apenas 13% dos estudantes do Brasil têm nível de aprendizado adequado. Destaque para países que alcançaram melhores resultados no estudo como Singapura, Hong Kong, Rússia, Finlândia, dentre outros.	36
Senador Jayme Campos – Preocupação com o endividamento recente das famílias brasileiras constatado em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e cobrança ao Governo Federal de medidas que mitiguem esse problema social.	39
Senador Oriovisto Guimarães – Receio de que a eventual aprovação pelo Congresso Nacional da PEC nº 45/2019, que trata da reforma tributária, possa penalizar a população mais pobre do País, ao invés daquilo que é pretendido pelo Governo Federal.	40

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei nº 947/2022, do Deputado Sergio Souza, que *altera a Lei nº 9.249, de 1995, para estabelecer a interpretação a ser dada quanto aos limites de dedutibilidade do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às despesas com royalties no processo de multiplicação de sementes. Aprovado, após Requerimento nº 34/2023-CAE.* À sanção.

42

1.3.2 – Item 2

Projeto de Resolução nº 58/2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Aprovado, após Requerimento nº 33/2023-CAE.*

43

Redação final do Projeto de Resolução nº 58/2023 (**Parecer nº 66/2023-CDIR/PLEN-SF**). Aprovada. À promulgação.

44

1.3.3 – Item extrapauta

Mensagem nº 5/2023 (nº 90/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

44



1.3.4 – Oradores

Senadora Margareth Buzetti – Alerta para a revenda irregular de pneus por empresas transportadoras – que possuem benefícios fiscais para adquiri-los para uso em suas frotas, contanto que não os revendam a terceiros – em prejuízo à concorrência leal e ao meio ambiente.

45

1.3.5 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 5/2023 (nº 90/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia. **Aprovada** (votação nominal).

48

1.3.6 – Item 3

Mensagem nº 6/2023 (nº 91/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco. **Aprovada** (votação nominal). ..

48

1.3.7 – Item extrapauta

Mensagem nº 23/2023 (nº 175/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ERICK MOURA DE MEDEIROS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Aprovada** (votação nominal).

50

1.3.8 – Item extrapauta

Mensagem nº 9/2023 (nº 94/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América. **Aprovada** (votação nominal).

52

1.3.9 – Item extrapauta

Mensagem nº 7/2023 (nº 92/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas. **Aprovada** (votação nominal).

56

1.3.10 – Item extrapauta

Mensagem nº 1/2023 (nº 84/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ FERNANDO CORRÊA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. **Aprovada** (votação nominal).

57

1.3.11 – Item extrapauta

Mensagem nº 8/2023 (nº 93/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina. **Aprovada** (votação nominal).

61



1.3.12 – Item extrapauta

Mensagem nº 10/2023 (nº 95/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. **Aprovada** (votação nominal).

64

1.3.13 – Item extrapauta

Mensagem nº 12/2023 (nº 112/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

66

1.3.14 – Oradores (continuação)

Senador Zequinha Marinho – Alerta acerca da necessidade de garantir a disponibilidade dos recursos do Plano Safra durante toda a safra, além da correta compatibilidade destes com a projeção realizada.

68

1.3.15 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 12/2023 (nº 112/2023, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão. **Aprovada** (votação nominal).

69

1.3.16 – Item extrapauta

Requerimento nº 432/2023, de Líderes, de realização de sessão de debates temáticos para debater o tema “Os fertilizantes no Brasil”. **Aprovado**.

69

1.3.17 – Item extrapauta

Requerimento nº 325/2023, do Senador Rogério Carvalho e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 1º de junho de 2023, destinada a homenagear a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape). **Aprovado**.

70

1.3.18 – Item extrapauta

Requerimento nº 479/2023, do Senador Rodrigo Pacheco, de criação de Comissão destinada a examinar e consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional. **Aprovado**.

70

1.3.19 – Item extrapauta

Requerimento nº 236/2023-CDIR, do Senador Nelsinho Trad, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da LXXXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. **Aprovado**.

70

1.3.20 – Item extrapauta

Requerimento nº 138/2023, da Senadora Professora Dorinha Seabra e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 2 de outubro de 2023, destinada a comemorar os 35 anos de criação do Estado do Tocantins. **Aprovado** 70

1.3.21 – Oradores (continuação)

Senador Sergio Moro – Manifestação de solidariedade ao Deputado Deltan Dallagnol que teve seu mandato cassado por decisão unânime do TSE. 70

1.3.22 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa extraordinária para 18 de maio de 2023, às 11 horas. 71

1.4 – ENCERRAMENTO 72

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO 73

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 49^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Documento encaminhado à publicação

Senador Veneziano Vital do Rêgo - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 76

2.1.2 – Requerimentos

Nº 236/2023-CDIR, do Senador Nelsinho Trad, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da LXXXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. 79

Nº 432/2023, de Líderes, de realização de sessão de debates temáticos para debater o tema “Os fertilizantes no Brasil”. 89

Nº 479/2023, do Senador Rodrigo Pacheco, de criação de comissão temporária destinada a examinar e consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional. 92

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei nº 947/2022

Requerimento nº 34/2023-CAE 97

2.2.2 – Projeto de Resolução nº 58/2023

Redação final (Parecer nº 66/2023-CDIR/PLEN-SF) 100

Requerimento nº 33/2023-CAE 104

2.2.3 – Mensagem nº 5/2023



Lista de votação	107
2.2.4 – Mensagem nº 6/2023	
Lista de votação	110
2.2.5 – Mensagem nº 23/2023	
Lista de votação	113
2.2.6 – Mensagem nº 9/2023	
Lista de votação	116
2.2.7 – Mensagem nº 7/2023	
Lista de votação	119
2.2.8 – Mensagem nº 1/2023	
Lista de votação	122
2.2.9 – Mensagem nº 8/2023	
Lista de votação	125
2.2.10 – Mensagem nº 10/2023	
Lista de votação	128
2.2.11 – Mensagem nº 12/2023	
Lista de votação	131
3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS	
3.1 – EXPEDIENTE	
3.1.1 – Abertura de prazo	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 2468, 2502, 2522, 2528, 2538, 2555 e 2556/2023.	134
3.1.2 – Comunicação	
Da Liderança da Bancada Feminina, de indicação das Senadoras Margareth Buzetti e Jussara Lima como 1 ^a e 2 ^a Vice-Líderes, respectivamente (Ofício nº 41/2023).	137
3.1.3 – Encaminhamento de expediente	
Encaminhamento do Ofício nº 367/2023, da Casa da Moeda do Brasil, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	139
3.1.4 – Encaminhamento de matérias	



Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023; dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 148 e 150/2023; e do Projeto de Resolução nº 57/2023 às comissões competentes. 141

3.1.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 210/2023, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 5638/2019 (nº 947/2015, na Câmara dos Deputados), sancionado e transformado na Lei nº 14579/2023. 143

3.1.6 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 116/2023, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 400/2019, sancionado e convertido na Lei nº 14328/2022. 146

3.1.7 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 10/2023-CAS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130/2018 149

Nº 11/2023-CAS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130/2018 157

Nº 2/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 4438/2020 164

Nº 3/2023-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 1818/2022 171

Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 1818/2022. 180

3.1.8 – Projetos de Lei

Nº 2645/2023, do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco. 182

Nº 2646/2023, do Senador Romário, que acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência. 187

Nº 2647/2023, do Senador Romário, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir expressamente as pessoas com Síndrome de Down como beneficiárias da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o seu art. 1º. 191

Nº 2648/2023, do Senador Romário, que dispõe sobre a formação de cadastro da pessoa com deficiência junto às organizadoras de concurso público, de forma a se dispensar a reiterada comprovação da deficiência permanente. 196

Nº 2649/2023, do Senador Alessandro Vieira, que dispõe sobre o direito do uso do nome social na rede de serviços de saúde pública e privada. 200

Nº 2650/2023, do Senador Alessandro Vieira, que altera a Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, para permitir o registro de dupla maternidade ou paternidades, além de produzir dados sobre o nascimento de crianças intersexos. 203



3.1.9 – Projeto de Lei Complementar

Nº 115/2023, do Senador Jorge Seif, que *regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal* 209

3.1.10 – Requerimentos

Nº 481/2023, do Senador Marcio Bittar e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 98/2023. 215

Nº 483/2023, do Senador Jorge Kajuru, de tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 4 e 27/2023. 218

Nº 484/2023, do Senador Jorge Kajuru, de retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 43/2022. 220

Nº 485/2023, do Senador Fabiano Contarato, de retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2022. 222

Nº 486/2023, do Senador Magno Malta, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Gladys Henriques Pinheiro. 224

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 228

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 231

6 – LIDERANÇAS 232

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 234

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 238

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 239

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 264



Ata da 49^a Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 17 de maio de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura e Jorge Kajuru.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 19 horas e 1 minuto.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, os nossos cumprimentos, boa tarde a todos. Nós estamos iniciando, nesta quarta, a sessão deliberativa. Portanto, com número regimental, nós declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa, na Presidência, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Esta presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação de autoridades já sabatinadas pelas Comissões e às seguintes matérias que também já foram disponibilizadas, para o conhecimento das Sras. e dos Srs. Senadores, em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

O primeiro deles é o Projeto de Lei nº 947, de 2022, de S. Exa. o Deputado Sergio Souza.

O segundo é o Projeto de Resolução nº 58, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós vamos – e assim o fazemos – passar aos oradores inscritos, que terão prazo de dez minutos para uso da palavra.

Como primeiro inscrito, em nossa lista, convido o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Veneziano, tenho 73 anos! Eu dizia a ele...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Só acredito porque o senhor está dizendo. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu não canso de repetir que é uma satisfação falar sob a Presidência de V. Exa., que representa muito bem, na Mesa, o Presidente Rodrigo Pacheco, e é o Primeiro-Vice desta Casa, o Primeiro-Vice-Presidente do Senado da República do Brasil! Eu valorizo muito o espaço que V. Exa. ocupa, legitimamente, e a forma como trata aqui os 81 Senadores. É ou não é, Plínio e Kajuru? Com certeza, não é? Com certeza!

Presidente, Senadores e Senadoras, amanhã são 18 de maio, e eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não estarei aqui, pois estarei num debate no Rio Grande do Sul sobre os 80 anos da CLT, o Estatuto do Trabalho, e é importante esse debate no mês de maio. Mas, amanhã, repito, 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A data foi escolhida em memória ao Caso Araceli, que aconteceu em 1983, em Vitória, no Espírito Santo.

Araceli Cabrera Sánchez Crespo era uma menina de oito anos. Ela foi sequestrada, estuprada e morta por um grupo de jovens – eu diria que por um grupo de monstros adolescentes. Um crime dos mais hediondos da história brasileira. Apesar da brutalidade do crime, ninguém foi preso até hoje. Isto é um absurdo! A partir desse crime, várias entidades começaram a se mobilizar no Brasil com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de prevenir e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2000, foi aprovada a Lei nº 9.970, que criou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Podem dizer que eu estou repetindo muito isso, mas, sim, vou repetir quantas vezes forem necessárias para ajudar a aumentar o nível de consciência da nossa população para que ela denuncie, não fique em silêncio, que diga “não”, porque o lugar desses homens, que eu não chamaria de homens, mas de verdadeiros animais, é na cadeia.

A partir daí, ações são realizadas em todo o país para marcar a data e chamar a atenção para essa questão.



O objetivo é incentivar a denúncia de casos de abuso e exploração sexual e, repito, aumentar o nível de consciência da população sobre a importância de proteger as crianças e adolescentes, garantindo-lhes uma infância segura e saudável.

O art. 227 da Constituição Cidadã, liderada por Ulysses Guimarães, e eu estava lá, diz o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Temos também O Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu era Deputado à época e me lembro aqui de que fomos liderados pela Deputada Rita Camata, esposa do Senador Camata, que já faleceu, foi assassinado no seu estado.

O Código Penal também discorre sobre esse tema. Mas esse processo de consciência é longo, precisa de maior engajamento de todos: governo, sociedade, setores da área pública e da área privada, compromisso individual, enfim, de todos. Cada vez mais são necessárias políticas públicas humanitárias, de direitos humanos.

Conforme pesquisa do Instituto Liberta, o Brasil ocupa o segundo lugar em exploração sexual no mundo, exploração sexual de crianças e adolescentes, estando apenas atrás da Tailândia. Por ano, são 500 mil vítimas – aqui, aqui!

Pela pesquisa, a cada 24 horas, 320 crianças e adolescentes são explorados de alguma forma; 320 crianças e adolescentes são explorados, posso dizer aqui sem medo de errar, sexualmente no Brasil a cada 24 horas.

Mas esse número pode ser ainda maior, já que apenas sete em cada cem casos são denunciados. Setenta e cinco por cento das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras. Elas são vítimas de espancamentos, estupros, estão sujeitas ao vício em álcool e drogas – são induzidas, forçadas –, e infecções sexualmente transmissíveis, infelizmente, também as vitimam.

Presidente, quero ainda registrar o que está acontecendo na Terra Indígena Guarita, Setor Irapuá/Redentora: a Segunda Mobilização de Mulheres Indígenas Caingangues, com a chamada “Meu Corpo, Meu Território”.

O debate se dá em alguns eixos, que elas fazem, e muito bem, como denúncia, como mobilização: violência contra a mulher indígena, crianças e idosos; saúde, segurança alimentar e nutricional, entre outros. É fundamental essa mobilização que busca a promoção do bem viver, da vida, dos direitos humanos. Esse evento também é alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Presidente, para finalizar: hoje é também o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa realizou ontem uma grande audiência pública sobre a violação de direitos LGBTQIA+. É triste a gente dizer que o Brasil é o segundo país do mundo que mais explora sexualmente crianças e adolescentes e também é o país do mundo que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIA+; sim, o Brasil é o país que mais mata pessoas dessa comunidade no mundo, considerando os últimos 14 anos.

Precisamos, sim, debater. Ontem todos foram convidados e participaram lá juízes, procuradores, Ministério Público do Trabalho, direitos humanos, e todos, todos infelizmente, confirmaram os dados que eu passei aqui. Precisamos fazer mais debates, fazer o enfrentamento ao preconceito e a todo tipo de discriminação.



Senador Veneziano Vital do Rêgo, aqui eu encerro, e talvez V. Exa. poderá dizer, pela primeira vez, com um minuto antes do tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque normalmente eu passo três, quatro, cinco e ele, de forma muito tolerante, diz: “Pode concluir, Senador”.

Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Paulo Paim, mas eu renovo, como qualquer um de nós renovaria, a gratíssima honra de poder tê-lo, como a todos na tribuna, porque V. Exa., ao longo da sua presença de quase três décadas nesta Casa, sempre traz abordagens muito conscientes, muito sensíveis, importantes como as que alude no dia de hoje, em menções ao 18 de maio, data nacional do combate ao abuso sexual às crianças e adolescentes, como também o dia de combate à homofobia. E a essas duas referências, lembranças precisas, pertinentes, necessárias, porque devem ser cotidianas, as referências de uma data são importantes, mas esse é um combate sistemático que temos que ter desde casa, na consciência que nós temos que formar junto aos nossos, até o dia a dia das relações interpessoais. Então, os nossos aplausos mais sinceros sempre que V. Exa. sobe à tribuna para trazer menções a temas tão sensíveis e importantes.

Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Agradeço, Presidente Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eu convido o Senador Plínio Valério, que terá, regimentalmente, dez minutos para sua exposição.

Senador Plínio Valério, por gentileza.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente Veneziano, meu amigo Veneziano Vital do Rêgo, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu tenho sempre criticado o Fundo Amazônia, mas não só criticado, reconhecendo um valor que precisa de ajustes, porque eu reconheço que o Fundo Amazônia pode se tornar um instrumento significativo para preservação da nossa floresta – pode ser, sim. É o maior fundo, eu acho, nesse conceito, aqui, no país, mas, para que isso aconteça, o fundo precisa passar por uma grande revisão. Hoje se fala muito em aumentar seu volume de recursos, inclusive com dinheiro dos Estados Unidos e do Reino Unido, no que eu não acredito – sempre são promessas que não passam de promessas vãs –, mas não da forma como vem funcionando o fundo até agora.

De acordo com o BNDES, que é o gestor do fundo, ao longo de todos esses anos, as pessoas diretamente beneficiadas por atividades apoiadas de produção sustentável na Amazônia somam 266 mil, num universo de 25 milhões de pessoas. Delas, 59 mil são indígenas, dados como diretamente beneficiados. O Brasil tem 1 milhão de indígenas.

A população da Amazônia legal hoje supera... tem divergência, mas nunca é menos do que 24 milhões de habitantes. Constatata-se que os projetos, embora custosos, atingem muito pouca gente. Tomo como exemplo um projeto apresentado como de “fortalecimento da gestão territorial e ambiental de terras indígenas”, fecham-se aspas, que recebeu quase R\$16 milhões, e o seu público-alvo se limitava a 8,8 mil pessoas.

Uma conta simples mostra como a forma de aplicação desses recursos é desconcertante. Caso os R\$5,2 bilhões que o fundo já arrecadou fossem distribuídos de forma equitativa, divididos entre esses 266 mil beneficiários, cada um teria consumido, gasto R\$18 mil, quase R\$19 mil.

Se fosse só para os indígenas, e aqui é um cálculo só para mostrar o absurdo dos números. Se fosse



só para os indígenas, seriam por cada um R\$87.746. Por instituições, já que eles atingiram, com esses R\$5 bilhões, 346 instituições, seriam R\$13 milhões por cada instituição.

Para cada uma das 195 unidades que o BNDES diz que o Fundo da Amazônia atingiu com esses R\$5 bilhões, seriam aí R\$25,7 milhões por cada uma. Só que esse dinheiro jamais chegou na ponta, jamais chegou no público que deveria ser o público-alvo.

Tudo isso, constatamos, é apenas ficção. A maior fatia do valor foi destinada ao terceiro setor. Vê logo, meu amigo, onde é que foi isso. Meu amigo Veneziano, quem é que recebeu a maior fatia? Organizações não governamentais.

As ONGs sempre pelos dados oficiais... E a *Folha* mostrou no *UOL*, os dados oficiais são do BNDES. Nada do que eu diga aqui é invenção, é um Senador que está inventando; esses números são oficiais, dados pelo gestor. Sempre pelos dados oficiais, a segunda maior são os projetos desenvolvidos pelos estados e a terceira é com a União.

Só que tantos projetos atribuídos a estados contra a União são tocados por quem? Por ONGs. Cito aqui um caso que comprova a concentração de recursos.

Uma ONG brasileira recebeu R\$31,6 milhões para apenas dois projetos em unidades de conservação. São dezenas de exemplos semelhantes. Fica muito claro também que o controle desses recursos deixa muito a desejar. Por isso que eu digo que o Fundo da Amazônia pode ser bom, e a gente vai, nessa CPI, tentar mostrar o que seria bom, como seria bom o Fundo da Amazônia proceder.

O próprio BNDES termina por admitir que, em grande parte, o controle do desembolso e da efetiva aplicação de verbas se dá por autodeclaração das entidades que as receberam e as aplicaram. Ou seja, eu peguei R\$13 milhões e digo lá como é que eu apliquei, dou lá minha palavra, e, para o BNDES e para o Fundo da Amazônia, basta.

Mas sabe por que basta? Porque esse dinheiro já foi para quem eles determinaram. Imaginem uma mão e uma luva no número exato da mão. É exatamente o que o Fundo da Amazônia faz com as ONGs.

O Tribunal de Contas da União já apurou irregularidades no uso de recursos do Fundo da Amazônia distribuídos pelo BNDES a organizações não governamentais. Nessa investigação do Tribunal de Contas da União, e não do Senador Plínio Valério, está, por exemplo, contrato que rendeu R\$19 milhões a uma ONG dedicada a trabalho indigenista.

Auditória do Ministério do Meio Ambiente revela que não foi possível encontrar os beneficiários de tanto dinheiro. Ou seja, claro que o dinheiro não chegou. O Ministério do Meio Ambiente diz isso.

Em tese, o Fundo da Amazônia constituiria um mecanismo para acatar recursos a serem utilizados para a preservação da floresta. Essa captação de recursos, porém, se limita, até hoje, a doações da Noruega, da Alemanha e parte da Petrobras, a que se somariam as promessas, vãs promessas, aparentemente ainda longínquas, de Reino Unido e Estados Unidos. Seus defensores queixam-se de que o fundo costuma ser associado, de forma enganosa, à suposta “venda da Amazônia”, ou seja, alvo de desinformação. É o que a *Folha* diz no *UOL*, que o Fundo Amazônia é muito alvo de desinformação, o que a gente combate tanto aqui. As informações que eu tenho são de campo, são colhidas lá, por conhecer.

A verdade é que só se combate efetivamente o desmatamento, o que é o objetivo formal do Fundo Amazônia, quando se garantem alternativas ao habitante da região que se pretende preservar. Como costumam dizer os antropólogos, as populações moradoras das áreas que se pretende preservar compreendem perfeitamente bem esse objetivo. Compreendem as consequências de se derrubar a floresta. Mas que ninguém se engane, se a escolha ficar entre alimentar sua família, de um lado, ou salvar a floresta para o futuro, não haverá escolha possível, ou a escolha fica sempre bem clara.

A verdade é que o Fundo Amazônia até hoje não contribuiu para reduzir a desigualdade; 5,2 bilhões atingiram 266 mil pessoas, mas pode ser melhor e pode melhorar.



A gente vai tentar, na CPI das ONGs, mostrar que é preciso transparência.

O Amazonas, para dar um exemplo de como o Fundo Amazônia é para o Amazonas, o meu estado, que preserva 97% da sua cobertura vegetal, teve só dois projetos aprovados, no valor aí que não dá 30 milhões, enquanto que uma organização, a Fundação Amazônia Sustentável, recebeu R\$54 milhões.

E sabe o que essa fundação faz, Presidente Veneziano? Uma delas tem a missão de distribuir Bolsa Floresta. Sabe quanto, Marinho, cada família recebe do Bolsa Floresta? Cinquenta reais. Eu acho que nem como esmola pode ser classificado. Cinquenta reais é o nosso Bolsa Floresta.

E assim, o Fundo Amazônia, a gente tem que combater, apontar soluções, exigir, sim, claridade. É por isso que nós precisamos reorientar o Fundo Amazônia. E não só ele, mas todas as iniciativas que buscam salvar o nosso meio ambiente. E é claro, impedir que os trombeteiros do apocalipse ambiental continuem trombetando. Por isso que a gente usa aqui esta tribuna, Presidente, para contrapor aos trombeteiros internacionais que pregam o apocalipse ambiental.

Permitam-me, neste minuto que resta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... ler aqui só parte de uma página do livro *Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia*, escrito por uma acriana. Uma acriana, de Xapuri, Nazira Camely. Acho que ela é de Cruzeiro do Sul:

Fala-se tanto da Resex Chico Mendes [olha o que ela diz, e ela pesquisou a reserva, dentro, lá, é de uma acriana, professora, que pesquisou a reserva]. Depois de 20 anos de sua criação e de ter sido alardeada como solução de todos os problemas dos camponeses e extrativistas, a situação daqueles que vivem da Resex Chico Mendes é de graves dificuldades. A maioria, vivendo em condição de miséria, segue enfrentando os mesmos problemas do período anterior. E principalmente o problema da terra não está resolvido.

A acriana que pesquisou *in loco* a Reserva Chico Mendes, que tanto se apregoa por aí como exemplo de consciência ambiental. Nós não precisamos. Nós abdicamos, nós recusamos esse tipo de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... consciência ambiental. Que os trombeteiros parem de trombetar. Enquanto isso, restam-me quatro anos de Senado, Kajuru, eu vou continuar trombetando contra os trombeteiros do apocalipse ambiental.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Agradecido, Senador Plínio Valério.

Na ordem de inscritos, nossa lista identifica – e o convido – o Senador Rogério Marinho para fazer uso dos microfones postos à tribuna, do lado direito da Presidência.

Senador Rogério Marinho, V. Exa. disporá de dez minutos, regimentalmente previstos para os oradores.

Boa tarde.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz hoje à tribuna desta Casa é uma notícia alvissareira, uma boa notícia.

Nós tivemos, na semana passada, no final da semana passada, uma notícia que ganhou as manchetes dos principais jornais, que é a questão da diminuição da desigualdade entre brasileiros na série histórica que começa em 2012. Foi um anúncio feito pelo próprio IBGE. É o Índice de Gini, que mede a desigualdade



entre aqueles que mais ganham e aqueles que menos ganham no país.

Isso para nós é importante porque aconteceu ao final de um ciclo – tento estabelecer de forma cronológica, que durou em torno de seis anos – em que políticas públicas foram implementadas no sentido de resgatar a normalidade econômica, social e estrutural do Brasil. Reformas importantes foram feitas, mudanças que permitiram a melhoria do ambiente de negócios no país, a segurança jurídica, a previsibilidade, a mudança de marcos regulatórios, situações que permitiram que se gerasse emprego e que se catapultasse, que se desse dinamismo ao nosso mercado de trabalho.

Quase 5 milhões de postos de trabalho foram gerados, Senador Jorge Seif, ao longo dos últimos quatro anos. Nós tivemos um recorde, também histórico, na população ocupada. Estamos falando de quase 100 milhões de brasileiros ocupados, no Brasil. É um outro recorde histórico. Nós tivemos uma situação em que a diferença entre os mais pobres e os mais ricos diminuiu na menor distância, ao longo dos últimos 12 anos.

E o que foi dito e alardeado pelos jornais é que há dois fatores: o fortalecimento do mercado de trabalho, que certamente tem causas estruturais – já discurri um pouco a respeito delas aqui, no início da minha fala – e a questão do Auxílio Brasil.

Do Auxílio Brasil, Sr. Presidente, é bom que nós possamos nos lembrar. Em 2020, quando estivemos na maior crise do ponto de vista de saúde pública, que ocorreu em nosso país, desde 1918, Senador Kajuru, quando houve a gripe espanhola, o Congresso Nacional, sensibilizado, a pedido do Executivo, permitiu que quase 70 milhões de brasileiros recebessem, de forma emergencial, uma ajuda que impediu que houvesse, por parte dessas pessoas com maior fragilidade econômica, uma situação que poderia beirar o caos social.

Essa situação, em 2021, foi revertida, porque era uma questão episódica, em função da crise que estava instalada no mundo inteiro e aqui, no Brasil, também. E diminuíram esses 70 milhões de brasileiros para um pouco menos de 21 milhões, ou 22 milhões, que era o antigo Bolsa Família, naquela oportunidade, transformado em Auxílio Brasil. E o valor também foi diminuído em quase um terço, para R\$400, e só foi reajustado em 2022, me parece que no segundo semestre.

Então, vejam que, mesmo com essa diminuição substancial do número de brasileiros que recebiam esse aporte social importante, necessário naquele momento de dificuldade, de uma política compensatória e mitigadora de dificuldades, a população brasileira, dados a diversidade, o tamanho e a complexidade deste país, ainda sofre hoje, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil e nas periferias das grandes cidades.

Mesmo com essa redução substancial de quase 80 milhões para pouco mais de 21 milhões, quer dizer, um quarto, com a diminuição de um terço dos rendimentos, as reformas estruturantes, Sr. Presidente, a reforma da previdência, que permitiu o ajuste das contas públicas, a reforma trabalhista, que dinamizou e fortaleceu o mercado de trabalho e deu a segurança jurídica necessária para a retomada célere nesse momento de consolidação da economia, do emprego... A questão ligada à modernização dos marcos regulatórios, como o marco do saneamento, que permitiu quase R\$100 bilhões de investimentos em menos de dois anos, o marco das ferrovias... E, Sr. Presidente, me permita, em quase 170 anos que o Brasil tem do marco inicial da primeira ferrovia, que foi a Ferrovia Rio-Petrópolis, nós temos, hoje, no Brasil operacional pouco mais de 30 mil quilômetros de trilhos ferroviários. Após o Marco Ferroviário, com as mudanças feitas, quase 20 mil quilômetros foram contratados em menos de dois anos e meio.

Nós temos também ações importantes que impactaram a nossa economia com as microrreformas, com a diminuição de impostos, com o processo de modernização do Estado, que permitiu que uma série de serviços fossem automatizados e houvesse um acesso maior da população a esses serviços, a diminuição da burocracia na abertura e no fechamento das empresas, o marco das *startups*, enfim, projetos e ações importantes e estruturantes que permitiram que a economia crescesse de forma consistente após a retomada



econômica em 2021, um crescimento de mais de 5%. Em 2022, quase 3%, quando todas as expectativas eram no sentido contrário.

O nosso decréscimo em relação a outras economias do mundo foi muito menor do que se preconizava. Em 2020, tivemos pouco menos de 4,2%, 4,3% de queda de PIB, quando todos estimavam que teríamos mais de 10% dessa queda de PIB em função das restrições sanitárias oferecidas, ofertadas ou ocasionadas por aquela crise sanitária que assolou o mundo inteiro.

Pois muito bem, Sr. Presidente, por que discorro a respeito desse tema alvissareiro, importante e tento contextualizá-lo? Porque nós estamos, hoje, infelizmente, sob ataque.

Todos esses marcos, que eu diria que são marcos que fortalecem o Estado brasileiro, que são marcos civilizatórios, que necessariamente precisam ser incorporados pelo Brasil e pela sociedade, estão sob ataque deste Governo, que quer desconstruir a reforma que modernizou a legislação trabalhista, que tinha mais de 70 anos, Sr. Presidente.

Quando a legislação foi instituída, em 1943, o transporte, nas médias e grandes cidades do Brasil, era feito, majoritariamente, por bondes puxados até por muares. Nós não tínhamos a internet. Dezenas de milhares de ocupações, que existem hoje, não existiam naquela época. Uma modernização absolutamente necessária que está hoje sob ataque.

Nós temos, pelo contrário, que evoluir, que modernizar; nós temos que nos debruçar, por exemplo, sobre a questão dos aplicativos e não retroceder com o teletrabalho, que é o *home office*, com o trabalho intermitente, com a divisão das férias, com a facilitação que foi dada na negociação salarial, em que o negociado entre as partes se superpõe ao legislado. Ou seja, essa flexibilidade necessária a um Estado moderno, em que a relação do trabalho precisa ficar acima das convenções, pela sua importância.

Sr. Presidente, mais do que nunca é necessária uma reflexão do Brasil e deste Parlamento, para resistirmos, para não retrocedermos, para não aceitarmos uma agenda que, ideologicamente, nos impõe passos atrás, para que o Brasil não possa ser restartado a cada quatro anos, para que nós não possamos perder a atração necessária...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que vai fazer com que a sociedade brasileira tenha oportunidades para os seus filhos de geração de emprego, de renda e de um país diferente.

Quero concluir, Sr. Presidente, lamentando e me solidarizando com o que ocorreu ontem. Nós estamos vendo aí uma série de brasileiros, que foram distinguidos pelo voto da população, tendo os seus mandatos retirados pela Justiça Eleitoral. Tivemos, ontem, a questão do Deputado Deltan Dallagnol, a quem presto a minha solidariedade. Temos a questão no Ceará...

Peço apenas um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Temos a questão no Ceará, onde quatro Deputados do PL estão em vias de perder os seus mandatos. E note, Sr. Presidente: naquele caso, são quatro Deputados, sendo duas mulheres e dois homens, que, pela questão da cota, serão substituídas por quatro homens.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, nós temos que ter uma preocupação e um cuidado com a representação popular; temos que ter uma preocupação e um cuidado com a vontade manifesta nas urnas e com a separação entre os Poderes.

A legislação, se tem falhas, se tem dificuldades, se apresenta desconformidade com o que a vida real nos oferece, é necessário que ela seja reformulada. Então, faço aqui um repto, um chamado a esta



Casa, para que possamos nos debruçar sobre essa legislação e aperfeiçoá-la, para impedir que aqueles que representam a sociedade, através do voto soberano, tenham os seus mandatos interrompidos pelo formalismo, pela questão burocrática, e não pela corrupção ou pelo abuso eventual do poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Agradecido, Senador Rogério Marinho, pela sua participação.

Convidado, na ordem de inscritos, S. Exa., o Senador Jorge Seif.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Desculpe. A Secretaria ainda não tinha feito o atendimento ao seu pedido de exclusão.

Senadora Damares Alves.

Por gentileza, Senadora.

V. Exa., pela previsão regimental, tem dez minutos para a fala.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Srs. Senadores, eu venho à tribuna hoje para falar de dois assuntos, dois assuntos muito sérios: o primeiro, que nós estamos vivendo no país uma das mais terríveis manifestações de violência política contra uma mulher, e essa mulher é a nossa ex-Primeira-Dama do Brasil Michelle Bolsonaro.

Michelle Bolsonaro, uma jovem senhora, dona de casa, que decidiu não trabalhar para ser mãe, criar as duas filhas e auxiliar o seu marido no seu trabalho enquanto Deputado Federal.

Torna-se primeira-dama do Brasil – a mais incrível primeira-dama que esta Nação já teve! – e, como primeira-dama, auxiliando o marido, também contribuiu muito para esta Nação, quando, de uma forma brilhante, criou no Brasil o Programa Pátria Voluntária.

A partir do momento em que Michelle Bolsonaro chamou a atenção do Brasil, a partir do momento em que o Brasil viu que mulher poderosa o Presidente Bolsonaro tinha ao seu lado, a Michelle passou a ser alvo das mais terríveis críticas, ataques à honra, à moral, à vida, à filha, à família.

Eu quero lembrar aos senhores que, no início do Governo Bolsonaro, chegaram a dizer que a Michelle Bolsonaro era amante do nosso Deputado Osmar Terra. Isso a imprensa divulgou de uma forma absurda: Michelle, amante do então Ministro da Cidadania, Osmar Terra. Um senhor da idade que ele tem, casado, apaixonado pela esposa!

Mas, como no Pátria Voluntária, no âmbito do Ministério da Cidadania, a Michelle fez, sim, duas viagens com o então Ministro da Cidadania e, junto com eles, uma assessoria enorme, em um avião da FAB enorme, com assessores tanto do Pátria como do Ministério da Cidadania.

A Michelle entrou com uma ação contra o jornalista que inventou a mentira e, por incrível que pareça, gente – é assim que a violência política acontece contra a mulher no Brasil –, a Justiça disse que o jornalista tinha o direito de se expressar, de atacar a honra, a moral de uma mulher justa, de uma mulher honrada. Mas o jornalista tinha o direito de atacar!

É assim que nós, mulheres, enfrentamos o dia a dia na vida política: ou nós somos amantes, ou nós estamos porque somos irmã, filha... Nunca falam que a gente ascende também por competência.

Michelle Bolsonaro foi alvo dos mais terríveis ataques durante os quatro anos do Governo Bolsonaro. Agora, Michelle Bolsonaro está sendo atacada porque usou um cartão de crédito de uma amiga.

Gente, quem é Michelle Bolsonaro? Michelle Bolsonaro foi uma criança que nasceu na Ceilândia. Mãe muito jovem de uma menina. Michelle Bolsonaro trabalhava na Câmara dos Deputados e conheceu a colega Rose em 2004.

O salário da Michelle era muito pequenininho. Sabe, Presidente? Nós temos assessores parlamentares



aqui no Congresso que ganham muito pouco.

Deixa eu contar o meu exemplo: antes de eu ser ministra, eu trabalhava nesta Casa. Sabe qual era o meu salário? Quatro mil reais – coordenadora jurídica –, R\$4 mil! Nós temos assessores na Câmara ganhando R\$2 mil.

Michelle era uma das assessoras que menos ganhava na Câmara. A amiga Rose, dentro do gabinete, ganhava um pouco mais, e vocês sabem que os bancos procuram os gabinetes para oferecer conta e oferecer cartões para os servidores. Numa dessas idas, a amiga Rose faz um cartão, porque ela ganhava um pouco mais, e coloca como dependente a Michelle, que não tinha renda.

E no que é que era usado esse cartão de crédito, gente? A imprensa não fala. Esse cartão de crédito era usado para a Michelle comprar comida para a família dela, humilde, aqui na Ceilândia. As faturas estão à disposição da imprensa e da polícia. A Michelle tem caixas com os comprovantes no que era usado o cartão de crédito.

A amiga da Michelle é minha assessora hoje, Presidente, e aí eu sofro ataque, porque eu dei emprego para a amiga de Michelle, que já é servidora desta Casa há muitos anos! Ela serviu um grande Senador e, quando esse Senador perdeu a eleição, eu trouxe a Rose para o meu gabinete, porque é uma das mais extraordinárias assessoras aqui do Congresso Nacional – foi assessora na Câmara e está assessora no Senado. E eu peço à imprensa respeito à minha servidora, como peço respeito à nossa ex-Primeira-Dama.

Aí, agora, na semana passada, sai uma matéria de dinheiro em que o ajudante de ordens depositava para a ex-Primeira-Dama.

Gente, ela abriu mão do cartão quando se tornou Primeira-Dama, deixou de usar o cartão da amiga. Agora ela tem o seu próprio cartão. Mas o marido tem que pagar as contas! A Michelle não tinha salário. Gente, Primeira-Dama não tem salário! E, na hora de pagar a fatura do cartão – o pessoal dela agora ou as despesas de Laurinha –, o ajudante de ordens pegava o salário do marido e fazia o pagamento das despesas de Michelle, depositava na conta de Michelle.

A imprensa divulgou isso, mas a imprensa não disse os valores! E, na conversa, no diálogo a que tiveram acesso na quebra do sigilo, está lá dizendo o valor: “Deposita R\$30 para uma camiseta da Laura, R\$58 para remédio, R\$40...”. Gente, são essas transferências que a imprensa está falando que a Primeira-Dama tinha! São transferências, dinheiro do marido, salário do marido para pagar as despesas diárias da sua casa, as despesas diárias de sua filha.

Eu precisava falar sobre isso, Presidente, porque, para atacar o Presidente, atacam a ex-Primeira-Dama, e atacam porque ela, sim, está se destacando. A Michelle Bolsonaro se tornou uma grande líder, e ela está incomodando. E vão continuar atacando.

Mas vai um recado para todos os que estão atacando a Primeira-Dama: ela não é santa do pau oco; ela não está em nenhum esquema de corrupção; seu nome nunca esteve em delação premiada nesta nação.

Michelle Bolsonaro é uma dona de casa que brilhou. Michelle Bolsonaro é uma dona de casa que mostrou que sabe trabalhar pelo povo desta nação. Que fique aqui registrado!

Ela vai mostrar todos os recibos. Quando a Justiça chamar, os recibos serão entregues.

E eu espero que quem está atacando a nossa Primeira-Dama entenda que nós estamos vivendo a maior violência política contra uma mulher nos últimos dias. E eu sei bem o que é isso. Eu sei bem o que é isso, Senador. Quantas vezes fui atacada, atacada por ser mulher! Acreditem! Acreditem: existe violência política contra a mulher.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna, Presidente, é muito delicado.

Amanhã é 18 de maio. É o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Nós estamos no Maio Laranja. Inclusive, o nosso Senado Federal esteve iluminado por alguns dias de laranja e amanhã volta a estar iluminado de laranja, porque nós precisamos fazer o enfrentamento



à violência sexual contra crianças e adolescentes. E eu vou falar sobre isso até o final de maio aqui na tribuna.

Mas eu quero trazer uma notícia: hoje, no Amapá, teve uma operação policial, porque neste mês as polícias fazem inúmeras operações, e pegaram no Amapá pedófilos com imagens de estupros de bebês.

É ruim ouvir isso, não é? É ruim falar sobre isso? Mas hoje pedófilos foram presos no Amapá, com vídeos e imagens de estupros de bebês.

Quando ministra, eu anunciei para o Brasil e eu denunciei que nesta nação está havendo um comércio macabro de imagens de estupros de recém-nascidos.

“A senhora está exagerando”. Falem com a polícia. “A senhora está exagerando”. Pegue o relatório do Disque 100. Nós temos, no Brasil, imagens de crianças de sete dias de nascidas estupradas. Nós temos imagens de crianças de oito dias abusadas.

E o que é que acontece com essas imagens? Essas imagens são vendidas.

Um vídeo de estupro de recém-nascido no Brasil está sendo negociado entre 50 e R\$100 mil reais.

Tem um mercado macabro, tem crime organizado, e nós vamos ter que nos levantar, nós vamos ter que nos levantar nesta nação e dizer: basta, chega!

Casais gerando bebês para serem estuprados, e isso não é de brincadeira.

Nós somos o maior produtor de imagens de estupros de bebês e recém-nascidos do mundo! Nós estamos alimentando pedófilos do mundo inteiro com o corpinho de nossas crianças, mas nós estamos nos levantando e nós estamos requerendo aqui no Senado a aprovação, em regime de urgência, de um projeto de lei segundo o qual vai ser crime hediondo compartilhar e armazenar imagens.

Pasmem, Srs. Senadores: no início do ano de 2022, um servidor aqui do Senado, concursado, ganhando muito bem, foi preso com 2 mil vídeos de estupros de crianças e de bebês – 2 mil vídeos. Chegou à delegacia, pagou uma fiança de \$15 mil e está na rua – servidor do Senado. Mas nós vamos mandar um recado para todos eles: vocês vão ficar muitos anos na cadeia, porque nós vamos mudar a legislação, e vai ser crime hediondo compartilhar, armazenar, curtir imagens com estupro de crianças. Chega!

Nós vamos ter que fechar o cerco. Nós vamos ter que dizer para os pedófilos que acabou para eles no Brasil.

Maio laranja. Venham conosco, venham nessa campanha de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Brasil não vai continuar sendo o maior país do mundo em produção de imagens com conteúdo pornográfico de crianças e adolescentes. As crianças estão pedindo, Presidente, a esta Casa, e esta Casa vai ter que dar respostas.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Que Deus abençoe as crianças do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Damares. Na ordem de inscritos, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Amigo símbolo da ética, Senador Veneziano Vital do Rêgo, é um prazer dividir novamente este Plenário com o amigo.

Antes de mais nada, eu queria cumprimentar a Senadora Damares pelas suas últimas palavras e dizer a ela que o Portal de Transparência do Senado tem, de minha autoria, seis projetos de lei que aguardo colocar em votação, e eles são exatamente sobre esses crimes com mulheres e com crianças.

E eu estou criando, em Goiânia, o primeiro instituto que vai cuidar da vulnerabilidade de mulheres



e de crianças, Senadora, e da saúde mental. Já, agora, em junho, estaremos criando em Goiânia. Queria enviar este projeto à senhora, porque, tenho certeza, de que a senhora poderá também usá-lo aqui onde representa, e com muita dignidade, a população.

Eu quero, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, fazer aqui hoje um elogio ao Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, pela entrevista lúcida e preparada que concedeu anteontem ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Defendeu, com clareza, a importância do Estado como indutor de crescimento econômico e não fugiu de temas polêmicos como o da desestatização da Eletrobras.

O Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social lembrou que tanto os Estados Unidos quanto a China e os países europeus cresceram a partir de forte direcionamento de investimentos públicos para setores estratégicos, um procedimento que batizou a política industrial de países hoje economicamente mais sólidos.

Mais do que aumentar a taxa de investimento, Aloizio Mercadante acredita que o Brasil precisa concentrar recursos em áreas estratégicas e criar polos econômicos que possam se desmembrar, ampliando conexões.

Temos, no país, exemplos que deram certo: a indústria automobilística e o setor aeronáutico.

Para o Presidente do BNDES, a instituição é, sim, uma das principais ferramentas que o Estado brasileiro deve utilizar para induzir o desenvolvimento, apoiando o setor privado, gerando novos empregos e promovendo a inclusão social.

Sobre a desestatização da Petrobras, ele lembrou que a privatização proibiu que acionistas tenham capital votante superior a 10%. Detentor de 42% das ações, o Governo está questionando isso no STF, requerendo sua equiparação ao capital investido na empresa. Por causa da ida ao Supremo, via Advocacia-Geral da União, o Governo vem recebendo uma série de críticas.

Aloizio Mercadante foi certeiro ao observar que, se houver um apagão na Eletrobras, os críticos de hoje passarão a defender prontamente que o maior acionista seja, de fato, considerado o maior acionista.

No capitalismo brasileiro, pátria amada, o Estado é sempre lembrado na hora de socializar os prejuízos!

Por fim, Presidente Veneziano, eu comungo a mais de 20 milhões de diabéticos do Brasil que enviei, hoje, ao Ministério da Saúde, através da sensata Ministra Nísia, a solicitação de regulamentação da Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. O SUS não está fornecendo insulinas nem primeiros socorros aos diabéticos. Um projeto de minha autoria foi sancionado pelo Vice-Presidente Hamilton Mourão, enquanto o Presidente Bolsonaro viajava. Quando o Presidente Bolsonaro voltou – e ele tinha dado a palavra a mim, em vídeo, e aplaudia o projeto do diabetes –, ele simplesmente não regulamentou, e, até hoje, eu não sei o motivo. Então, eu espero que haja a sensibilidade da Ministra da Saúde do Governo Lula para que o SUS dê o devido atendimento a mais de 20 milhões de diabéticos no Brasil. É bom lembrar que o Estado de Goiás é o único do Brasil que possui quatro centros diabéticos completos, criados por mim, com mais de 5 mil cirurgias bariátricas e metabólicas, com atendimento desde o podólogo até a principal necessidade de um diabético. Portanto, dirijo-me a S. Exa. Ministra da Saúde para a regulamentação de uma importante legislação que foi aprovada neste Congresso Nacional que é a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que instituiu a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. A minuta da referida proposição já está pronta desde 2019, pendente apenas do seu encaminhamento. Tenho certeza de que o Ministério da Saúde e este Governo Lula vão ter respeito aos diabéticos. São mais de 20 milhões em todo o Brasil.

Rapidamente, anuncio para o Estado de Goiás que consegui algo que pode se transformar em um fato histórico para a economicamente importante cidade de Anápolis, Goiás. Às 18h, estarei levando o Governador Ronaldo Caiado, o maior Governador da história de Goiás, pessoalmente com o Ministro de



Portos e Aeroportos, Márcio França, que deu a palavra a mim de que o Governo Federal investiria o que fosse necessário para o aeroporto de cargas da cidade de Anápolis.

Agradecidíssimo.

Cumpri o tempo, creio, Presidente, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Deixou, inclusive, dois minutos sem usar.

Convido S. Exa., como próximo inscrito, o Senador General Hamilton Mourão.

Por gentileza, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, diante da injustificável e interminável arbitrariedade praticada neste momento difícil por que passa o país e que aconselha moderação e equilíbrio para pacificação dos espíritos; diante da incontida satisfação da parte beneficiada por esse arbítrio, que esquece que a violação que hoje a beneficia é, em essência, a mesma que pode lhe negar as mais elementares garantias, como ocorre hoje aos seus adversários políticos; diante do silêncio das lideranças da sociedade civil e das entidades do direito e da imprensa perante a censura e o cerceamento da liberdade de pensamento e de opinião; diante da omissão dos partidos políticos e da direção desta Casa em se insurgirem contra a sucessão de atos atentatórios aos direitos e garantias assegurados pela Constituição Federal; diante do assombro da sociedade com a desfaçatez da perseguição aos magistrados que desvendaram o maior caso de corrupção da história, encomendada pelo desejo de vingança nua e crua do próprio Presidente da República, que agora, com a cassação do mandato do Deputado Deltan Dallagnol, fere de morte a última esperança do povo na democracia, que é a sua representação política expressa nas urnas; diante disso tudo, alerto: a forma política da sociedade corrupta é a guerra civil.

E, antes que os feiticeiros do arbítrio digam que se trata de uma ameaça, respondo-lhes que a ameaça paira sobre todos nós, materializada, a cada dia, na escalada da discricionariedade sem lastro, que esvazia o lugar comum em que todas as nossas divergências e disputas podem ser resolvidas. E esse lugar é a lei.

A esses operadores da intimidação, respondo que a advertência que trago à tribuna provém da história, de quem assistiu ao colapso da democracia e da cidade-estado grega, um desastre que na atualidade ronda não somente o Brasil, mas as principais nações do Ocidente, não segundo a perspectiva primária e preconceituosa dos analistas ideológicos, que só veem ameaças nos seus inimigos, mas, sim, pela constatação de que os direitos e deveres que dizem respeito, isonomicamente, a todos os cidadãos de uma República estão sendo sistematicamente depredados pelos inimigos da democracia, travestidos de seus defensores.

Alerto novamente: em uma democracia, a Justiça não pode ser uma extensão do poder. Faço-o agora aos arrogantes de plantão, que se comprazem em seu silêncio prenho de desforra indecente, e àqueles profissionais do cinismo de oportunidade, que, em vez de protestarem, por dever de fé e de ofício, contra o sistemático ataque às liberdades e garantias democráticas, associam-se à ignomínia da pura perseguição, fazendo-a verberar.

O Brasil jamais assistiu a tamanha combinação de arbítrio, injustiça, revanche e ilegalidade, praticados de forma tão brutal e injustificada, mesmo nos momentos traumáticos de ruptura institucional ou de ameaças à soberania nacional.

Srs. Senadores e Sr. Presidente, em nome dos meus eleitores do bravo Rio Grande do Sul, fronteira da nacionalidade e guardião das liberdades, apoiado pelos colegas de bancada e por todos aqueles Parlamentares que, independentemente de posições partidárias e ideológicas, acreditam na democracia, venho formalizar, por meio deste discurso, o pedido para que o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional interdite, imediatamente, a cassação ilegítima do Deputado Dallagnol, por ela estar viciada, na forma e no conteúdo, por erros de tal gravidade que a levam muito além da esfera jurisdicional para se



constituir em ataque direto à democracia no Brasil.

Convicto de estar cumprindo meu dever como Parlamentar eleito e como cidadão que serviu e que continua a servir ao país, encerro minhas palavras sobre esse grave acontecimento, afirmando que aguardarei o pronunciamento do Sr. Presidente desta Casa a respeito dessa e das outras violações à Constituição Federal e às prerrogativas do Congresso Nacional, palavras pelas quais, certamente, Sr. Presidente, aguarda a nação brasileira.

O momento não permite silêncios, nem arroubos irresponsáveis e incendiários. A situação demanda posicionamentos firmes e claros que transcendam as partes para convergir no bem comum de uma democracia saudável e madura, como é a brasileira, mas que passa por uma crise que não pode ser nem escondida, nem ignorada.

Fica com a palavra o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional. Digo a ele que conte comigo para ouvi-lo e respondê-lo quantas vezes forem necessárias.

O povo espera, a hora exige, o Brasil merece.

Muito obrigado...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria de fazer um aparte, por gentileza, ao Senador Hamilton Mourão. Ele ainda tem três minutos, se ele me permite.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Por favor, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Dentro do tempo, Senador Eduardo Girão, até para que nós, definitivamente, respeitemos o que, regimentalmente, é traçado e conhecido por todos. Pois não.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Muito obrigado, Senador Veneziano e Senador Hamilton Mourão.

Nós estamos convivendo, há pouco mais de quatro meses aqui, talvez nem isso, e o senhor, sempre muito presente neste Plenário, poucas vezes, vai à tribuna para fazer um pronunciamento, mas, sempre que o faz, é de forma assertiva. Hoje, o senhor fez, nos quatro anos e meio que eu estou aqui quase, o pronunciamento mais firme a que eu aqui assisti, que mostra o seu compromisso não apenas com seu povo valente do Rio Grande do Sul, mas com o Brasil.

O Brasil está sob ataque. A legislação está sendo rasgada diariamente por aqueles que deveriam ser os primeiros guardiões; esta Casa, com todo o respeito às pessoas, se omite; o brasileiro não acredita; mas nós vamos dar a volta por cima, sempre de forma ordeira, pacífica, respeitosa, junto com a população brasileira, porque o vilipêndio que a gente está vendo aqui diariamente à nossa Constituição e a vingança contra quem cumpre o seu dever vai chegar a cada um de nós. Quem não compactua com a narrativa, com as ideias de quem hoje está no poder, qualquer que seja o tipo de poder, está sendo intimidado, perseguido, porque aqui não é mais um regime democrático. Nós estamos vivendo uma ditadura!

Eu quero me somar a V. Exa. Conte comigo, porque, não por acaso, nós estamos, hoje, como Senadores da República. Isso tem uma razão de ser! Pela minha fé...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... eu tenho convicção de que Deus nos colocou aqui por um propósito neste momento de sombra, nestes tempos difíceis, para a gente jogar luz com coragem, de forma pacífica, mas com a firmeza que este momento merece.



Deltan Dallagnol é um símbolo de um Brasil onde a justiça é para todos, de que não tem ninguém acima da lei – prendeu políticos corruptos e empresários poderosos também corruptos pela primeira vez na história da nação –, e esse símbolo está sendo hoje calado, de forma arbitrária, porque o próprio TSE tinha precedentes que não coadunavam com o que aconteceu ontem, à noite, em um minuto e seis segundos.

Muito obrigado.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, serei mais breve.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não tenho dúvida disso, Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Quero me congratular com o Senador Hamilton Mourão, subscrevo as suas palavras e gostaria de homenagear o estado que V. Exa. representa, talvez exorbitando um pouquinho no tempo, mas aí as palavras não são minhas. Na última estrofe do nosso Jayme Caetano Braun, ele retrata o que o senhor está fazendo:

Hoje, o tempo demudado, meu coração continua
O mesmo tigre charrua das andanças do passado.
Sempre de pingo encilhado, bombeando pampa e coxilha...
A pátria é minha família! Não há Brasil sem Rio Grande
E nem tirano que mande na alma de um farroupilha!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bom! Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Hamilton Mourão, meus cumprimentos a V. Exa.

Convido, imediatamente, o Senador inscrito Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores presentes, funcionários, telespectadores, eu sou médico de formação e, quando eu comecei a trabalhar na profissão no ano de 1976, eu ainda peguei no consultório lá em Rondônia crianças com paralisia infantil. Esses senhores que naquela época eram nenéns devem estar hoje com 45 a 50 anos de idade; eles pegaram a paralisia infantil, a poliomielite, pois nós não tínhamos ainda a vacina, a gotinha salvadora. Depois que iniciaram no Brasil as campanhas de vacinação contra a paralisia infantil, eu fui observando que não apareciam mais meninos com paralisia infantil no meu consultório. No decorrer do tempo, desapareceu a paralisia infantil graças à vacinação, muito bem controlada pelo Ministério da Saúde, por um programa fantástico que é o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Quando eu era menino, onde eu nasci, não tinha vacina. Eu devo ter pegado todas as doenças, menos paralisia infantil, já que estou aqui andando bem com as duas pernas, mas o resto peguei tudo: sarampo, catapora, etc. Isso tudo eu peguei, porque não tinha vacina naquele momento ao alcance da gente no Sertão. O tempo foi passando, e houve uma adesão fantástica do Brasil às campanhas de vacinação, e essas doenças foram regredindo. Agora, aqui e acolá, aparece um caso de sarampo, é preciso fechar o cerco para combater o sarampo.

Tem muitas vacinas, até para os adultos: hoje a gente toma vacina contra pneumonia, a pneumocócica; idosos tomam vacina contra herpes-zóster, tem vacinas nas clínicas e no próprio serviço público; tem a vacina contra HPV, para prevenir o câncer de colo de útero, essa vacina para adolescentes, meninos e meninas, com resultado cientificamente comprovado.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, desacreditar na pesquisa científica. Uma vacina, para ser



realmente colocada à disposição da população, passa por criteriosos momentos na pesquisa científica. Ela é testada inicialmente num pequeno grupo fechado, com placebo de um lado e vacina do outro. Isso é comparado. Vai para outro avanço. Veem-se os efeitos colaterais. Vai avançando até que ela seja aprovada pelos órgãos reguladores. No Brasil, é a Anvisa o órgão responsável por isso, órgão que é extremamente sério. Nós vimos na pandemia o trabalho fantástico da Anvisa na liberação, até emergencial, de algumas vacinas.

Aqui no Senado e na Câmara, na época, foi composta, no ano de 2020, uma Comissão Mista para acompanhar a pandemia da covid-19. Aqui, Esperidião fazia parte, assim como outros amigos fizeram parte dessa Comissão Mista para acompanhar a covid. Nós acompanhamos toda a evolução da doença no Brasil, desde a primeira dose de vacina, que foi do Butantan, no dia 20 de janeiro de 2021. Aí foram entrando as outras vacinas de forma escalonada, porque nós demoramos muito a comprar, a encomendar as vacinas na época certa. A Fiocruz fez uma parceria com a Inglaterra para trazer a vacina da AstraZeneca; o Butantan fez com a China para importar o insumo básico farmacêutico para a matriz de fabricação das vacinas da covid.

Nós assistimos a mortes sucessivas de colegas nossos aqui – José Maranhão morreu aqui, assim como o Major Olimpio, homem forte de quase dois metros de altura, e assim foram outros colegas nossos, falecidos no nosso meio. Nós vimos a morte deles. Nós vimos o sufoco de Manaus.

Os brasileiros não podem esquecer a pandemia. A pandemia foi uma lição para nós todos. À medida que a vacinação foi chegando, tantas doses por mês, mandava um pouquinho para cada município e foi assim, foi assim, aí nós conseguimos ir reduzindo. Ainda não acabou a covid, mas a vacina reduziu a mortalidade alta. Deve estar hoje em torno de 700 mil mortes. Nós não podemos esquecer que não tinha uma vaga de UTI no Brasil, mesmo paga, particular, você não achava uma vaga de UTI no Brasil!

E nós, então, eu como médico, já fora de consultório há muitos anos, eu acredito na vacina, eu acredito na pesquisa científica, eu acredito na Anvisa, eu acredito que realmente a parte preventiva da saúde é mais importante do que a curativa, é mais barata. Eu convoco o povo brasileiro, as mães, pais que estão me ouvindo a não atenderem a demandas ideológicas em cima da vacinação, crenças outras que não têm nenhuma fundamentação científica. Nada disso, minha gente! Você que ama seu filho, você que cuida do seu filho, esse cuidado deve ser continuado na assistência à saúde da sua família, através da vacinação, da imunização no tempo certo.

Então, não cabe aqui nós, de maneira alguma, ouvir ideologicamente que as vacinas fazem mal, que as vacinas causam problemas, que as vacinas causam isso, aquilo. Todo remédio, uma gota de dipirona: para um, alivia a dor; para outro, mata. Então, a questão é a dosagem, é a disponibilidade, é a sensibilidade de cada organismo. Todo remédio que você comprar numa farmácia tem uma bula que fala dos efeitos benéficos e dos efeitos adversos. Se você for ler bula grande de remédio, você não toma nenhum medicamento, porque a bula traz a verdade científica, traz os bons efeitos das doses certas e traz as complicações menores e alguns sintomas, que podem ser evitados.

As vacinas também, os índices de efeitos adversos das vacinas são mínimos. Da pandemia da covid-19, por exemplo, essas vacinas são muito seguras. Eu tomei todas as doses, todos os reforços, não senti coisíssima nenhuma. Eu fui nessa expedição agora para a China, repeti até a dose contra a paralisia infantil. Eu, com 75 anos, tomei dose contra a paralisia infantil para entrar lá, os cuidados que estão tendo, e não senti coisa nenhuma, estou aqui firme e forte.

Então, este discurso é para o povo brasileiro, este é um discurso salvador. É um discurso de orientação de um velho médico, de convivência na clínica em cidades de interior, cidades pequenas.

Eu recomendo a todos vocês que estão me ouvindo nesse discurso a não acreditarem em ponto de vista ideológico jogando remédio, vacina em cima de ideologia política! Não cabe, de maneira nenhuma, a



gente misturar as coisas. Isso é coisa séria. A vida é coisa séria.

Quem não quiser vacinar que assuma a morte, a possibilidade de pegar covid ou de morrer!

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, fica assim. Esse é meu discurso veemente à população brasileira para que se mantenham fiéis ao planejamento, ao Plano Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Esse SUS é de uma grandeza extraordinária. Ah, se não tivéssemos o SUS no Brasil! O que seria do povo pobre brasileiro? Ruim ou bom, todos os tratamentos dispendiosos... Quem é que paga UTI neste Brasil? É o SUS. Quem é que faz as cirurgias cardíacas mais caras do Brasil? É o SUS. Quem trata o câncer no Brasil? É o SUS. Quem faz os transplantes no Brasil? É o SUS.

Ora bolas! Então, você verifica a grandeza de uma instituição tão grande como essa...

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... que colocou na Constituição saúde como direito de todos e dever do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Confúcio, eu inclusive pediria que V. Exa. assumisse em razão de estar como próximo inscrito. Em seguida, o Senador Esperidião Amin e o Senador Eduardo Girão.

Senador Confúcio. *(Pausa.)*

(O Sr. Veneziano Vital do Rêgo. 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.) – Presidente, meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa. Peço desculpas. Por força da contingência, V. Exa. assume, mas com todas as maiores envergaduras, a cadeira de Presidente nesta sessão.

Estamos inscritos a falar nesta tarde e, antes de deter-me ao tema que me traz à tribuna, eu quero saudá-lo. Saudá-lo porque não é extemporânea, não é fora de moda absolutamente o apelo que V. Exa. faz, e o faz com a responsabilidade de um profissional da medicina tarimbado, vivido, que sabe muito bem o que diz, que sabe muito bem o que profere.

Quando V. Exa. menciona que nós estamos aqui e que somos lisonjeiramente diferenciados por força de um espaço que é apenas para 81 pessoas num universo de 215 milhões de brasileiros, nós temos que ter muito cuidado com o que dizemos. Nós temos que ter muito cuidado com o que falamos porque muitos milhares daqueles que nos acompanham podem o ter, como muitos o tem, como uma referência no que diz, no que prega, na maneira como se comporta.

Eu tenho muito cuidado com o que falo, porque sei que alguns companheiros lá na Paraíba me têm como uma pessoa de respeito, uma pessoa que pode ser vista com a responsabilidade do que pronuncia, do que prega, do que sugere, do que aconselha.

V. Exa. bem o diz, porque nós não estamos livres, primeiro, da covid, que não acabou. A sua passagem mais dura, que ceifou três companheiros nossos, desta Casa, e mais de 700 mil pessoas, ainda não findou. Passamos o mais grave e lastimável momento, mas o apelo que V. Exa. dirige à população



brasileira é a valorização da vacina, seja para tratar ou impedir qualquer patologia, doença.

Nós não podemos perder de vista, porque foram os discursos descabidos, anticientíficos, desrespeitosos que levaram aos milhares, aos milhares, não todos, aos milhares a perderem as suas vidas. Muitos tomaram como referências aqueles discursos. Por quê? Porque eram pessoas públicas, alçadas à condição de representantes, que ocupavam, naquele momento, postos de referência nacional. Então as minhas saudações pela sua oportuna explanação em relação a vacinas.

O que me traz, Sr. Presidente, companheiro Senador Eduardo Girão, Senador Kajuru, Senador Esperidião Amin, querido Deputado Arthur Maia, nossas saudações, é o mesmo que me trouxe há duas semanas: cumprimentar, como fiz ao Presidente Jean Paul Prates, quando tive a oportunidade de elencar, em um curtíssimo período de cem dias de gestão, ao lado dos seus companheiros, mais de 50 valorosas iniciativas, hoje eu o faço aos cem dias, um pouco mais, àqueles que estão com uma tarefa ainda, se não tanto, mas muito espinhosa, que é o de administrar a nossa Embratur.

Por que digo até mais espinhosa? Porque, quando nós falamos sobre a Petrobras... E que bom termos tido a oportunidade ontem, Presidente, e eu fiz questão de saudar pessoalmente o Presidente Jean Paul Prates por trazer algo novo, com a responsabilidade na manutenção da higidez da Petrobras. Não há dúvidas, nós sabemos e convivemos aqui com o Senador Jean Paul Prates e temos exatamente a sua dimensão ao assumir, ao se comprometer de fazer com que a empresa continue a ter os resultados, como nesse primeiro trimestre de 2023, são vistos e foram auferidos, mas também de fazer com que a sua atividade esteja comprometida com uma das responsabilidades previstas constitucionalmente, que é exatamente a responsabilidade de ser uma empresa que tenha função social – que tenha função social. Então, os novos padrões de uma prática de preços de combustíveis no país, inaugurados no dia de ontem, devem ser vistos por nós também sem o ranço ideologizado que, muitas das vezes, nos traz a essa tribuna.

Então, eu falava sobre isso, mas falo sobre a ação do Presidente Freixo, Presidente que assume a Embratur, um ex-Parlamentar federal de altíssima competência, qualificadoíssimo, conhecido e sensível, que recebe a Embratur sem absolutamente ter fontes para geri-la.

Imaginem, nós aqui fizemos e compartilhamos a mudança de sua natureza jurídica, só que nós não identificamos as fontes com as quais a Embratur poderia ser gerida e fazer aquilo que é fundamental, na sua essência, precípuaamente, a promoção do turismo em nosso país.

Falamos sobre as nossas potencialidades, sobre as nossas riquezas, sobre tudo aquilo que há no seu Norte, no seu Centro-Oeste, no meu Nordeste, nas maravilhas de riquezas naturais, mas nós não promovemos o nosso turismo nem para conosco muito menos internacionalmente, porque essas condições materiais não nos são dadas, oferecidas. E é isso o que me faz aqui, nesses poucos mais de cem dias, mencioná-la.

A Embratur completa, em novembro deste ano, 57 anos de fundação com uma história de relevantes contribuições para o Brasil. A missão da Embratur é atrair turistas estrangeiros e divisas para o nosso país através de ações de promoção no exterior, ou seja, a Embratur não é importante apenas para um governo ou um partido, ela é importante para o povo brasileiro. Nesse sentido, fortalecer a Embratur significa fortalecer a economia do nosso próprio país.

Quero parabenizar a Presidência, os seus diretores, na figura do Presidente Marcelo Freixo, por reconhecer a importância da promoção internacional do turismo, pelo trabalho realizado até o fortalecimento do setor e por, em tão pouco tempo de gestão, entregar excelentes resultados aos brasileiros.

No primeiro trimestre deste ano, 2,3 milhões de turistas estrangeiros visitaram o nosso país, um desempenho superior ao do mesmo período no ano de 2019, ano que antecedeu a eclosão da famigerada pandemia de covid-19. Esses visitantes gastaram, no Brasil, o equivalente a R\$8,6 bilhões, dinheiro que beneficiou principalmente o comércio e o setor de serviços. Isso mostra como é importante garantir recursos



para a Embratur poder trazer, cada vez mais, turistas ao nosso país.

Os bons números são fruto de uma gestão profissional, articulada com os Ministérios do Governo do Presidente Lula, que retomou as parcerias com o *trade* do turismo após quatro anos de isolamento do Brasil perante a comunidade internacional.

Eu conheço bastante o setor, fiz parte, junto com o Presidente Marcelo Freixo, do núcleo de transição formado pelo Presidente Lula para apresentar propostas sobre o tema, no final de 2022.

Como afirmei, o turismo é uma atividade estratégica e tem um encadeamento vinculado a ele extraordinário, importante para a economia, para o desenvolvimento social e para a preservação do meio ambiente. Mas, antes de entrar no debate econômico, que expressa a relevância do turismo na vida concreta das pessoas, falo sobre da importância da atividade para a reconstrução da imagem do nosso país no cenário internacional.

O turismo é *soft power*, um instrumento diplomático estratégico para reposicionar a imagem do nosso país no mundo, resgatando o nosso protagonismo na agenda internacional, o que tem por consequência a ampliação do interesse pelo Brasil e a atração de investimentos e suas respectivas divisas.

Por isso, a primeira iniciativa da Embratur foi retomar o uso da Marca Brasil nas ações de promoção da imagem do nosso país lá fora. A marca, resultado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÉGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... de um robusto estudo de *marketing*, realizado em 2005, como parte do Plano Aquarela, simboliza a reafirmação dos valores que sempre marcaram o nosso país: a alegria, a hospitalidade do nosso povo, o respeito ao meio ambiente e a valorização da cultura da nossa gente, admirada por todo o mundo.

Quando falamos em turismo, geralmente pensamos em lazer, nas férias com as nossas famílias, nas lembranças de viagens que ficaram marcadas em nossas memórias.

Turismo é tudo isso, mas não somente. Turismo também é trabalho, é a fonte de sustento que coloca comida na mesa de milhões de famílias. É essa perspectiva que põe em destaque os bons resultados obtidos pela gestão do ex-Deputado Marcelo Freixo nos seus cem primeiros dias.

O retorno do investimento do turismo é altíssimo, Presidente Confúcio. Segundo estudos realizados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), antes da eclosão da pandemia da covid, a cada R\$1 investido na promoção internacional, R\$20 entravam na economia do nosso país através do consumo dos estrangeiros. Mais de 500 atividades são impactadas de forma direta e indireta pelo turismo, que representa 7% do nosso PIB e emprega, formalmente, 7 milhões de brasileiros.

Sete por cento apenas, Presidente Confúcio. E, quando nós colocamos em relações comparativas, Senador Jorge Kajuru, Vice-Líder do Governo... A V. Exa. também dirijo os nossos cumprimentos por integrar a base de apoio de sustentação ao Governo do Presidente Lula, portanto, também colaborador às ações da Embratur. São 7%. São mitigadas as respostas, quando nós temos em Portugal, na Espanha, nos vizinhos países da América Central, para não citar outros, Peru, Colômbia, percentuais que representam a participação do setor turístico relacionados ao PIB muito maiores do que esse Brasil de extraordinárias belezas, como a nossa amada Santa Catarina, o nosso amado Ceará, Goiás, Rondônia, a Paraíba e que não são tão bem aproveitadas como bem poderíamos fazê-lo.

A promoção do turismo, realizada há mais de 50 anos pela Embratur e, agora, sob a liderança do Presidente Freixo, pode fazer muito mais pelo desenvolvimento do Brasil e pela melhoria da vida dos brasileiros. Por isso, é estratégico, senhores e senhoras, que o setor seja devidamente valorizado, não apenas nas verbalizações que nós fazemos cotidianamente, e fortalecido, para que possamos ampliar os investimentos e que tenhamos destinos turísticos pátrios cada vez mais competitivos.



Eu encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com muita alegria e honra, Senador Esperidião.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu também, por favor.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Kajuru sempre está à frente, inclusive, fisicamente. De forma que não quero atrapalhar.

O Kajuru já tinha falado? (*Pausa.*)

Eu secundá-lo-ei, com grande honra.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para apartear.) – Você vai completar com muito mais brilho.

Mas é o seguinte. Eu vejo como motivo de aplauso este pronunciamento do Senador Veneziano Vital do Rêgo, porque é preciso respeitar esse debate dos dois lados. E tem um lado aí de um homem que tem uma história ética irretocável que é o Presidente Marcelo Freixo – perfeito?

A história dele é, insofismavelmente, raríssima! E há Parlamentares que não estão sabendo respeitar o que ele pensa, o que ele deseja. Agora, a boa notícia que, talvez, o Amin não saiba, com o Girão eu comentei ali, agora, e, certamente, o Veneziano sabe, é que, hoje, o Freixo me ligou, falando de uma ótima conversa, ontem, com o Presidente da CCJ e Senador Davi Alcolumbre. E que eles se acertaram ontem, que houve um acordo e que, felizmente, nós vamos ter os dois lados respeitados e uma Embratur sendo o que ela precisa ser, porque, hoje, gente, a Embratur vive de um único contrato com o Sebrae, que serve apenas para pagar a folha de pagamento. Se o Sebrae rescindir o contrato, a Embratur fecha.

O senhor falou de outros países, Senador Veneziano. Portugal hoje tem 20% da receita onde? No turismo, mais de 250 milhões de euros!

Então, pelo amor de Deus, você querer discutir esse assunto sem respeitar o que representa a Embratur!

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Prezado Senador Veneziano...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Senador.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu não tenho a mesma visão de grande conhecimento e, acima de tudo, a exuberância da linguagem do Senador Jorge Kajuru Nasser...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas tenho um pouquinho de experiência na área do turismo.

O meu estado discute turismo desde os anos 50, o primeiro seminário que Santa Catarina fez foi em 1950 sobre turismo e sobre a necessidade de promover o turismo como uma das alavancas do seu desenvolvimento. E temos hoje algumas vantagens conseguidas graças ao empreendedorismo e às circunstâncias do meu Estado.

Agora, imagine para o Brasil, para essa nossa diversidade, para a sustentabilidade que nós estamos preservando e, acima de tudo, a natureza Deus foi generosíssimo ao nos conceder.

Então, eu não falo sobre... Não vou fulanizar. O único fulano aqui...

(*Soa a campainha.*)



O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... é V. Exa. e o seu pronunciamento.

O Brasil sempre precisará do Congresso inteligente e ativo para ajudar a impulsionar o turismo como uma forma de valorizar a nossa cultura, valorizar a nossa natureza, mostrar de maneira exuberante a exuberância da nossa natureza e as singularidades múltiplas desse caleidoscópio de raças, de gentes, de cheiros e de cores que o Brasil é.

Então, meus parabéns por focalizar de maneira tão positiva e propositiva a causa do turismo.

Muito obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÉGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado a V. Exas., Senador Esperidião Amin e Senador Jorge Kajuru.

Encerrando, farei questão de dividir as apreciações sinceras, fortes e importantes para os futuros debates que nós haveremos de ter mais proximamente e permanentemente, porque essa é uma causa...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÉGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... que reflete a preocupação colegiada que temos que ter sempre de forma elevada com o turismo e a sua promoção.

Então, os agradecimentos, as nossas saudações aos que fazem a Embratur e o reconhecimento daquilo que, de fato, é a sua profícua atuação, ou seja, tendo que dar a primazia e estabelecer políticas, mas necessariamente com condições materiais que lhes sejam disponibilizadas.

Senador Confúcio, Presidente, os meus cumprimentos, o meu agradecimento e as minhas devidas escusas por ter me estendido além do devido regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão, Senador Confúcio Moura.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, eu subo a esta tribuna, e sei que estou muito bem acompanhado no Brasil – cada vez mais o brasileiro está gostando de política, e isso é o que me dá esperança, cada vez mais otimismo no porvir da nossa nação –, mas eu subo com um pouco de angústia no peito. A gente às vezes somatiza no corpo físico algumas situações que a gente vive de frustrações momentâneas dos nossos ideais. E nesses quatro anos, quatro anos e cinco meses, mais ou menos, que estou aqui, quatro meses, servindo ao Ceará, ao meu estado, servindo ao Brasil, com todas as minhas limitações e imperfeições – que são muitas, eu sei –, mas trabalhando no limite das minhas forças, eu digo para vocês que eu nunca me senti tão mal, tão angustiado. E olha que a gente vem num processo de degradação moral sem precedentes.

A maior crise que a gente vive no Brasil é a crise ética, é a crise moral. Tem a crise social, tem a crise econômica, tem a crise política, mas a maior de todas as crises é a moral mesmo.

E hoje é um dia muito emblemático. Ontem à noite e hoje de manhã, as pessoas não param de me perguntar: “Será que nós ainda não chegamos no fundo do poço dos princípios que devem nortear uma nação?”.

Eu digo para vocês que Deltan Dallagnol é mais uma vítima de um regime que a gente vive hoje, em que os Poderes juntos, por alinhamento, acabam participando de uma ditadura que cresce a cada dia nesse país. Há uma inversão completa de valores, porque quem enfrenta com coragem e competência a corrupção é severamente punido, está sendo assim, enquanto que aqueles que desviaram bi – “b” de bola e “i” de índio –, bilhões de reais seu, do povo brasileiro, nosso e foram até condenados estão soltos. Ontem



foi dia de festa para aqueles que defendem corruptos, em celebração à impunidade. E foi um dia de luto para todos os homens e mulheres dignas, que almejam por justiça.

Deltan, o Deputado Federal mais votado no Paraná, com 349 mil votos, foi simplesmente absolvido de todas as acusações movidas pelo PT, PCdoB, PV e PMN, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. O Procurador-Geral Eleitoral também apresentou ao TSE parecer favorável ao ex-Procurador, confirmando decisão do TRE do Paraná. Mas o que foi que aconteceu? O que fez o Pleno do Tribunal Superior Eleitoral, dos poderosos deste país? Ignorou todo o sólido embasamento jurídico de defesa, inclusive precedentes do próprio TSE – são dois pesos e duas medidas que a gente vê hoje na nossa nação, infelizmente –, e decidiu punir com a pena máxima da cassação do mandato: Deltan Dallagnol foi caçado, com “ç”, e cassado, com “ss”.

Fizeram uma verdadeira aberração, um malabarismo de um alinhamento estelar, tudo baseado em suposição, para cassar esse cidadão exemplar, esse servidor público que mostrou para o Brasil que é possível, sim, a Justiça ser para todos: corruptos poderosos, presos; empresários poderosos, presos. Mas, como aconteceu na Operação Mão Limpas, o crime reagiu.

Eu fico estupefato com o voto do Ministro Relator, que disse o seguinte – abro aspas: “Houve uma antecipação da demissão do cargo de Procurador para evitar uma punição do CNMP”.

Quem assistiu àquele filme Minority Report, com o Tom Cruise? Ele vai lá no futuro para ver os crimes, só que ele tinha o crime, e aí começa a punir antes de fazer.

A primeira suposição foi de que sindicâncias inconclusas no Ministério Público poderiam resultar na abertura de processos disciplinares; e a segunda, bem mais grave, é a suposição de que eventuais processos disciplinares poderiam resultar na sua condenação e consequente demissão, ficando por isso inelegível. Tudo mera suposição, nenhuma prova material efetiva. Como é aquela história? “Missão dada é missão cumprida”.

Agora, pasmem, Sras. e Srs. Senadores, o julgamento de assunto tão complexo e com pena máxima durou exatamente um minuto e seis segundos. Isso é coisa típica de um tribunal de inquisição, que não leva em conta argumentos, mas sim versões e narrativas que possam rapidamente condenar à fogueira aqueles que cometem o atrevimento de se opor a esse sistema apodrecido.

O Ministro Relator Benedito Gonçalves foi o mesmo – repito – que na posse de Lula se dirigiu ao Ministro Alexandre de Moraes dizendo: “Missão dada é missão cumprida”.

Deltan Dallagnol, homem honrado, caráter ilibado, como Procurador do Ministério Público, coordenou, junto com a Polícia Federal, os trabalhos da Operação Lava Jato e dezenas de outros servidores federais que mostraram com trabalho que o brasileiro não tolera corrupção, não tolera impunidade. Esse é um valor do nosso povo, e essa Operação Lava Jato é símbolo internacional, positivo do Brasil, de enfrentamento a essa chaga que deixa nosso país de joelhos. Seu trabalho eficiente e corajoso condenou dezenas de políticos e empresários muito poderosos, mas também muito corruptos.

Ninguém, absolutamente ninguém vai apagar da história as inúmeras colaborações premiadas, que escancararam para todo o mundo o câncer em metástase da corrupção brasileira, que chegou ao ponto de uma das maiores empresas do país, a Odebrecht, ter que instituir um departamento exclusivamente para gerenciar o pagamento de propina!

Ninguém vai apagar da história que um simples gerente do terceiro escalão da Petrobras, em colaboração premiada, concordou em devolver R\$500 milhões de propina, R\$0,5 bilhão de propina!

Ninguém vai apagar da história que a Lava Jato conseguiu recuperar R\$22 bi – “b” de bola e “i” de índio –, bilhões, roubados do povo brasileiro e que serão devolvidos em 20 anos, sendo que R\$7 bilhões...

(Soa a campainha.)



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... já retornaram aos cofres públicos.

Na realidade, Deltan incomodou e continua incomodando muita gente poderosa que não quer que este país deixe de ser o paraíso da corrupção com impunidade. Deltan peitou de frente um sistema corrompido e corruptor que sentiu o baque, mas está conseguindo se recuperar e, para isso, como acontece em todas as máfias do mundo, quer vingança.

E como um dos 81 Senadores da República eu pergunto: até quando esta Casa revisora da República vai continuar refém de uma covarde omissão diante de tantas injustiças? Até quando esta Casa vai continuar de joelhos submissa à implantação de uma ditadura do Poder Judiciário? Até quando?

Para encerrar, Sr. Presidente.

Nós estamos vivendo um período sombrio de predomínio das trevas. A crise não é apenas política, como eu falei, nem econômica ou social, a crise é moral, uma crise de valores, mas não podemos e não vamos jamais desistir, pelos nossos filhos e netos, pelo que acreditamos. A história cobrará de cada um de nós sobre o nosso comportamento neste grave momento da República Federativa do Brasil, e, certamente, os nossos filhos e netos, assombrados com o nível de podridão desse sistema, nos farão uma dolorosa pergunta que nos fará colocar a cabeça no travessereiro: “E você estava lá, e era Senador da República, e nada fez?”.

Que Jesus abençoe a nossa nação e nos inspire com coragem para agirmos!

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Confúcio Moura deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Como próximo inscrito, Senador Esperidião Amin, por gentileza, e, em seguida, Senador Jorge Seif.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não posso iniciar as minhas palavras para cumprir o que eu pretendia na minha inscrição sem reiterar aqui o que falei no breve aparte que apresentei à fala do Senador Hamilton Mourão.

Não é possível relativizar e também não é possível fazer de conta que não viu a escalada de intimidação que está em curso em nosso país. Já disse e repito, este é um momento de reflexão, especialmente para o Senado Federal, porque nós temos deveres constitucionais que não são compartilhados com nenhuma outra organização política de nosso país. São deveres do Senado Federal que não podem ser exercidos, são responsabilidades que não podem ser exercidas na base do revide nem na base da vingança, como se está a perceber de parte de quem deveria ter a serenidade para decidir o que é certo e o que é errado, para quem tem a responsabilidade de julgar.

Deixo essas palavras, que, de uma certa forma, repetem outras que eu tenho proferido, para reflexão neste momento.

O propósito da minha inscrição, Sr. Presidente, era fazer dois registros auspiciosos, que não são empanados por essa reflexão. Pelo contrário, a reflexão faz parte do exercício da nossa inteligência.

Quero celebrar os 190 anos da nossa querida cidade de Biguaçu, onde tenho assento, Sr. Presidente, não apenas como cidadão, como alguém que convive, mas como membro da Academia de Letras de Biguaçu, uma cidade que valoriza a palavra, a letra, enfim, o exercício da leitura e da difusão do que ler.

Biguaçu está completando 190 anos num momento de grande transição econômica, social. E eu quero, aqui, renovar o meu compromisso com aquela querida comunidade de Biguaçu, cujos festejos destes



190 anos se iniciam hoje e se prologam pelos próximos dias, para alegria de todos nós.

De outra parte, torno público um registro que me deu especial satisfação: hoje, pela manhã, nós tivemos aqui a presença da Ministra da Ciência e Tecnologia, ex-Deputada, nossa colega Luciana Santos, ex-Vice-Governadora de Pernambuco também. E ela nos exibiu seu plano de trabalho e renovou as nossas esperanças num setor em que o Brasil deve um pouco mais do que deve ao turismo, que é a ciência, tecnologia e inovação.

É com alegria, portanto, que eu faço um registro múltiplo, em nome de outros estados também. A minha universidade, a Universidade Federal de Santa Catarina, através do Laboratório de Imunobiologia, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, o Instituto Butantan, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Cambridge e a Karolinska Institutet, da Suécia, está desenvolvendo, Senador Kajuru, uma vacina que vai servir, se o projeto continuar e der certo, para combater a tuberculose e a covid. Ou seja, ela usa elementos do BCG recombinante, e, ainda que não seja uma pesquisa completa e em condições de aplicação, a próxima fase será exatamente a fase dos testes.

É muito curioso ver com quão pouco dinheiro se pôde desenvolver até aqui um projeto de tal magnitude, que é quase um passo na proclamação da nossa independência – é um passo.

Nós já fomos muito mais fortes em matéria de vacina para humanos do que somos hoje. Somos muito fortes na vacina contra doenças que afetam animais, principalmente rebanhos.

Então, eu queria saudar este momento iluminado, que acontece exatamente no dia em que eu participei desta apresentação, abrilhantada por vários Senadores e Senadoras, e não posso deixar de mencionar a presença do nosso sempre vigilante, em torno de ciência e tecnologia, Senador Izalci Lucas.

Esses são os registros, que, ainda que não sejam empanados pela reflexão, convivem com a reflexão com que inicio as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião.

Transmita os cumprimentos a todos os que fazem as instituições de ensino superior, de pesquisa e extensão, do seu estimado Estado de Santa Catarina e faço... V. Exa. deve ter participado, efetivamente participou, inclusive porque a reencontrou, colega nossa, ex-Prefeita de Olinda e ex-Vice-Governadora... Mas é importante que nós registremos que, nos últimos levantamentos trazidos, se não estiver enganado, no jornal *O Globo*, ou *Folha de S. Paulo*, de ontem, verifica-se que o Brasil perdeu, entre as instituições de formação superior, entre 2 mil... Nós estamos com 54, tendo perdido 23 ou 25, entre aquelas que estavam incluídas, por força de uma diminuição drástica que nos últimos anos foi verificada em relação à ciência e tecnologia, um processo que agora está sendo recomposto. Enfim, temos muito a caminhar. Mas as nossas saudações em reconhecimento à excelência da formação superior, que Santa Catarina nos empresta.

Na ordem, S. Exa. Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Obrigado pela gentileza. Estava inscrito mais cedo, mas não pude falar.

Obrigado.

Sr. Presidente, estamos recebendo hoje, nesta Casa, uma pessoa que tem a minha estima, a minha admiração e que está fazendo um papel importantíssimo no Estado de Santa Catarina, que é o Secretário de Portos Robison Coelho, que trabalha com o nosso Governador Jorginho Mello, que foi nosso colega, colega dos senhores nesta Casa.

Robison, nós queremos te desejar muito êxito, na sua gestão frente a esta pasta, que é tão importante para o Estado de Santa Catarina. Afinal de contas, trata-se de infraestrutura.



E hoje, Robison, o que mais o Estado de Santa Catarina precisa, é de infraestrutura, seja de rodovias, seja de portos...

O Senador Esperidião Amin, há poucos dias, fez uma fala aqui na Casa, ressaltando que, num futuro próximo, Santa Catarina vai mudar de cinco portos para, com certeza, 20, 30, 40, devido a tantas hidrovias que nós temos, os nossos mares, nosso mar territorial e nossas oportunidades, nossas áreas portuárias.

Então, quero agradecê-lo pela visita ao Senado Federal, quero lhe dar boas-vindas a esta Casa e desejar, junto com o nosso Governador Jorginho Mello, muito sucesso na sua gestão. Você tem uma grande responsabilidade para tocar a Secretaria de Portos lá do nosso estado.

Sr. Presidente, eu também queria fazer uma homenagem especial ao Estado de Israel, que ontem fez 75 anos. Estivemos lá, membros desta Casa: o Senador Jaques Wagner, o Senador Alan Rick, o Senador Carlos Viana e eu estivemos lá, representando o Senado Federal. Tínhamos também Deputados Federais, prestigiando aquele Estado, que, em 1948, teve criado ali o seu espaço territorial, graças a um grande diplomata brasileiro, Osvaldo Aranha.

Eu quero fazer uma especial homenagem – sou cristão e tive a oportunidade de ir a Israel por duas vezes, uma, enquanto fui Secretário de Estado; outra, como turista –, quero fazer aqui a minha homenagem. Desejo sucesso e que Deus abençoe o Brasil e que Deus abençoe Israel.

Quero também fazer uma homenagem aos nossos Pastores, de Minas Gerais, de Belo Horizonte, que vieram, Sr. Presidente, trazer uma homenagem, trazer cartas para o ex-Ministro, meu amigo e ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres, que, graças a Deus, já está em casa com a sua família. A igreja de Belo Horizonte fez essa homenagem. As crianças trouxeram cartas para entregar ao Anderson, à sua esposa, Flávia, e a seus filhos.

Então, quero agradecê-los pela homenagem. O Anderson é meu amigo, é meu irmão. Quero agradecê-los também por virem aqui, a esta Casa, prestigiar o Senado Federal e que Deus abençoe os fiéis, abençoe Minas Gerais e que Deus não se esqueça de abençoar o Brasil e a nossa Santa Catarina.

Sejam muito bem-vindos ao Senado!

Sr. Presidente, eu tenho, particularmente, como muitos membros desta Casa, críticas à operação Lava Jato, mas, sem dúvida nenhuma, teve muito mais acertos e êxitos do que erros. Sabemos que, com o passar do tempo, com as investigações, houve, realmente, alguns abusos de autoridade, abusos esses que, hoje, nos deixam, inclusive, perplexos, por algumas questões que estão acontecendo no Brasil.

Posso citar, agora, a questão do humorista Leo Lins, lá em São Paulo, porque, apesar de ter minhas críticas sobre alguns dos temas que ele aborda para fazer piada, no fim das contas, quem vai a um teatro assistir ao Leo Lins, tem liberdade, já conhece, e é uma expressão artística.

Ontem, uma decisão judicial acabou impedindo-o de fazer seus *shows*. Mais uma vez, não concordo com algumas abordagens e algumas brincadeiras do Leo Lins, mas creio que a liberdade de expressão, a liberdade artística é prevista, constitucionalmente, e nós precisamos, pelo menos, defendê-la. Afinal de contas, o PL das *fake news* não foi implementado, foi rejeitado pela Câmara Federal, e nós precisamos respeitar o direito à liberdade artística. Então, quero prestar aqui a minha solidariedade ao Leo Lins.

Continuando nessa toada, quero prestar a minha solidariedade ao Deltan, Deputado que foi ontem cassado. Eu não sou jurista, Sr. Presidente. Alguns membros da Corte Superior que participaram do julgamento, conheço, conheço seus votos, conheço, inclusive, a idoneidade de muitos deles, e, como não li o processo, não sou jurista, não vou entrar na questão específica, mas eu quero, acima de tudo, demonstrar minha solidariedade ao Deltan e ao povo do Paraná. Afinal de contas, foi a população do Paraná que referendou o nome de Deltan Dallagnol nas urnas.

Então, quero prestar minha solidariedade ao Deltan, ao povo do Paraná e, acima de tudo, ao voto, ao voto do povo, à concessão, à confiança que o povo dá para cada um de nós, para os representarmos



aqui, na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, com estas palavras, eu agradeço a oportunidade de falar, mais uma vez agradecendo ao Robison Coelho pela presença, aos pastores de Minas Gerais e prestando, mais uma vez, minha solidariedade, acima de tudo, ao Parlamento, à Câmara e ao Senado Federal.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Seif, o Sr. Veneziano Vital do Rego, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Jorge Seif, e parabéns pela sua disciplina em relação ao horário; que todos nós aqui façamos o mesmo em respeito aos nossos colegas e ao nosso tempo regimental na tribuna.

Um abraço, Deus e saúde a todos que estão na galeria.

Neste momento, seguindo a ordem de inscritos... Há outros na frente, porém estão ausentes do Plenário. Portanto, na tribuna, pelo tempo de dez minutos... Como eu fiz um compromisso hoje, porque ontem eu cometi um erro, deixando um colega falar por muito tempo na tribuna, eu permitirei, além dos dez minutos, mais três minutos de tolerância, a pedido de todos os meus colegas, inclusive do Presidente do Senado Federal.

Nossa voz de Roraima, Senador Chico Rodrigues, meu companheiro do histórico Partido PSB, na tribuna.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Meu caro Presidente, Senador Jorge Kajuru, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, população brasileira que nos assiste neste momento, este pronunciamento de hoje tem uma importância fundamental para nós compreendermos a gravidade do momento em que o país vive em relação à questão educacional, de que tantos falam neste Plenário, e, obviamente, tem que reverberar na imprensa e em todos os segmentos, inclusive dentro do próprio Governo, que traça as políticas públicas de educação para este país.

Trago a esta tribuna notícia estarrecedora divulgada ontem. O resultado do Estudo Internacional sobre Progresso em Alfabetização e Leitura.

Pasmem: enquanto, em 21 países, o percentual de estudantes sem nenhuma compreensão de leitura não chega a 5%, no Brasil, apenas 13% dos estudantes tem nível de aprendizado adequado, considerado de proficiência. Apenas 13%! Vejam o fosso profundo em que nos encontramos! E fala-se tanto em política educacional.

Estamos entre os piores países participantes do estudo, pior que países com renda bem inferior à do Brasil, como Turquia, Azerbaijão, Uzbequistão e Omã. O Brasil está à frente apenas de Irã, Jordânia, Egito, Marrocos e África do Sul no ranking sobre alfabetização e leitura.

A pesquisa feita com 400 mil alunos da quarta série de 57 países nos revela uma fotografia do momento que vivemos. Não podemos fazer análise sobre a evolução dessa realidade no Brasil, porque essa é a primeira vez que o Brasil participa desse estudo. É possível que a capacidade de alfabetização e leitura esteja melhor hoje do que no passado, mas não temos esse dado para comparar.

Até 2021, os dados sobre alfabetização e analfabetismo eram coletados apenas para a população com 15 anos ou mais. Para esse grupo, os dados revelam uma melhora lenta e gradual do Brasil no sentido da redução do nível de analfabetismo. No entanto, estudos estatísticos do Ministério da Educação de 2014 apontavam que 1/3 dos analfabetos com 15 anos ou mais frequentou a escola. Era um indicador da deficiência do ensino básico na formação dos adultos.

O isolamento, em função da pandemia, deve ter tido efeito devastador entre as crianças que participaram da comparação, mas não pode ser responsabilizado pela diferença entre as nações, porque



esse isolamento afetou a maioria dos países participantes dessa pesquisa.

Existe, no entanto, uma cautela com os dados do estudo divulgado ontem: o Brasil é o único país da América Latina que participou do estudo. Na África, apenas Marrocos, África do Sul e Egito participaram. Na Ásia, participaram Hong Kong, Taipei, Singapura, Macau, Rússia, Cazaquistão e Uzbequistão. Na Oceania, participaram a Austrália e a Nova Zelândia. É possível que a simulação, dentro desse projeto de alfabetização e leitura no Brasil, seja melhor que a de muitos países não avaliados, mas isso não compromete a conclusão de que estamos em um cenário difícil em termos de educação, que compromete nosso amanhã, nos revela a fragilidade dos passos que estamos dando em direção ao futuro.

Em países que alcançaram médias mais avançadas, como Singapura, Hong Kong, Rússia, Inglaterra e Finlândia, os estudantes conseguem interpretar as emoções dos personagens, avaliar o estilo do autor, fazer ligações complexas entre as ideias e estabelecer comparações bem elaboradas. No Brasil, a média alcançada revela que nossos estudantes conseguem ler textos simples e localizar apenas ideias explícitas.

Colegas Senadoras e Senadores, aqueles que têm a minha idade acompanharam a ascensão, no final da década de 70, dos Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. Sabemos que esses países passaram por grandes transformações, com volumosos investimentos desde o final da Segunda Guerra Mundial e que o sucesso desses está associado a investimentos maciços em educação e profissionalização.

O Senador Marcos Pontes está agora na Coreia do Sul, participando de fórum sobre as relações entre Coreia, América Latina e Caribe, para o qual fui convidado na condição de Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul, mas precisei declinar em função de questões de interesses anteriormente assumidos. De lá, ele me fala do progresso que aquela economia alcançou nas últimas décadas, principalmente por causa de investimentos ao longo dos anos em educação, ciência e tecnologia.

A Irlanda é outro exemplo: nas últimas décadas, fez da educação o único – o único, o único – foco das políticas públicas e, como consequência, hoje apenas 2% das crianças que participaram do teste não têm domínio de compreensão da leitura. Em função disso, o PIB da Irlanda cresce a médias bem superiores às do resto do mundo. Tirando a crise de 2008, a economia da Irlanda cresceu cerca de 10% ao ano desde meados da década de 90, no século passado. Em 2015, esse crescimento foi de 24,4% e, em 2021, foi de 13,6%.

Presidente, colegas Senadoras e Senadores, no passado a terra, as riquezas naturais e o capital eram importantes fatores de crescimento. Hoje vivemos a época em que o conhecimento domina a base do desenvolvimento: não há futuro sem conhecimento, e não há acesso ao conhecimento sem educação de base.

Educação não pode ser política de governo; tem que ser política de Estado. Não dá para investir hoje, e o resultado sair amanhã. É preciso investir hoje, sabendo que os frutos levam 20, 30 anos, mas, quando chegam, é a glória de uma nação. Os exemplos estão aí.

O Brasil precisa priorizar a educação de suas crianças, olhando para o amanhã, precisa dar condições para as escolas acolherem os futuros cidadãos, precisa superar os modelos de educação arcaicos, transformar o processo de aprendizado em algo prazeroso, que estimule as crianças a querer aprender, a querer, ter vontade de ir à escola.

A escola tem que ser um local que valoriza as habilidades e potencialidades de cada um. Para isso precisamos de mais professores, professores capacitados e reciclados constantemente para os novos desafios que se apresentam todos os dias. Os professores da educação de base são a pedra angular de todo o processo educativo.

(Soa a campainha.)



O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) –

Hoje, infelizmente, temos professores desmotivados, adoecidos com os desafios de salas de aula superlotadas, de crianças com inúmeras necessidades especiais e com a violência que tem surgido em nossas escolas. É preciso estar atento ao equilíbrio dos profissionais de educação, sujeitos a uma tensão em relação às crianças, que trazem, muitas vezes, a agressividade reinante em muitos lares para a sala de aula, em especial depois desses anos de isolamento devido à pandemia. Temos assistido, com grande dor e apreensão, o aumento de casos de violência nas escolas brasileiras. Não podemos ficar indiferentes.

Além de professores que recebam reciclagens para lidar com os novos desafios da sala de aula, a escola precisa de profissionais de apoio, monitores devidamente capacitados para acompanharem as crianças com necessidades especiais.

São necessários mais investimentos para a construção e renovação de escolas, para o aperfeiçoamento de recursos pedagógicos que auxiliem o trabalho. Essa é uma luta que tenho tido junto ao FNDE, em todos esses anos de mandato, para construir, reformar e renovar escolas no meu Estado de Roraima.

Quero encerrar este discurso dizendo que é possível colocar o Brasil entre os melhores avaliados e mais bem avaliados desse estudo internacional sobre habilidade de leitura e compreensão, mas precisamos iniciar pelo básico: o fortalecimento, o apoio e o reconhecimento remuneratório àqueles profissionais que fazem da sala de aula o berço do Brasil do futuro.

Sr. Presidente, esse tema nos chocou muito ontem quando nós vimos os resultados dessa pesquisa. Verificamos que o nosso país está na contramão da história. Nós, que somos um país gigantesco, um país com 214 milhões de habitantes, que somos a nona economia mais poderosa do planeta. Ainda, se olharmos pelo retrovisor da história e do tempo, vamos ver que os projetos de Estado na verdade são esquecidos pelos governos.

E é necessário que, nessa hora em que precisamos retomar e reoxigenar essa juventude, possamos oferecer... Que o Brasil, através de suas políticas de Estado, possa, na verdade, fortalecer esse segmento que é a educação básica, a educação fundamental, para que possamos ter sonhos e esperanças para o amanhã.

Esse era o meu pronunciamento, Sr. Presidente, e gostaria que ele reverberasse em todos os veículos de comunicação desta Casa e mesmo nos veículos privados, porque é de uma gravidade gigantesca esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Farão imediatamente isso a TV Senado, a Rádio Senado e a Agência Senado. E parabéns por também cumprir o que eu combinei a partir de hoje, até para não levar bronca mais do meu ídolo Oriovisto Guimarães.

Então, o tempo agora é de dez minutos, e eu dou a tolerância de três minutos, e pronto, acabou. É assim que eu me comportarei aqui na Presidência de cada sessão. Correto, Oriovisto?

Claro.

Agora, pela ordem, então... Parece-me que a Senadora Teresa Leitão, PT, Pernambuco, me chamou.

Desculpe pela visão, querida Teresa. Fique à vontade.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Chamei, Sr. Presidente, para fazer um breve comunicado.

Eu quero, através deste comunicado, cumprimentar o Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado pela posse como novo presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), a se realizar neste próximo dia 19 de maio.

Cumprimentar todas as Vice-Presidentas: Maria Couto Cunha, do Nordeste; Cristiane Machado, do



Sudeste; Gisele Masson, do Sul; Rosilene Lagares, do Norte; e Marilda Costa, do Centro-Oeste.

Cumprimentar os integrantes do Conselho Fiscal: Ana Lúcia Félix dos Santos, Leda Scheibe e Maria Beatriz Luce.

E cumprimentar todos os diretores e diretoras, vice-diretores e vice-diretoras eleitos e eleitas nas seções estaduais e distrital de todo o país.

São 62 anos, Sr. Presidente, de história e tradição dessa entidade cuja missão é lutar pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade para todos.

A Anpae é uma entidade que participa muito ativamente na formulação e execução de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos valores da justiça social, da liberdade e da igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade.

Parabéns ao Prof. Luiz Dourado e a toda a Diretoria da Anpae, que empresta fundamental contribuição à educação em nosso país. Recebam nosso abraço muito respeitoso e fraterno.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, exemplar pernambucana, Senadora Teresa Leitão.

Bem, apenas um registro aqui, prazeroso: está conosco, no Plenário, nosso ex-Senador do Tocantins, Senador Guaracy, com quem eu vivi uma amizade rara e prazerosa em poucos tempos, em poucos meses.

Seja bem-vindo, querido Senador Guaracy.

Bem, agora, na ordem, Senador Jayme Campos, Senador Oriovisto Guimarães.

É a sua vez, voz histórica do Mato Grosso, Senador Jayme Campos, para o tempo de dez minutos, com a tolerância de três minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Kajuru, Sras. e Srs. Senadores, prometo que serei bem menor no meu tempo.

Mas quero inicialmente aqui cumprimentar o Prefeito de Tesouro, com os Vereadores, que se encontram aqui nos prestigiando, visitando o Senado Federal.

Presidente, eu queria apenas fazer aqui uma pequena fala em relação ao que foi divulgado nesse início de maio, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, que revelou dados muito preocupantes.

De acordo com o estudo, realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, praticamente todos os indicadores de endividamento e inadimplência tiveram pioras em suas séries históricas. Mesmo com números já ruins em 2021, devido à crise gerada pela pandemia do coronavírus, cresceu muito o endividamento das famílias nos últimos meses.

Trata-se obviamente de assunto da maior importância para a vida econômica e social de nossa população, e, por isso, gostaria de trazer alguns dados às Sras. e aos Srs. Senadores, a fim de que possamos nos debruçar sobre eles e encontrar soluções viáveis neste Parlamento.

Vamos a alguns dados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores:

– a cada cem famílias brasileiras, 78 estão endividadas, o que é recorde da série anual, iniciada em 2010. Houve um crescimento de 7% na proporção de endividamento em relação a 2021. Esse foi o quarto aumento consecutivo;

– 5,3 milhões de brasileiros entraram na lista do Serasa entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, ou seja, estão com os nomes negativados;

– atualmente, no país, as pendências somadas com instituições financeiras, cartões e contas em atraso, somam algo em torno de R\$334 bilhões.

No cômputo geral, são mais de 70 milhões de brasileiros com dívidas, o equivalente à população da França. São famílias que não conseguem pagar por serviços que vão desde bancos, empresas de cartões de



crédito, financeiras, até lojas e serviços de utilidade pública, como água e luz, que é o básico que tem que se pagar.

Juros altos, desemprego e renda corroída pela inflação são as principais causas para o aumento das dívidas. Esse é um drama que afeta milhões de pessoas, consumindo o orçamento da nossa população.

Sras. e Srs. Senadores, como vemos, o problema do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras é gravíssimo e requer medidas urgentes e drásticas do poder público.

A pandemia adoeceu, matou e empobreceu a nossa gente. Inúmeros negócios vieram à falência durante os últimos dois ou três anos, gerando desemprego e baixo crescimento econômico.

Dessa forma, a maioria das pessoas, hoje, se encontra endividada para suprir suas necessidades mais básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. Cumpre, portanto, que o Governo Federal, com a máxima cooperação deste Congresso, seja capaz de implementar medidas para atenuar esse problema, que tanto mal causa ao tecido social.

Quero deixar registrado que, da nossa parte, estamos atentos ao problema do endividamento da população e estaremos prontos para aprovar medidas que ajudem a mitigar essa situação.

Resolver a questão do endividamento das famílias brasileiras é fundamental para que a economia do país volte a crescer. Sendo assim, Sr. Presidente, concluo dizendo que acho que temos de dar a nossa contribuição. Entretanto, quem tem de fazer, de fato, essa política é o próprio Poder Executivo. Por parte do Congresso Nacional, eu não tenho dúvida alguma de que estaremos aqui para apoiar e fazer com que possamos reduzir, com certeza, o empobrecimento das famílias brasileiras.

Muito obrigado.

Saúdo o nosso querido Presidente Rodrigo Pacheco Maia... Rodrigo Pacheco, melhor dizendo. É tanto Rodrigo, não é?

Rodrigo Maia já não é mais Deputado, mas foi um grande Presidente da Câmara. Saúdo o nosso querido Presidente, que ora passa a assumir os trabalhos desta Casa, Rodrigo Pacheco.

Um abraço.

Muito obrigado a todos.

(Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Jorge Kajuru deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Boa tarde a todas as Senadoras, a todos os Senadores.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Oriovisto Guimarães, Líder do Podemos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero ocupar os poucos minutos que o Kajuru disse que ia me dar, porque ontem ele me deu muitos minutos. Aos amigos ele dá poucos.

Sr. Presidente, o que me traz aqui, ainda, é falar um pouco sobre economia e, sobretudo, sobre a reforma tributária, que nós não temos discutido.

Eu não posso deixar de repartir com os colegas uma frase linda que li esses dias, de ninguém diferente do que o Cardeal de Richelieu, que foi Primeiro-Ministro de Luís XIII, da França, e ele disse essa frase lá pelos anos 1600. Dizia Richelieu: “Os súditos são como mulas, que haverão de carregar tanto quanto possível, mas não tanto que rejeitem a carga”. Ou seja, o reino deve tributar todos os seus súditos com o máximo de impostos possíveis, mas não pode exagerar, porque, se for muito grande a carga de impostos, chega uma hora em que o contribuinte a rejeita.



Isso foi uma prévia da Curva de Laffer, que, mais tarde, cientificamente, demonstrou que existe um limite para a tributação além do qual ela começa a cair, porque as pessoas começam a ir para a informalidade.

Sr. Presidente, esse assunto é longo, e discutir a reforma tributária é algo que não temos feito. Então, eu aproveito esses poucos minutos que tenho para dar apenas uma pincelada em um ponto.

Quando se institui um IVA único, como é a pretensão da PEC 45, que é patrocinada pelo Ministério da Fazenda, defendida pelo Bernard Appy, você tem um único imposto para serviços, para indústria, para comércio, enfim, é um IVA.

Esse IVA vai provocar um aumento no setor de serviços brutal. Vai provocar um aumento de impostos para a agricultura brutal. Talvez, o único setor que se beneficie um pouquinho seja a indústria, mas não vai se beneficiar tanto, porque, já em seguida, vai perder consumidores. Dizem que, com isso, vai se fazer justiça ao consumidor, porque nós tributamos muito o consumo, e não tributamos a renda, não tributamos as propriedades, não tributamos as grandes fortunas.

Não existe nada mais ridículo do que achar que tributo na ponta, que tributo no consumo é fonte de injustiça tributária. Não é. A injustiça tributária resulta de impostos mal regulados.

Vejam bem o que eu vou dizer: o que é que diz a PEC 45? Ela diz que vai tributar tudo com 25% ou 27%, mas você vai se creditar daquilo que você pagou antes. Essa tributação não será igual para todos os setores. Na agricultura, tem estudos, vai aumentar muito o preço dos alimentos. Vão aumentar também os serviços, os planos de saúde, as universidades. A carga para as mulas que estão carregando o Estado nas costas vai aumentar muito, mas daí a dizer assim: “Não, nós vamos tributar todos de forma igual e, depois, faremos um *cashback*, ou seja, vamos pegar dinheiro e devolvê-lo para os pobres. Tiraremos de todos, igualmente, e, depois, faremos justiça social, devolvendo para os pobres”.

Olha que estupidez! Primeiro, você tem aí um custo de transação. Segundo... Um custo de transação, porque o Estado vai ter que recolher esses impostos, administrar um fundo, localizar nome, CPF de todo mundo que é pobre no Brasil e devolver uma parte para eles. Não existe bobagem maior.

O pessoal que é do Nordeste sabe muito bem que isso não vai acontecer. Não vai acontecer. A maioria dos pobres do Brasil nem sequer têm conta em banco.

Esse custo de transação permite desvios do dinheiro no meio do caminho.

E vejam... Como não raciocinam, meu Deus?! O pobre vai ter que pagar o arroz mais caro. O pobre vai ter que pagar o açúcar mais caro, o feijão mais caro... O Governo vai pegar esse dinheiro do pobre, porque ele pagou mais caro, porque o IVA tornou mais caro, e vai devolver para ele.

Quem é que banca o *cash-flow* do pobre? O que vai acontecer é que ele vai deixar de comer! A injustiça vai aumentar.

Esse tipo de tributação igualitária piora a injustiça da tributação na ponta, na tributação do consumo. Para o rico, se o caviar ou o queijo suíço ficaram um pouco mais caros, não vai fazer a menor diferença; para o pobre, vai fazer toda a diferença do mundo. E ele não vai ter como esperar essa devolução. Até lá, ele vai ficar sem comer.

E o que é pior? Quem é pobre? Como fica a classe média, essa grande classe média brasileira? Quem ganha mais de 2 mil, quem ganha mais de 3 mil é pobre? Pelas classificações, aqui no Brasil, não é. E essa gente vai pagar mais caro e não vai receber nada de volta. Uma universidade vai custar 20% a 25% mais caro, os alimentos vão custar mais caro, a economia vai ficar muito mais difícil para a classe média e para os pobres.

Uma coisa tão simples, tão simples! Desde o tempo de Richelieu, já se sabia, desde 1600, mas Bernard Appy, Fernando Haddad, o Governo Federal, esses não sabem, não sabem porque não querem estudar economia.



É uma tristeza o que vem pela frente com essa reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Oriovisto Guimarães.

Próximo orador inscrito, Senador Irajá.

Declaro encerrado o Período do Expediente e declaro aberta a Ordem do Dia.

(*Soa a campainha.*)

Início da Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Anuncio o primeiro item da pauta de hoje, o item 1.

Projeto de Lei nº 947, de 2022, do Deputado Federal Sergio Souza, que altera a Lei nº 9.249, de 1995, para estabelecer a interpretação a ser dada quanto aos limites de dedutibilidade do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido referentes às despesas com *royalties* no processo de multiplicação de sementes.

Parecer favorável nº 17, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Angelo Coronel.

Foi apresentado o Requerimento nº 34, de 2023, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita urgência para a matéria. (**Requerimento nº 34/2023-CAE - Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

Está em votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passa-se à deliberação da matéria. (*Pausa.*)

Passamos à discussão da matéria.

Para discutir, Líder Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, em nome da Minoria, gostaria de parabenizar o autor deste projeto, o Senador Sergio, e o Relator, que é o nosso Senador, o grande Senador, Coronel.

É uma matéria muito importante que vem trazer justiça tributária. Existe hoje, por conta de situações alheias à vontade do legislador, por conta da Receita, uma bitributação no nosso país. E isto vem trazer justiça a esse setor, que é tão importante. Nós temos que reduzir o custo para os nossos produtores, incentivar o uso de sementes de alta qualidade, sementes certificadas, e evitar a questão do contrabando. E, por isso, é muito importante que o Senado venha a aprovar esta matéria no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, o Senador Oriovisto falou há pouco sobre os mais pobres. Senador Oriovisto, este projeto vai beneficiar o consumidor brasileiro e não apenas o produtor rural, porque, com essa bitributação, os *royalties* pagos pelos produtores de soja, pelas indústrias produtoras de sementes também são muito grandes. Dessa forma, quero cumprimentar o Senador Angelo Coronel pelo relatório que fez, pelo trabalho realizado. Nós vamos fazer justiça ao homem do campo, às empresas que produzem



sementes e também especificamente ao consumidor final, que vai ter um custo mais barato de produção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, Líder Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para parabenizar o Senador Angelo Coronel. Sendo para abaixar imposto e sendo de origem do Angelo Coronel, eu aprovo tudo! Parabéns, Angelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir... Para discutir, o Relator da matéria, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente, a lei como é hoje acaba estipulando uma dupla tributação do setor, quando o produtor de semente de soja e o obtentor da tecnologia estão pagando duas vezes o Imposto de Renda sobre *royalties*. É importante frisar que, ao final, esse custo é embutido no próprio preço da semente, encarecendo a cadeia em aproximadamente 25%.

Com certeza, com isso, o Brasil vai ficar mais competitivo na exportação da soja e vai ficar mais competitivo no mercado interno. Isso vai ser de grande valia para a sociedade brasileira.

O relatório foi feito pela aprovação por achar que o projeto é meritório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Resolução nº 58, de 2023 (apresentado como conclusão do Parecer nº 19, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos), tendo como Relator o Senador Giordano, que autoriza a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$300 milhões.

Foi apresentado o Requerimento nº 33, de 2023, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita urgência para a matéria. (**Requerimento nº 33/2023-CAE - Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à deliberação da matéria.

A matéria está em discussão em turno único. (Pausa.)

Para discutir, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Presidente, a Sabesp, como todos nós sabemos, é a maior empresa de água e esgoto da



América Latina, sediada no Estado de São Paulo. Com certeza, este empréstimo irá melhorar ainda mais o saneamento do Estado de São Paulo.

A Comissão de Assuntos Econômicos já veio favorável a este projeto, relatado pelo Senador Giordano, e eu quero aqui externar ser favorável também a esta matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

(Parecer nº 66/2023-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Eu gostaria de fazer o registro do empenho e do trabalho do Senador Giordano em relação a essa matéria do empréstimo para a Sabesp. Portanto, o nosso reconhecimento ao Senador Giordano, que infelizmente ainda não conseguiu chegar ao Plenário, mas fica esse registro, com toda a justiça, ao seu trabalho e ao seu empenho. (*Pausa.*)

Anuncio a Mensagem nº 5, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Parecer nº 10, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Nelsinho Trad.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário, porque teremos várias votações de autoridades na tarde de hoje. Portanto, peço às assessorias que possam comunicar os Senadores e Senadoras para que venham ao Plenário.

Neste momento, submetemos à apreciação o nome do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Estamos em votação. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Com a palavra, pela ordem, Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Ao cumprimentar V. Exa., eu e o Senador Omar queremos aqui registrar, Presidente, a presença do Prefeito da cidade de Manaus, Prefeito David Almeida, que visita o Plenário do Senado da República. A cidade de Manaus, este ano, enfrentou grandes e sérios desafios em função das tempestades e das catástrofes que tivemos na cidade de Manaus. O Prefeito está aqui em Brasília em busca de recursos e de apoioamento ao povo amazonense, ao povo manauara. Toda a nossa bancada, com a coordenação do Senador Omar, está empenhada nesse sentido, e queremos, portanto, registrar a presença do Prefeito David Almeida e do Secretário de Infraestrutura, Renato Junior, aqui no Plenário do Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Pela Presidência, registro boas-vindas ao Prefeito David Almeida, da belíssima cidade de Manaus. Naturalmente muito bem-vindo ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente e, ao seu lado, nosso querido Flávio Bolsonaro, a presença do Prefeito na cidade de Brasília, com algumas audiências em alguns ministérios, é devida aos fatos que ocorreram não só em Manaus, mas em outras cidades também. Nós a bancada do Estado do Amazonas – eu, o Senador Eduardo, o Senador Plínio e os Deputados Federais – temos obrigação de fazer o melhor possível para ajudar a prefeitura, que tem as suas dificuldades, como todas as outras prefeituras têm. Teremos daqui a pouco uma reunião com o Ministro das Cidades – às 17h, ela está marcada –, e a gente espera poder contribuir com a cidade de Manaus mais uma vez.

Agradeço sempre a sua gentileza, como bom mineiro não nascido em Minas, mas nascido no Norte, em Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Omar Aziz. Reitero as boas-vindas ao Prefeito. Espero que tenham bons frutos as reuniões hoje nos ministérios de Estado.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, na medida do possível, que possam permanecer no Plenário, eventualmente cancelando as suas reuniões – à exceção da reunião do Município de Manaus – para permanência no Plenário do Senado Federal, para que possamos apreciar as autoridades.

Senador Laércio, Senador Angelo Coronel, Senador Romário, que chega neste momento, que permaneçamos no Plenário para a apreciação das autoridades.

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Senadores e Senadoras que possam votar, pelo sistema eletrônico, a indicação do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Voltamos à lista de oradores.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelos canais da TV Senado, uma boa tarde a todos.

Sr. Presidente, como alguns aqui já sabem, eu hoje estou como Senadora, mas o meu ramo é a indústria, mais precisamente recapagem de pneus, setor em que atuo há 35 anos. E essa é relação que me faz reconhecer que o segmento de transporte é vital para a logística e a economia de nosso país. Por isso,



tenho focado os meus esforços para atender as demandas do setor em busca de melhorias para todos. A experiência na área me qualifica para insistir no enfrentamento de problemas que aumentam a concorrência desleal e prejudicam quem empreende de forma correta. E é justamente isso que me traz hoje à tribuna.

Há oito meses, promovemos, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência para debater a venda direta de pneus novos aos transportadores e ao consumidor final sem nenhum tipo de controle. Há oito meses, Sr. Presidente, trouxemos o tema para o debate nacional e cobramos uma fiscalização maior. E, de lá para cá, só o que vimos foi o aumento de reclamações dos empresários do setor.

Para que quem não é do ramo consiga entender, eu explico melhor o que está acontecendo. Imagine quanto uma transportadora com diversos caminhões gastaria apenas em pneus novos se pagasse o preço de mercado. Uma fortuna! Por isso, há uma série de incentivos para que o fabricante faça a venda direta ao consumidor por um preço melhor. Até aí, tudo bem. O problema é que tem se tornado quase comum o desvirtuamento dessa prática, sem controle pelos fabricantes e fiscalização pelos órgãos competentes. Vamos fazer uma conta de padeiro. Uma transportadora com mil caminhões gastaria, em média, mil pneus novos por mês – essa é a média –, mas algumas transportadoras se aproveitam e compram duas, três vezes mais, como 3 mil pneus, como uso e consumo, que não tem substituição tributária, ou seja, compra o triplo de pneus por um preço muito mais baixo, se apropria de créditos de PIS-Cofins e ICMS, abate no Imposto de Renda e vende o excedente sem nota fiscal, executando a velha prática de caixa dois.

Tal situação foi devidamente comprovada pelo trabalho referencial realizado pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Após ser alertada por essa prática nociva e ilegal, a secretaria elaborou um levantamento comprovando a existência de transportadores que adquirem pneus em até 50% a mais do que o necessário para o atendimento de sua frota.

Essa prática, colegas Senadores, está colocando em risco e pode prejudicar todo o setor de transporte – coloca em risco, porque prejudica justamente aqueles que caminham na legalidade.

Registro que os fabricantes de pneus sabem o que está acontecendo, mas, na audiência pública da CAE que realizamos em agosto do ano passado, eles disseram que agem dentro da legalidade e que enviam a seus clientes uma carta dizendo que é proibida a venda de pneus novos adquiridos para uso e consumo. O.k., podem ter feito a carta, mas é um alerta que parece entrar por um ouvido e sair pelo outro, porque os relatos dessa compra indiscriminada de pneus se acumulam. É uma prática que afeta dois grandes setores: o de revenda de pneus novos e o de reforma de pneus.

Sabemos que o livre comércio é importante e devemos apoiá-lo, mas ele tem que ser isonômico e não oferecer vantagem a um em detrimento de outro, sob pena de fomentarmos a competitividade desleal.

A nossa missão aqui no Senado, examinando e propondo leis, não é fácil. Os problemas do Brasil são muitos, mas entendo que, se conseguirmos pelo menos controlar as injustiças e as deslealdades, já teremos dado um grande passo.

No final das contas, todos os assuntos acabam se conectando. A reforma de pneus, por exemplo, conversa diretamente com a pauta da preservação ambiental. O aumento da produção e a oferta de pneus de baixo custo inviabilizam a reforma, o que aumenta o risco de dano ao meio de ambiente. E é dano em cima de dano, senhores. A produção de um pneu novo consome 79 litros de petróleo, enquanto a reforma do mesmo pneu consome somente 27 litros de petróleo, sem contar a diminuição do CO₂ lançado na atmosfera. Assim, a reforma de um pneu gasta bem menos recursos naturais do que um novo. Logo, o raciocínio é lógico: quanto menor a recuperação do pneu, mais recursos naturais são necessários para a produção de um novo...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MT) – ... e maior é a emissão de CO₂ na atmosfera, gerando, assim, danos ao meio ambiente.

Ainda que a produção e a oferta de pneus novos de baixo custo possam trazer uma ideia primária de benefício ao transportador, essa não é a realidade do resultado final. E quem sofre é o meio ambiente.

Para encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, informo que já oficiei secretarias de estados sobre essa prática de venda realizada irregularmente. Porém, espero que o meu alerta desta tribuna seja um *start* para que órgãos cabíveis tomem as providências necessárias, inclusive junto aos fabricantes, do mesmo modo que espero que o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Sinir, atue de forma mais efetiva no controle da produção e da destinação adequada dos pneus, na busca de garantir um meio ambiente equilibrado e sustentável.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Margareth Buzetti.

Com a palavra, pela ordem, o Líder Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na próxima sexta-feira, dia 19 de maio, nós vamos comemorar o Dia do Defensor Público. E aí, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro aqui hoje, porque, pela manhã, eu presidi uma sessão em homenagem a todos os defensores e defensoras públicas.

Sr. Presidente, nós temos que entender que a Defensoria Pública... Você quer ver como que um Governo quer o bem da sua população? Olhe como ele trata a Defensoria Pública. É a Defensoria Pública que está lá, atendendo todos os hipossuficientes: a população em situação de rua, as mulheres, os pretos, os pardos, os indígenas, os quilombolas, as pessoas com deficiência...

Então, eu acho que esta Casa tem que estar sempre reforçando o comprometimento para fortalecer essa instituição, porque nós não estariamos, ali, beneficiando os defensores públicos, mas estaremos, assim, atendendo aquele destinatário dessa tão importante instituição, que é a Defensoria Pública.

Eu quero aqui, mais uma vez, reforçar e colocar para todos os defensores públicos, sejam estaduais, sejam da União, que o nosso mandato está à disposição, e eu tenho certeza que o Senado Federal; essa também é uma manifestação dos colegas Senadores.

Parabéns à Defensoria Pública! Parabéns a todos os Defensores Públícos e a todas as Defensoras Públícas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Nossos reconhecimentos à Defensoria Pública brasileira.

Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Podemos encerrar a votação?

Todos já votaram?

Com a palavra, pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu protocolei, na Mesa desta Casa, um requerimento solicitando uma sessão



especial, aqui no Senado Federal, a fim de celebrar os 180 anos do IAB, que é o Instituto de Advogados Brasileiros, um órgão que tem 180 anos de atividade ininterrupta, de que tivemos, como resultado, dentre tantos investimentos brasileiros, a OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, que é fundamental na consolidação do Estado democrático de direito, do ordenamento jurídico, e na defesa da advocacia nacional. É um requerimento, Presidente, que eu protocolei hoje.

O instituto é presidido pelo ex-Presidente do STF, o Sydney Sanches, e não há dúvida nenhuma de que uma homenagem do Senado Federal é fundamental, como forma de reconhecimento do papel importante que o IAB tem dado ao Estado, ao nosso país, e, portanto, ao Estado democrático de direito.

Eu pediria a V. Exa. que, o quanto antes, e até, se possível, colocasse extrapauta este requerimento, porque julgo ser um requerimento importante para o Brasil.

Quero só repetir, Presidente, é um requerimento, pedindo uma sessão especial em comemoração aos 180 anos de atividade ininterrupta do IAB.

V. Exa. compõe também a Ordem dos Advogados do Brasil e a OAB, inclusive, é fruto do IAB.

Eu pediria a V. Exa. que pudesse colocar extrapauta, atendendo ao pedido, dentre tantos, do nosso Deputado Miro Teixeira, que foi um grande Parlamentar, decano da Câmara dos Deputados, e tem uma contribuição importante para a advocacia brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Fica registrado o pleito de V. Exa. Entrará no rol dos requerimentos pendentes de apreciação e o apreciaremos brevemente.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 46 Senadores; NÃO, 02 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**
Uma abstenção.

Está aprovada a indicação do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 6, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Parecer nº 15, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar, pelo sistema eletrônico, a indicação do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para a Embaixada do Brasil na França e no Principado de Mônaco.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo Pacheco, primeiramente, quero lhe agradecer. O Senado criou todas as condições para que a Comissão de Segurança, junto com o Ministério da Justiça, realizem – lá no Acre, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia – um debate sobre violência na fronteira e também tráfico de droga.

Será lá na fronteira do meu estado e vamos ter a presença de vários Senadores. Aqui eu queria reiterar o convite a todos os Senadores que queiram participar desse grande evento que vai ser muito importante.

Segundo o Ministro Flávio Dino, que vai estar presente – já confirmou sua presença – e também alguns representantes do Ministério da Defesa, esse vai ser um piloto, para que nós possamos discutir a violência na fronteira em outras regiões.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, reforçar. Senador Omar Aziz, reforço o convite, para que nós possamos ter um número bastante representativo, principalmente dos membros da Comissão de Segurança, a Comissão que nós presidimos, para que nós possamos colher todas as informações e ver de que forma nós podemos ajudar, lógico, o meu estado e o nosso país.

Então, mais uma vez, fica aqui o convite e o agradecimento ao Senado, por criar todas as condições para que nós possamos nos deslocar até o Estado do Acre, ao Município de Brasileia. Agradeço também à Prefeita Fernanda Hassem, que tem ajudado – ajudado muito – na organização do evento. O Governador Gladson Cameli também, com toda a estrutura do Governo, colocou-se à disposição, para que nós possamos realizar um grande evento.

Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Projeto 5.988, que institui o Dia Nacional do Plantio Direto... eu gostaria de perguntar se podemos votar extrapauta. O 5.988 é só o projeto que institui o Dia Nacional do Plantio Direto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Luis Carlos Heinze, nós não vamos colocar como extrapauta, mas eu já vou recolher o requerimento de V. Exa., e pautaremos o projeto para que todos os Senadores, com antecedência, possam ter conhecimento. Mas daremos prioridade à inclusão desse projeto na pauta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Trata-se da indicação do Sr. Ricardo Neiva Tavares para a Embaixada da França e, cumulativamente, o Principado de Mônaco. (Pausa.)

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal da indicação do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Senador Efraim, Senador Beto Faro, Senador Jaime Bagattoli, Senador Chico Rodrigues, Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Muito obrigado, Senador Cid Gomes.

Senador Marcio Bittar, Senador Alan Rick, Senador Rodrigo Cunha, Senador Renan Calheiros, peço que venham ao Plenário.

Senador Weverton, Senador Davi Alcolumbre...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Esse aí não aparece nunca. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG)

– Estamos em processo de votação nominal. Já atingimos o quórum. Em instantes, nós encerraremos essa votação e iniciaremos outra. Portanto, peço a permanência dos Senadores e Senadoras em Plenário. (Pausa.)

Podemos encerrar? Todos já votaram? (Pausa.)

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação?

A Senadora Tereza Cristina está votando – com tranquilidade, Senadora. (Pausa.)

Podemos encerrar?

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 40 Senadores; NÃO, 2 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.4 do Sumário**)

Houve 2 abstenções.

Está aprovada a indicação do Sr. Ricardo Neiva Tavares para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 23, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Erick Moura de Medeiros para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Parecer nº 6, de 2023, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Eduardo Braga.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG)

– Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário e permaneçam no Plenário para as votações nominais e indicação de autoridades. (Pausa.)

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário e permaneçam no Plenário porque teremos outras votações na tarde de hoje.

Escolha do Sr. Erick Moura de Medeiros para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Senador Davi Alcolumbre, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Jaques Wagner, Senador Eduardo Girão, Senadora Eliziane Gama, Senador Weverton, Senador Jayme Campos, Senador Wellington Fagundes, Senador Fernando Dueire, Senador Humberto Costa, Senador Ciro Nogueira, Senadora Jussara Lima, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Romário, Senadora Zenaide Maia, Senador Rogerio Marinho, Senador Jorge Seif, estamos em processo de votação nominal. (Pausa.)



Com a palavra, pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, enquanto aguardamos a votação, eu quero lembrar aos colegas e às colegas, Senadores e Senadoras, que um dos grandes avanços que nós tivemos na legislatura passada foi a aprovação do Novo Fundeb, que se tornou permanente na Constituição, com um aporte maior de recursos da parte do Governo Federal e com critérios mais justos de distribuição.

Estados e municípios aportam 20% dos 25% que devem aplicar em educação num fundo contábil. Isso, em 2020, significava R\$150 bilhões. E o Governo Federal aportava 10%, ou seja, 15 bilhões. Qual foi a mudança realizada? Em cinco anos, esse percentual do Governo Federal deve chegar a 23%: 13% em 2021, 15% em 2022, 17% em 2023, 19% em 2024, 21% em 2025 e 23% em 2026.

Porém, a coisa mais importante que aconteceu é que, quando nós aprovamos e ficou acertado isso, esse valor estaria fora do teto de gastos. O Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação, o Senador Dário Berger, foram os dois que tanto se empenharam na legislatura passada. Por quê? Porque os R\$15 bilhões atualmente são mais ou menos, a gente não sabe, porque varia no decorrer do ano, R\$30 bilhões. Em 2026, aumentando os percentuais, podemos chegar a R\$50 bilhões.

O que está acontecendo agora na discussão do arcabouço na Câmara? O Relator está colocando recurso do Fundeb dentro do teto, não fora do teto. O Governo Federal mandou a mensagem para o Congresso Nacional colocando fora do teto o valor da enfermagem e o valor do Fundeb, fora do teto, porque a educação, quer dizer, o Presidente, todo mundo falou que a coisa mais importante era saúde e educação, e o Relator lá na Câmara dos Deputados, ao arrepio de tudo que foi discutido, num ato, eu diria, que não pode ser aceito por todos nós, para não usar uma palavra mais pesada, coloca dentro do teto.

Imagine a dificuldade do Governo Federal com R\$40 bilhões, R\$50 bilhões dentro do teto. Praticamente um tiro no pé em tudo que a gente aprovou em termos dos gastos necessários para o desenvolvimento do país. Então, o Cláudio Cajado, que é o nome, colocou dentro do teto.

Então, isso é uma coisa impensável. Eu faço um apelo para a sociedade que nos acompanha para entrar em contato com o Relator, com os Deputados, para dizer: “Olhe, isso não é arcabouço, isso significa acabou-se – acabou-se – e não arcabouço”. Não é?

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, nesse sentido, o Relator fez uma reunião hoje com Parlamentares, Senadores e Deputados, e simplesmente ao invés de dialogar, de conversar, de se sensibilizar com o argumento: “Não, eu tenho que conversar com o meu Líder! Não, eu tenho que pedir permissão”. E a gente, o pessoal dizendo para o Relator: “Mas você é Relator, tome uma decisão como Relator”.

Então, Sr. Presidente, está nessa base uma conquista inestimável, maravilhosa da sociedade brasileira, Fundeb, educação básica fora do teto. O Governo mandou fora do teto, e o pessoal, não se sabe por qual razão, bota dentro do teto e liquida todo o nosso debate e discussão tão difícil no final do ano passado para que a educação, a saúde...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... ficassem fora do teto.

Então, eu faço um apelo a V. Exa., que é um batalhador. Eu sempre uso a expressão de V. Exa.: “Do zero aos 18 anos, nada pode faltar em educação”. V. Exa. usa essa frase, que é maravilhosa.



Repto a frase pelo Brasil inteiro. Se nada faltar do zero aos 18 anos, o Brasil vai ser diferente, mas há uma insistência descabida sabe lá por qual razão, mas é um apelo que eu faço para a sociedade em geral. Olhe, retrocessos jamais. Queremos avanços, principalmente em educação, saúde. Educação, que é o carro-chefe nosso.

Então, Sr. Presidente, é o apelo que eu faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

O Senador Oriovisto e o Senador Rogério Carvalho gostariam de se pronunciar sobre esse tema que V. Exa. levantou. De modo que eu vou encerrar essa votação, anunciar a próxima e conceder a palavra ao Senador Rogério e ao Senador Oriovisto.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM, 46 Senadores; NÃO, 3 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.5 do Sumário**)

Duas abstenções.

Está aprovada a indicação do Sr. Erick Moura de Medeiros para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

Anuncio a Mensagem nº 9, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sra. Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Parecer nº 16, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Mara Gabrilli.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Peço aos Senadores e às Senadoras que venham e permaneçam no Plenário. Teremos outras votações na sessão de hoje.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, Senador Flávio Arns, cumprimentar V. Exa. por trazer esse questionamento sobre colocar o Fundeb dentro do teto do limite de gastos, algo que nós conquistamos e que retiramos dois anos atrás. Primeiro, foi aprovada uma PEC, criando um novo valor para o Fundeb. E depois, foi feita a regulamentação, e o Fundeb ficou fora do teto.

Creio que esse é um debate que nós temos que aprofundar, mas, se eu não estou enganado, teria que ser por PEC, para poder colocar dentro do teto, porque ele foi criado, esse valor...

Profa. Dorinha, que trabalhou esse tema, eu acho que seria importante a senhora esclarecer aqui



para nós todos esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG)

– Eu havia dado a palavra ao Senador Oriovisto. Senador Rogério, Senador Oriovisto e, na sequência, Senadora Dorinha.

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero falar um pouquinho sobre teto de gastos, sobre o arcabouço fiscal, que está sendo votado na Câmara dos Deputados e que em breve virá aqui, para que nós Senadores possamos votar.

Primeiro, quero dizer ao meu colega Flávio e ao Senador Rogério também, que se pronunciou, que eu sou totalmente favorável, sempre votei a favor de tudo que fosse para o Fundeb. E acho mesmo que se alguma coisa se justifica fora do teto seria o Fundeb. Acho que nada mais é importante. Mas quero dizer que, por tudo que eu tenho acompanhado do teto de gastos original, que veio do Ministério da Fazenda, e também por tudo que li agora, do substitutivo apresentado pelo Deputado lá na Câmara dos Deputados Federais, esse Governo vai ter todos os recursos de que precisa e mais um pouco.

Eu vou citar apenas dois itens: colocaram para fora do teto, Flávio, os restos a pagar. Só aí, são R\$250 bilhões. Dá para pagar seis Fundeb. Só com essa jogadinho. Mudaram uma palavrinha, “despesa orçada”, e pronto, isso já foi suficiente para ganhar 250 bilhões no ano que vem.

Fizeram outra coisa muito séria: incluíram, na base da despesa do Governo para as projeções futuras, 145 bilhões, que nós aprovamos na PEC da transição. Essa PEC deixou muito claro que era exclusivamente para o ano de 2023. Ora, quando você incluir na base e corrige até 2026, você acrescenta mais quase 600 bilhões, que o Governo vai poder gastar por conta disso. Você se lembram de que ele tinha pedido quatro parcelas de duzentos e tantos bilhões e que nós discutimos, discutimos – isso foi lá em dezembro, na PEC da transição –, e demos apenas por um ano só 145? Ele passou para os quatro anos.

Então, só nessas duas pegadinhas, Flávio, não se preocupe, o Governo Lula terá quase 1 trilhão a mais para gastar. E nisso o Cajado não mexeu. Tudo isso foi bem negociado, foi bem costurado. O Lula e o PT terão dinheiro para fazer um voo de galinha na economia e para eleger o sucessor. Esse é o plano, eles são craques nisso. Não se preocupe: de forma alguma vai faltar dinheiro para o Fundeb. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Professora Dorinha Seabra com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar sobre essa questão do arcabouço fiscal.

Hoje eu estive, junto com alguns Deputados, em uma reunião com o Relator, o Cajado, lamentando a inclusão, que foi feita por ele, do Fundeb, da complementação do Fundeb, no teto de gastos, no arcabouço fiscal.

O Fundeb, a complementação dele, nunca esteve, desde a Emenda 95, quando foi criado o teto de gastos... A complementação do Fundeb, naquela oportunidade, já estava fora do teto de gastos. Hoje, quando nós votamos o novo Fundeb foi reafirmada a continuidade fora do teto de gastos. A entrada do Fundeb tem, sim, prejuízo para a educação porque, até 2023, a complementação vai crescer.

Entrando no arcabouço fiscal, nós passamos a competir com todas as áreas. Então, não se trata de um



tratamento novo, o que nós queremos é que continue. Desde a 95, com o teto de gastos, a complementação do Fundeb ficou fora, e eu gostaria de pedir que todos nós pudéssemos ter essa luta porque a educação básica é o que tem de mais democrático. São mais de 40 milhões de alunos. Entrar no arcabouço fiscal vai comprometer, com certeza, o recurso futuro da complementação da União para a educação.

É por isso que nós estamos nessa, para permanecer, lembrando que o próprio envio do Executivo não incluiu a educação no arcabouço fiscal nem no teto de gastos; foi uma decisão do atual Relator, Claudio Cajado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Permita-me.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG)

– Se me permite, Senador Flávio, há uma ordem de pedidos, em função da fala de V. Exa. Passarei a palavra a V. Exa. em instantes. Vamos ouvir a Senadora Teresa Leitão, que havia pedido.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero reforçar o destaque que foi feito pelo nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns. Além da questão de mérito, Senador, a intenção do Governo não foi essa. Justo porque a educação está fora, você faz um corte na educação como um todo e coloca o Fundeb no teto, como a observação – a meu ver muito pertinente – feita pelo Senador Rogério Carvalho.

O Fundeb é oriundo de uma PEC. Como é que a gente vai, agora, não considerar esse nível de constitucionalidade do Fundeb? Acho que tem muito o que se discutir sobre isso em um momento, Senador Izalci, em que o Governo está apresentando um plano de metas importante, audacioso, que vai precisar desse recurso.

Cito apenas a ampliação das escolas em tempo integral. Nós estamos tendo agora um diálogo federativo da melhor qualidade, reconhecido, inclusive, por todos os Governadores, independentemente de coloração partidária, aplaudido por todos os secretários e secretárias de educação, cujo plano de metas está vinculado, exatamente, aos recursos vindos do Fundeb. Tem, inclusive, um estudo sendo feito do valor do custo aluno-qualidade e muitas coisas em processo.

Então, eu não participei dessa reunião de hoje com o Relator. Participei de outra reunião, também com especialistas em financiamento, e acho que nós temos que fazer um apelo geral – um apelo geral – ao Relator para que ele mantenha nesse nível o arcabouço do jeito que foi encaminhado pelo Presidente da República.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Nossa, Presidente, eu me sinto tão honrada de ter sido Relatora!

Eu queria destacar que a indicação de Maria Luiza Ribeiro Viotti para o cargo de Embaixadora do Brasil em Washington representa um marco na história do Itamaraty. Trata-se da primeira vez na história da nossa diplomacia em que uma mulher chefiará esse cargo. Isso fortalece os esforços para a maior representatividade de gênero nos postos mais relevantes do serviço exterior brasileiro.

Nesse sentido, saúdo essa indicação. Espero que ela abra caminho para um incremento na participação feminina entre as Embaixadas brasileiras mais estratégicas para o interesse nacional.

Muito obrigada, Presidente.



Parabéns, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Estamos em processo de votação nominal.

Em instantes, encerraremos a votação da indicação da Sra. Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário e permaneçam no Plenário.

Teremos outras votações na sessão de hoje.

Com a palavra, pela ordem, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só manifestando, também, a nossa preocupação com o arcabouço fiscal.

Na reunião de hoje, na audiência da ciência e tecnologia, nós recebemos aqui a Ministra Luciana, e uma das colocações que fiz foi exatamente esta: a redação, hoje, do arcabouço fiscal não exclui a possibilidade de contingenciamento, de novo, do FNDCT.

Então, nós temos que ter muito cuidado, porque isso não leva em consideração tudo o que fizemos aqui para aprovar a lei da proibição do contingenciamento da área de ciência, tecnologia e inovação.

Tem outros ainda. Eu estou esperando, exatamente, qual é a redação final, porque tem várias preocupações ainda sobre que nós estamos trabalhando, para nos posicionarmos com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu já tinha me manifestado antes, mas o Senador Rogério Carvalho fez uma observação de que o Fundeb foi constitucionalizado. E isso é verdade.

Os percentuais, 2021, 13% de aporte da União em relação ao que estados e municípios colocam no fundo contábil, depois, 15%, 17%, 19%, 21% e 23%. Para mudar isso, existe uma necessidade de mudança da Constituição. Porém, esse valor estar no teto de gastos ou fora do teto de gastos não está na Constituição.

Então, há um acordo, desde anos atrás, desde a aprovação do teto de gastos de que isso estaria fora do teto de gastos.

Agora, duas observações têm que ser feitas.

A primeira é aquela que foi colocada agora há pouco também. Nós temos que trabalhar esse apelo para que isso não aconteça. Tem que estar fora do teto de gastos, e não só o Fundeb, também o piso da enfermagem – lutamos tanto por isso – tem que estar fora do teto de gastos. Então, é uma valorização da educação. E veio assim do Governo Federal: o Ministro Fernando Haddad mandou para cá fora do teto de gastos, e foi colocado.

Agora, há também uma interpretação aqui de que isso não deveria acontecer, que seria “colocar o bode na sala”, para depois negociar alguma coisa também, o que não pode acontecer. Não se brinca com a educação e nem com a saúde!

Temos que ter uma posição clara e com nada, porque o arcabouço fiscal é essencial para o Brasil. Temos que ter um debate de alto nível dentro do Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa*.)



Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 44 Senadores; NÃO, 1 Senador. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.6 do Sumário)**
Uma abstenção.

Aprovada a indicação da Sra. Maria Luiza Ribeiro Viotti, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 7, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Parecer nº 18, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Esperidião Amin.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário e permaneçam no Plenário.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Quero só deixar minha parcela de contribuição, Presidente, porque é impressionante: tudo que é para o povo fica dentro do teto, o que é para o povo tem que ter limite de gasto!

Agora, o que me chama a atenção é que todos os políticos falam que educação não é gasto, é investimento. E aí?

Agora, o que me parece estar acontecendo na Câmara, Sr. Presidente, é fazer dificuldade para vender facilidade. É simples.

Então, eu queria aqui mobilizar toda a classe da educação, profissionais da educação, alunos, estudantes para mobilizar, respeitosamente, para cobrar desse Relator, porque tem que ficar fora do teto.

Como todos políticos falam, tem que praticar, gente: educação não é gasto, é investimento! Então, vamos investir. Por que tudo que é para o povo tem que ficar dentro desse teto, gente? Tem que gastar é com o povo.

Então, contem com o meu apoio todos os Senadores aí!

Relator, com todo respeito, eu vou fazer mobilização agora e pedir para viralizar essa fala para todos os professores, estudantes, toda a classe da educação para, respeitosamente, cobrar de V. Exa., Relator, para que você...

Errar é humano; persistir é burrice.

Então, você não vai persistir, não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Cleitinho.



Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema eletrônico.

Trata-se da indicação do Sr. Sérgio França Danese, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Pela ordem.) – Senador, é só para cumprimentar a Embaixadora Maria Luiza Viotti, que está, enfim, assumindo o posto da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Quero desejar a ela muito sucesso na nova missão!

E quero fazer um apelo ao nosso Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira, a respeito das mulheres, das indicações das mulheres. Ele veio aqui e conversou bastante conosco na Comissão de Relações Exteriores. Falou que teria mais indicações de mulheres para os postos de embaixada, e, até o momento, houve indicações de mais cinco, e de nenhuma mulher.

Então, faço esse alerta à nossa Bancada Feminina e, mais uma vez, um apelo ao nosso Ministro das Relações Exteriores.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Todos já votaram?

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM, 40 Senadores; NÃO, 2 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.7 do Sumário**)

Uma abstenção.

Está aprovada a indicação do Sr. Sérgio França Danese para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República. (*Pausa.*)

Anuncio a Mensagem nº 1, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Luiz Fernando Corrêa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Parecer nº 9, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.



(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Trata-se da indicação do Sr. Luiz Fernando Corrêa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Abin, Agência Brasileira de Inteligência. *(Pausa.)*

Com a palavra, pela ordem, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu quero aproveitar este momento aqui para parabenizar uma das televisões mais importantes lá do meu Estado de Sergipe, que é a TV Atalaia, afiliada da Record, que completou 48 anos.

Com qualidade, informação e liberdade de expressão, a emissora retrata o nosso estado e busca zelar pelo seu compromisso com a sociedade civil. A emissora também produz mais de sete horas de conteúdo local e se aproxima, cada vez mais, do seu público, cujo propósito é valorizar o povo sergipano.

A TV Atalaia foi a primeira emissora a transmitir sua programação totalmente colorida e a migrar para o sinal digital do Norte e Nordeste. Aliás, uma das primeiras emissoras em todo o país a fazer uso diário da nova tecnologia para o jornalismo em 2010, quando saiu na frente e passou a exibir seus telejornais totalmente em HDTV.

Em sua trajetória, a TV Atalaia mostra que sempre foi uma emissora à frente do seu tempo. Além de possuir uma programação rica em jornalismo, entretenimento e informação, a emissora é engajada com a questão social e segue firme em seu compromisso, enquanto veículo de comunicação, de levar informação com qualidade e prestar serviço à população sergipana.

Eu quero, neste momento, cumprimentar e abraçar o proprietário da TV Atalaia, Sr. Walter Franco, e parabenizá-lo pelo trabalho brilhante que faz à frente da nossa TV Atalaia, juntamente com o seu filho Augusto Franco Neto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Laércio Oliveira.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, amanhã é 18 de maio. Eu queria chamar a atenção dos meus colegas Senadores, por favor.

Amanhã é o dia nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Não deu tempo de a gente organizar uma sessão especial aqui, no Plenário, mas, amanhã, no Auditório Petrônio Portela, nós vamos reunir centenas de pessoas, para a gente fazer um ato pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Presidente, a Polícia Federal, hoje, está nas ruas. O Ministro Dino está com a Operação Caminhos Seguros, as imagens estão começando a aparecer, e os números, também.

Só no Estado do Amapá, hoje, foram presos alguns pedófilos com imagens de estupro de bebês.

Senadores: não são mais crianças, são bebês!

Senadores, nós temos imagem de crianças de oito dias, sete dias!

Um vídeo de estupro de recém-nascido está custando, no mercado negro, entre R\$50 mil e R\$100 mil.

Somos o maior produtor de imagem de pedofilia do mundo! Nós estamos alimentando o mundo com o corpinho de nossas crianças.

Sete dias! A criança mais nova, cuja imagem assisti sendo estuprada, tinha 29 dias, mas já temos



ocorrência de crianças de sete dias.

Nós vamos precisar dar um basta!

E muitos pedófilos estão chegando na cadeia e indo embora.

Nós temos um servidor do Senado Federal...

Atenção, Senadores!

Em janeiro do ano passado, um servidor do Senado Federal, concursado, ganhando um alto salário, foi preso com 2 mil vídeos de estupros de crianças e de bebês. Chegou na delegacia, pagou uma fiança de R\$15 mil e está solto, porque quem soltou disse que ele não oferecia risco para a sociedade, porque os vídeos de estupros de bebês que ele tinha eram para prazer pessoal.

Para ele ter 2 mil vídeos de bebês sendo estuprados, no mínimo mil bebês foram estuprados! Isso não é pouco!

Amanhã é um grande dia!

E nós temos uma lei para aprovar nesta Casa para que esses homens, esses bandidos, quando chegarem na delegacia, não paguem mais fiança.

Nós queremos muito que essa lei seja aprovada ainda no Maio Laranja!

Por favor, colegas Senadores, meus pares, assinem o nosso requerimento de urgência.

Já foi passado na Câmara, aprovou-se lá. Precisamos aprovar aqui uma lei que os mantenha longe de nossas crianças.

Que Deus tenha piedade do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Em instantes, encerraremos a votação.

Trata-se da indicação do Sr. Luiz Fernando Corrêa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). (Pausa.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, inserção em ata de voto de aplauso à Sociedade Rural de Maringá e à Prefeitura de Maringá, pela realização da 49ª Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá e pela 26ª internacional Expoingá, 2023.

Quero só justificar, Sr. Presidente, é bem rápido.

A 49ª Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá e a 26ª feira internacional Expoingá 2023 aconteceram entre os dias 4 e 14 de maio. A feira, que é uma das maiores do sul do Brasil, com cerca de 1,3 mil expositores, além de movimentar o turismo e o entretenimento, realiza lançamentos do agronegócio, exposição de animais, eventos técnicos, *shows*, ótima gastronomia, entre tantas outras atividades.

Neste ano, o tema foi “O Agro em Movimento”, mostrando como o setor tem se desenvolvido por meio da inovação, ciência, conhecimento e avançadas tecnologias.

Outra vertente importante da Expoingá é a valorização do cooperativismo e do associativismo, que são a marca de Maringá.

Vale ressaltar que a Expoingá acontece na semana em que celebramos os 76 anos do querido Município de Maringá, uma cidade que é referência em qualidade de vida, terra de gente trabalhadora e que contribui



muito para o desenvolvimento do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, eu requeiro os parabéns a todos os maringaenses pelo sucesso na realização de mais uma Expoingá. Que esse reconhecimento seja enviado aos organizadores, à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de Maringá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

O voto de aplauso de V. Exa. é deferido pela Presidência e encaminhado à publicação, na forma regimental.

Eu gostaria de registrar a presença, nas galerias do Plenário do Senado Federal, dos novos consultores, advogados e taquígrafos recém-aprovados no concurso do Senado Federal e, hoje, empossados nos seus respectivos cargos.

Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal! Integrarão o corpo técnico de altíssima qualidade e altíssima qualificação do Senado Federal e, certamente, contribuirão com o trabalho e a dedicação de cada uma das senhoras, cada um dos senhores.

Contem com a Presidência do Senado para que tenhamos um ambiente muito saudável de trabalho a partir de agora. Sejam muito bem-vindos todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, sequenciando a saudação aos novos consultores, taquígrafos e outros servidores deste Senado, faço dois registros.

Primeiro, cumprimento V. Exa. pelo concurso público. Os que agora ingressam...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... no Senado Federal ingressam em uma das carreiras mais promissoras da República, em especial, a carreira de Consultor do Senado Federal.

Permita-me aqui fazer uma saudação a todos os novos consultores, taquígrafos e outros servidores, em alusão e referência ao Bruno Lunardi, servidor, assessor do meu gabinete. Eu acabei perdendo, Sr. Presidente, um dos meus melhores assessores.

Eu vou lhe dar, logo, uma informação que o senhor julgará preciosa. O Sr. Bruno Lunardi é um dos responsáveis pela área técnica legislativa e jurídica – eu falei jurídica – de nosso gabinete, Presidente! Então, acho que tem significado e diagnóstico essa informação que lhe presto. Então, eu perdi, com certeza, um dos melhores assessores. Talvez, o Supremo Tribunal Federal ficará um pouco mais em paz, agora, mas o Senado Federal ganhou um ótimo, um excelente consultor.

Então, só gostaria de fazer este registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Somos testemunhas do belo trabalho do seu assessor Bruno Lunardi, porque, de fato, V. Exa. é um dos mais qualificados Parlamentares do Brasil e, obviamente, tem uma vocação para a judicialização do



bem e das questões nacionais. Então, a sua assessoria é muito qualificada. E os nossos votos de muito sucesso a ele e a todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – O Senado que ganha agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Senado ganha, e, naturalmente, esta Presidência igualmente.

São todos muito bem-vindos! Muito boa sorte a cada uma das senhoras e a cada um dos senhores!

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que votem.

Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 43 Senadores; NÃO, 5 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.8 do Sumário**)

Duas abstenções.

Aprovada a indicação do Sr. Luiz Fernando Corrêa para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 8, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Parecer nº 17, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jaques Wagner. Relator *ad hoc*: Senador Nelsinho Trad.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Peço aos Senadores e às Senadoras que venham e permaneçam no Plenário. Teremos mais votações na data de hoje.

Trata-se da indicação do Sr. Julio Glinternick Bitelli para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto concluímos a votação, eu quero aqui comunicar a toda a população do meu Estado de Mato Grosso que acabamos de ter uma audiência com o Ministro da Educação, Camilo Santana, acompanhado da ex-Deputada Rosa Neide, a pedido também do nosso companheiro Deputado Juarez, e do Senador Jayme Campos, que aqui está comigo, juntamente com o Instituto Federal de Educação Tecnológica, na pessoa do Reitor Júlio.

Queremos aqui enaltecer o trabalho daquele instituto, que é o instituto com mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e também nas parcerias no meu estado, tanto com o Governo do estado como com a iniciativa privada. Tanto é, que o orçamento daquele instituto praticamente triplicou.

Eu tive a oportunidade de ser o Relator Setorial do Ministério da Educação, ocasião em que alocamos recursos. E aqui o Senador Jayme Campos tem várias emendas também alocadas, a Senadora



Margareth Buzetti também nos apoia. Inclusive, uma das nossas reivindicações lá é a conclusão do *campus* da Universidade Federal de Várzea Grande, bem como a conclusão do *campus* do Instituto Federal de Educação Tecnológica em Várzea Grande, e já temos recursos garantidos da ordem de R\$13 milhões nessa parceria com o Senador Jayme Campos.

Então, com isso, nós temos a garantia da conclusão do *campus* do Instituto Federal em Várzea Grande e também, já, a perspectiva de concluirmos o *campus* da Universidade Federal em Várzea Grande.

Outra reivindicação nossa foi a implantação de Instituto Federal de Educação Tecnológica na cidade de Água Boa, e aí falamos aqui de sua importância, porque Água Boa será o grande terminal ferroviário da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste.

Essa ferrovia interliga a Ferrovia Norte-Sul, saindo lá de Mara Rosa, atravessando o Araguaia, chegando em Cocalinho, Nova Nazaré e Água Boa.

Essa obra é o primeiro investimento cruzado acontecido no Brasil, ou seja, em função da permuta da prorrogação da concessão da Ferrovia Carajás em Minas e Espírito Santo, a Vale do Rio Doce tem esse compromisso de construir a nossa Fico, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que chega a quase 400km, integrando, assim, toda a região do Araguaia, uma das grandes regiões de produção também no Estado de Mato Grosso. Ou seja, a carga está no Mato Grosso, a produção agropecuária está no Mato Grosso. Então, ela vai levar toda essa carga até Itaqui, no Maranhão, e, depois, pela Fiol, também até a Bahia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... integrando com a Ferronorte.

A Ferronorte é outra história.

Nós temos também a Ferronorte que é de Santos a Rondonópolis, a minha cidade natal. Lá nós temos o maior terminal da América Latina e já estamos, agora... É a primeira ferrovia por autorização estadual do Brasil. Está avançando de Rondonópolis até Cuiabá e de Cuiabá até Lucas do Rio Verde, onde será, no futuro, um grande entroncamento também, encontrando-se com a ferrovia, a Fico. E, claro, todos nós trabalhando também, para que a gente tenha a Ferrogrão no futuro, ou seja, a integração até os portos do Arco Norte.

Então, essa audiência foi muito exitosa e já está marcada inclusive a presença do Ministro Camilo Santana em Mato Grosso, no dia 25, quinta-feira, chegando a Rondonópolis, onde vamos inaugurar, na Universidade Federal de Rondonópolis, muitas obras já prontas, inclusive o grande centro do curso de Medicina na nossa cidade.

De Rondonópolis, depois, vamos até Cuiabá...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... onde vamos lançar várias obras, um grande convênio com o Governo do estado, da ordem de 23 milhões, em que o Governo de Mato Grosso, o Governador Mauro, vai aportar esses recursos, numa parceria com o instituto federal, para capacitação dos nossos trabalhadores do estado.

A agenda é bastante extensa, mas nós queremos aqui concluir, agradecer ao Ministro Camilo Santana a grande recepção e essas boas notícias.

E também há outros *campus* que a gente pretende pleitear. Quero aqui citar também o *campus* de Lucas do Rio Verde, que é hoje a cidade de melhor IDH do Brasil, meu caro Senador Cid. É a cidade que faz inveja também na área de educação. Como o seu estado é uma referência, o Estado de Mato Grosso



está procurando copiar as coisas boas do Ceará. Inclusive, daqui a pouco chegará aqui no Senado da República um empréstimo do Governo de Mato Grosso, que já está aprovado...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Wellington.

Ah, perdão. Para concluir, Senador Wellington Fagundes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esse empréstimo, que já está aprovado na Cofix, chegará para o Senado, de US\$100 milhões para serem investidos diretamente na educação, para melhorar os índices da educação de Mato Grosso. Não adianta ser só um estado rico, o maior produtor, e a educação ser de nível baixo.

E também mais 40 milhões para a regularização fundiária, que é fundamental para o nosso estado. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Não vou ser tão longo como o Wellington Fagundes. Serei rápido e rasteiro aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ele já quer fazer um aparte, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria fazer até um aparte nessa questão, pela ordem dele aí.

Naturalmente, fazer um adendo às palavras do Senador Wellington.

De fato, a nossa audiência, por incrível que pareça, Wellington, foi maravilhosa. É raro quando você tem uma audiência aqui em Brasília em que, primeiro, é bem recebido; segundo, todos os pleitos que levamos ao Ministro Camilo Santana receberam a sinalização de que poderão acontecer. É o caso do instituto federal na região de Água Boa, como é o caso da ampliação do *campus* avançado de Sinop, chegando também a Lucas do Rio Verde; à conclusão das obras, o que é muito importante, da nossa universidade, do *campus* avançado, na minha querida cidade de Várzea Grande, que já vem sendo postergada há mais de 15 anos. Inicia, para e agora se está assegurando a conclusão dessa obra aqui.

Em síntese, o que é mais importante – e eu gostei muito da conversa do Ministro – é que ele sinalizou de não só a implantação do instituto federal em Água Boa como também em outras cidades do Mato Grosso, particularmente na região noroeste, lá em Colniza, que é uma região que certamente precisa desses investimentos, pelo fato de que são regiões de produção e precisamos capacitar e fazer esses cursos tecnológicos para a juventude daquela região.

Portanto, eu estou muito feliz. Quero cumprimentar o Ministro pela forma pragmática, pela forma muito séria e responsável, mostrando a viabilidade e o caminho, na medida de já termos apoiado lá. Agora mesmo estão concluindo as obras do instituto federal de Várzea Grande, que foi graças ao aporte de recursos do Senador Wellington, do Senador Jayme Campos e também da própria bancada federal de Mato Grosso.

Com isso, nós estamos avançando. Nós precisamos hoje aqui ter a consciência de que esses investimentos são fatais, sobretudo numa região nossa que é uma região de produção, região para a qual nós estamos hoje contribuindo muito com a produção, melhorando a questão da logística, melhorando a questão dos ensinos médio e fundamental, como também com a implantação dos institutos em várias



regiões de Mato Grosso.

O instituto federal hoje é muito bem dirigido pelo competente Prof. Júlio, que tem feito um trabalho exitoso, um trabalho competente, esquecendo a questão política, partidária, pessoal, e está vendo realmente a política educacional, uma visão moderna, uma visão de futuro.

Portanto, aqui hoje eu quero comemorar, não é, Wellington? Comemorar, Senadora querida amiga Margareth e os demais membros da nossa bancada federal, por essa vitória nossa lá de conseguirmos, com certeza, não só a conclusão e inauguração, no próximo 25 ou 26, do nosso bloco da universidade lá na cidade do Senador Wellington Fagundes, na nossa universidade federal, e os avanços e as conquistas.

Eu estou muito contente – viu, Wellington? –, feliz em ter essa possibilidade de nós implantarmos pelo menos mais três institutos federais nas nossas regiões de Mato Grosso, a região lá do noroeste, como na região também lá do Vale do Arinos, na cidade de Juara, como também, desta feita, a conclusão das obras lá na cidade de Várzea Grande e de Água Boa, na região do médio e do baixo Araguaia, para atender àquela vasta região do nosso estado.

Portanto, eu quero apenas cumprimentar e agradecer ao Ministro Camilo Santana e a toda a sua equipe, que nos recebeu muito bem e mostrou, com certeza, essa possibilidade de avançarmos no setor educacional no nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Está encerrada a votação. Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 42 Senadores; NÃO, 2 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.9 do Sumário)** Três abstenções.

Aprovada a indicação do Sr. Julio Glinternick Bitelli para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 10, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Parecer nº 14, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Tereza Cristina.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. **(Pausa.)**

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÉGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Com a palavra, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Enquanto estamos em processo de votação e, a propósito, por estarmos apreciando, na maioria, nomes de Embaixadores e de Embaixadoras que estarão se perfilando à frente de atribuições diplomáticas em diversas repúblicas, em diversos países, eu quero fazer um registro, Presidente, para não passar despercebido, até porque creio eu – e creio que outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras também assim pensam – ser um fato importante para o país, exatamente, a presença do nosso Presidente Lula a convite formulado pelo grupo G7 a fim de que o Brasil se faça presente, depois de um bom tempo de ausência.

Isso tem reflexos e muitos simbolismos, Senador Marcelo Castro. É exatamente o que têm propugnado este Governo e o Presidente Lula, reinaugurando, repondo, reposicionando o Brasil com laços diplomáticos que, muitas das vezes, não foram vistos, nesse período mais recente, e que passam a ser alvissareiros, nas melhores expectativas de que essas fronteiras, antes fechadas ao melhor relacionamento e de que dependemos tanto, possam ser retomadas com maior vivacidade. É o que Presidente Lula tem feito, nesses pouco mais de quatro meses, exatamente recompondo o Brasil com seus laços diplomáticos. A prova maior é o convite, com a importância que o G7 sempre teve, mas que, durante um período, não mais se sentia convidativo a fazê-lo, fazendo-o agora. O Presidente Lula, em nome do Brasil, no Japão está a falar sobre estes novos momentos inaugurados recentemente em nosso país.

Esse é um registro rápido que faço a propósito do momento em que estamos a votar nomes de Sras. e Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar. (Pausa.)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo, está nos dando a honra da presença, nos visitando, o Prefeito da cidade de Rubiataba, o Padre Weber. Seja bem-vindo ao Senado Federal. É uma cidade próspera ali do nosso Estado de Goiás, muito próspera mesmo, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Seja muito bem-vindo, Sr. Prefeito, ao Plenário do Senado Federal. É uma alegria recebê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, é para trazer uma comunicação a V. Exa. e ao Plenário.

Acabamos de receber a notícia de que o Plenário da Câmara dos Deputados votou, por ampla maioria, a urgência para que, na semana que vem, na próxima quarta-feira, nós possamos votar o mérito da nova regra fiscal, Senador Wagner, do novo arcabouço fiscal. Tendo uma nova regra fiscal, com responsabilidade de gastos, que é o ingrediente que falta, temos certeza de que a taxa de juros, finalmente, voltará a cair e



de que o país voltará a crescer. Então, eu queria só fazer esse registro.

Após a aprovação da Câmara, isso virá para cá e será cuidado por nós.

Tenho certeza de que é uma grande vitória para o país a aprovação, por ampla maioria, da urgência e, na semana que vem, a votação da nova regra fiscal no Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Encerrada a votação, determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 41 Senadores; NÃO, 2 Senadores. **(Lista de votação - Vide Item 2.2.10 do Sumário)** Uma abstenção.

Aprovada a indicação do Sr. Everton Vieira Vargas para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio a Mensagem nº 12, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Kenneth Félix da Nóbrega, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Parecer nº 12, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Margareth Buzetti.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Rogerio Marinho, Senador Marcelo Castro, Senador Marcos do Val, Senador Alan Rick, estamos em processo de votação nominal.

Senador Hiran Gonçalves. *(Pausa.)*

Senador Angelo Coronel.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÉGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, que não nos atrevamos a tentar pronunciar o sobrenome do nosso futuro Embaixador Kenneth Félix. É Haczynski, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu não sei se é isso, Senador Veneziano. Por isso, eu peço vénia ao Embaixador, eu pulei esse nome dele, porque não sei pronunciá-lo. Para não cometer a gafe, eu me referi, então, ao nosso Embaixador Kenneth Félix da Nóbrega. Fica bem sonoro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nada contra o sobrenome da mãe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Nada contra, absolutamente, mas eu imagino que seja “Racinski”, “Racinski”. É o Ministro que ficará a cargo da nossa missão diplomática na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão. *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente... Presi-



dente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu queria saudar a informação que o Senador Randolfe prestou sobre a ampla maioria que aprovou a urgência para a deliberação sobre o arcabouço, ou seja, o esqueleto ou a estrutura ou a caixa que vai nutrir o nosso equilíbrio fiscal.

Agora, eu queria aqui, até me dirigindo ao próprio Líder do Governo, o Senador Randolfe, dizer que, neste momento, os olhos do mundo e as atenções estão mais preocupados com o teto de gastos e o teto da dívida dos Estados Unidos. Hoje, neste momento, se o senhor avaliar a situação no Ocidente, o grande problema é o limite da dívida dos Estados Unidos, onde não houve um acordo entre a oposição, republicana, e o Governo. O teto da dívida dos Estados Unidos, Senador Randolfe, era de US\$31,4 trilhões, e os republicanos só concordam em elevar, até 31 de março do ano que vem, em US\$1,5 trilhão, ou seja, passando para US\$32,9 trilhões. Então, o senhor veja que a grandezza dos números, no mínimo, deve confortar a consciência dos brasileiros e do Líder do Governo, em particular.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal. Solicito aos Senadores que ainda não votaram que possam votar. (Pausa.)

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Ainda teremos votações na data de hoje. Após esta, teremos mais duas.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez, eu perguntaria se V. Exa. receberia um pleito nosso em nome do meu Município de Campina Grande que é um voto de louvor aos 40 anos do nosso São João, que V. Exa. teve a oportunidade, mesmo em uma passagem breve, de conhecer.

E nós temos quatro décadas de existência do São João de Campina Grande, permitindo-me, na tradução literal, o maior São João do mundo, celebrá-lo. E, mais uma vez, começaremos a fazê-lo a partir do dia 1º de junho, e já faço o convite irrestrito e indistintamente a todos os companheiros e companheiras Senadores que desejarem se fazer presentes para conhecer uma festa riquíssima culturalmente, que atrai exatamente por tudo que ela oferece.

E eu tive, na particularidade, de, junto com outros gestores, dentro desse período já mencionado de quatro décadas, também fazer um pouco mais para que o São João pudesse, nos oito anos de nossa gestão, ter a sua internacionalização, o fortalecimento em um processo de descentralização para todas as regiões do nosso município.

Enfim, é com muita alegria que nós celebramos a festa junina em Campina Grande, particularmente, especialmente nesta data, data esta que estamos a mencionar neste requerimento que faço chegar ao seu conhecimento, com o pedido de inserção nas atas da Casa de voto de louvor à celebração junina, o São João de Campina Grande.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO. (Vide Item 2.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.



Fica deferido o voto de louvor proferido por V. Exa., encaminhado para a publicação na forma regimental, com o testemunho deste Presidente em relação à belíssima festa de São João, o maior São João do mundo, realizado em Campina Grande, do qual tive a honra de participar, inclusive no exercício da Presidência da República, quando lá fui recebido por V. Exa., pela então Senadora D. Nilda Gondim e pela Senadora Daniella Ribeiro, além pelos Deputados Federais que lá estavam. Então, muito obrigado, Senador Veneziano. Acho muito apropriado o voto de louvor proferido por V. Exa., e esta Presidência gostaria de a ele aderir, com a publicação na forma regimental. E viva o povo de Campina Grande!

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Senador Davi Alcolumbre, Senador Cid Gomes, Senador Eduardo Girão, Senadora Eliziane Gama, Senador Weverton, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Romário, Senador Ciro Nogueira, Senadora Zenaide Maia, Senador Styvenson Valentim, Senadora Mara Gabrilli, em instantes, encerraremos a votação. (Pausa.)

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário. Temos mais duas votações na data de hoje. (Pausa.)

Senador Marcio Bittar, Senador Sérgio Petecão, Senador Izalci Lucas, Senadora Leila Barros, Senador Jorge Kajuru, Senador Magno Malta, Senador Fabiano Contarato, Senador Carlos Viana, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Efraim Filho, peço que venham ao Plenário. (Pausa.)

Senador Confúcio Moura, Senador Jaime Bagattoli, Senador Dr. Samuel Araújo, Senador Mecias de Jesus, Senador Paulo Paim, Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho, Senador Eduardo Gomes, Senador Irajá, peço que compareçam ao Plenário.

Estamos em processo de votação nominal. (Pausa.)

Falta um voto para que possamos atingir o quórum para a abertura do painel.

Peço aos Senadores que ainda não votaram que possam comparecer ao Plenário. (Pausa.)

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Zequinha Marinho. (Pausa.)

Senador Zequinha Marinho é o próximo orador inscrito. (Pausa.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discursar.) –

Sr. Presidente, eu trago, nesta oportunidade, uma preocupação que está rodeando todo mundo na Frente Parlamentar da Agropecuária e também todo o setor produtivo do agronegócio que é sobre o recurso de que o Governo precisa dizer quanto tem e quanto dele vai destinar para o Plano Safra 2023-2024.

Precisamos garantir que os recursos do Plano Safra estejam disponíveis ao longo de toda a safra, sem interrupções e de forma previsível, para que os produtores possam também se movimentar nessa direção e que os recursos também sejam compatíveis com a projeção da safra.

Vamos ter uma safra quase 20% maior do que a safra atual. Para isso é necessário que sejam destinados, pelos cálculos dos especialistas nesse setor, R\$403,88 bilhões para essa temporada. Esse valor representa 18,5% a mais do que os R\$340,88 bilhões anunciados para a safra 22/23, que se encerra no dia 30 de junho. A ideia é que R\$290 bilhões desse dinheiro sejam destinados ao custeio e à comercialização da safra de grãos, aumento na mesma proporção em relação à safra atual.

Para as linhas de crédito de investimento a longo prazo, a demanda sugerida é R\$113,09 bilhões. E aí nós temos uma cifra 19,5% maior do que os R\$94,6 bilhões dessa safra.

É necessário, ainda, Srs. Senadores, reduzir as taxas de juros das operações de crédito rural, disponibilizando valores ou percentuais condizentes com as atividades agropecuárias. A gente tem presenciado isso, tem sido motivo de muitos debates e também de muita preocupação.

Em determinado momento e há pouco tempo, a saca de soja estava na casa dos R\$160, R\$170, chegando até R\$180. Hoje, ela caiu significativamente para R\$120, R\$125. Isso preocupa muito!



A saca de milho também, que tinha uma cotação excelente, hoje já se fala num valor pequeno de R\$35 a R\$40.

A arroba do boi, que chegou a ser vendida há mais de R\$300, hoje cai violentamente para um valor de R\$220, R\$210 e, em algumas regiões do Brasil, a R\$190.

Então, como é que um produtor rural vai poder honrar seus compromissos com uma queda vertiginosa dessa no valor de suas *commodities*?

É importante que o Brasil e principalmente o Governo, que financia grande parte dessa produção, dessa safra, repensem a forma de cobrar juros do produtor rural. Nós precisamos de uma taxa de juros que esteja atrelada ao valor de mercado do produto do fazendeiro, do produtor rural, caso contrário esse produtor vai se endividar e não vai conseguir pagar com aquilo que produzir, por mais eficiente que sejam os seus compromissos junto aos bancos.

Por quê? Porque a taxa de juros está lá em cima, os insumos que ele compra são todos importados, na base do dólar lá em cima, só crescendo, só aumentando e o seu produto só caindo, como é o caso do presente momento.

Então, eu quero deixar aqui essa reflexão para esta Casa a fim de que se possa repensar de que forma a gente pode ter um contrato de contração de empréstimos junto à rede bancária que tenha taxas mais justas para que o produtor não entre no verdadeiro caos das suas finanças, através de financiamentos que contrai junto à rede bancária.

Isso é muito importante. É muito interessante pensar isso. O Governo não pode aqui apenas pensar em ganhar dinheiro e faturar em cima dos empréstimos feitos ao produtor rural. Por outro lado, é muito importante colocar em prática aquilo que nós chamamos de equalização de taxas. Para isso o Governo também precisa, neste ano, disponibilizar em torno de R\$25 bilhões ao Orçamento para a subvenção às operações de crédito rural, para o próximo Plano Safra, que começa a partir do dia 1º de julho, sob a forma de equalização de taxas de juros dos financiamentos. Isso é muito importante, porque é nessa equalização que o produtor rural consegue uma taxa menor.

Hoje nossas taxas estão com dois dígitos, e isso leva o financiamento rural para um lugar onde jamais esperamos que chegue. A gente precisa, neste momento, ter uma taxa de juro de apenas um dígito, porque aí a perspectiva de liquidez, por parte do produtor, é muito mais real.

Assim, Presidente, deixo aqui o meu recado em nome da Frente Parlamentar da Agropecuária, como também do produtor rural brasileiro, que está muito preocupado com o que o Governo ainda está pensando em fazer, que é o valor destinado ao financiamento da safra 23/24.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 38 Senadores; NÃO, 1 Senador. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.11 do Sumário**)

Houve 3 abstenções.

Está aprovada a indicação do Sr. Kenneth Félix da Nóbrega para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Anuncio o Requerimento nº 432, de 2023, de autoria de Líderes, que solicitam a realização de Sessão



de Debates Temáticos destinada a discutir o tema “Os fertilizantes no Brasil”. (**Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o Requerimento nº 325, de 2023. O Senador Rogério Carvalho e outros Senadores solicitam a realização de Sessão Especial destinada a homenagear a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape).

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o Requerimento nº 479, de 2023, do Senador Rodrigo Pacheco, que solicita a instituição de Comissão Temporária Interna, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de até 90 dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas, responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional. (**Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 236, de 2023, do Senador Nelsinho Trad, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, para participar de missão oficial, nos termos da autorização da Presidência do Senado Federal. (**Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 138, de 2023, da Senadora Professora Dorinha Seabra e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a comemorar os 35 anos de criação do Estado do Tocantins.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, queridos pares, Senadoras e Senadores, assumo a tribuna para registrar a minha solidariedade ao Deputado Federal Deltan Dallagnol. Ontem, o TSE proferiu uma decisão que a gente respeita, institucionalmente, evidentemente, mas uma decisão de cassação do mandato.



O Deltan se notabilizou, nos anos passados, como um Procurador da República valente da Operação Lava Jato, que combateu a corrupção, que combateu a criminalidade, e vinha se destacando, nesta Casa, com uma força política relevante, apresentando bons projetos para melhorar a vida das pessoas, principalmente, mas não só na retomada do combate à corrupção, igualmente, em causas relacionadas a pessoas com deficiência, projetos feitos com muito cuidado, inclusive dirigidos também a pessoas com autismo.

Então, é uma grande perda para este Parlamento e para este Congresso. Essa decisão, como eu disse, nós respeitamos, mas nós lamentamos profundamente, já que acaba obstaculizando a continuidade do exercício da atividade parlamentar do Deltan Dallagnol.

Mas eu tenho certeza de que, apesar desse infortúnio, apesar desse revés, o Deltan tem a capacidade e a competência para dar a volta por cima, para se recuperar, seja na vida privada, seja na vida pública. Parece-me que ele ainda vai recorrer, pelas vias judiciais, para buscar a revisão dessa decisão do TSE e espero que seja bem-sucedido nessa empreitada dele.

De todo modo, como eu disse já nas redes sociais, onde me pronunciei, acima de tudo, quem perde com a cassação do mandato é o país, quem perde é o Brasil um grande paladino no combate à corrupção e uma pessoa que se notabilizou, uma pessoa que fez a diferença, nos últimos dez anos da história do Brasil, com uma luta inflexível no combate à corrupção.

Então, registro aqui, Senador Veneziano, meu pesar por essa decisão e este lamento e espero que possamos caminhar para dias melhores neste nosso ambiente conturbado brasileiro.

Espanta-me até que estejamos em um cenário no qual... Após as novas eleições, falou-se muito em pacificação, mas não estamos vendo pacificação nenhuma. Inclusive, o próprio Governo, pessoas do Governo tripudiam em cima do infortúnio gerado ao colega Parlamentar, mas hoje tivemos, às 16h, aqui, no Congresso Nacional, uma entrevista coletiva, um evento significativo no qual vários Parlamentares tiveram a oportunidade de estar presentes para manifestar sua solidariedade. Eu não pude estar naquele momento por questões de força maior, mas faço questão de registrar aqui, como já fiz ontem, a minha solidariedade ao Deputado Federal Deltan Dallagnol.

É isto, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Sergio Moro, o Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Nós não temos mais inscritos na lista de oradores. Portanto, concluindo a sessão, tendo tido a oportunidade de apreciarmos as autoridades durante esta tarde, nós vamos encerrar com convocação.

Esta Presidência informa às Sras. e aos Srs. Senadores que devidamente convocada está a sessão deliberativa extraordinária para amanhã, quinta-feira, a partir das 11h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta, a Presidência declara o seu encerramento com votos de bom descanso a todos os Srs. e as Sras. Senadores, aos profissionais...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria, primeiro, registrar meu voto na última votação e, em segundo lugar,



de forma muito triste, registrar com pesar – e eu entrei nesta Mesa para que a família receba os pesares tanto meus como desta Casa – o passamento da juíza Gladys.

Ela era juíza da infância do meu estado. Lutou pela infância e, nos últimos dias, nos últimos meses, lutou contra uma enfermidade que acabou ceifando sua vida.

Eu sempre digo, Sr. Presidente, que a morte não tem compromisso nem com faixa etária, nem com doença. A morte é uma realidade, e todos nós passaremos por ela. Necessário se faz que nós tenhamos esse entendimento.

O que a Bíblia diz sobre a morte? Que aqueles que conhecem a vida em Cristo, este é o momento da vida, porque eles não morrem, passam da morte para a vida. Diz mais a Palavra: Louco, se hoje pedirem a tua alma, o que tu preparaste para quem vai ficar? Ajuntai, pois, tesouro no céu, onde a traça e a ferrugem não consomem.

Já minha mãe, D. Dadá, analfabeta profissional, dizia: “Meu filho, o homem morre, não presta nem para fazer sabão”. É verdade. Vísceras de boi servem para fazer sabão, mas nós, não.

Mas essa mulher, a Dra. Gladys, enquanto viveu, dedicou-se à causa das crianças. E morreu um dia antes, porque amanhã é o dia em que o Brasil se mobiliza, é o dia internacional de combate à pedofilia.

Dra. Gladys, o Espírito Santo está de luto!

Em todos os eventos que fiz, Sr. Presidente, nos congressos de combate à pedofilia, no Todos contra a Pedofilia, na grande luta no Brasil, Dra. Gladys estava presente.

Então, à família de Dra. Gladys, o meu abraço, os meus sentimentos e a minha dor pelo passamento de uma grande amiga que, como juíza, exerceu com dignidade a magistratura.

A magistratura está de luto no Estado do Espírito Santo pelo passamento da Dra. Gladys.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB)

– Senador Magno Malta, a Presidência se soma, se junta ao reconhecimento e ao pesar, seu e do povo capixaba, pelo falecimento da magistrada, Sra. Gladys, e se solidariza com todos os seus familiares, amigos e população que a conheceu no exercício da magistratura.

O nosso reconhecimento e os votos de pesar que V. Exa. sugere já estão devidamente registrados pela Secretaria-Geral da Mesa. (**Requerimento nº 486/2023 - Vide Item 3.1.10 do Sumário**)

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Até amanhã, quinta-feira, a partir das 11h, com sessão deliberativa extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 02 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

57ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa Ordinária

49ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 17/05/2023 07:00:00 até 17/05/2023 20:01:00

Votos no período: 17/05/2023 07:00:00 até 17/05/2023 20:01:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	X	X
PSDB	SE	Alessandro Vieira	X	X
PSB	MA	Ana Paula Lobato	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PT	CE	Augusta Brito	X	X
PT	PA	Beto Faro	X	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
República	MG	Cleitinho	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
República	DF	Damares Alves	X	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X	X
PP	RR	Dr. Hiran	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X	
PSD	MA	Eliziane Gama	X	X
PP	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X	X
MDB	AL	Fernando Farias	X	X
PSB	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	
República	RS	Hamilton Mourão	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorge Seif	X	X
PSD	PI	Jussara Lima	X	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X	X
PDT	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
PL	ES	Magno Malta	X	
PSD	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X	
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X	X
República	RR	Mecias de Jesus	X	X

Emissão 17/05/2023 20:03:33





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

57ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa Ordinária

49ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 17/05/2023 07:00:00 até 17/05/2023 20:01:00

Votos no período: 17/05/2023 07:00:00 até 17/05/2023 20:01:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RN	Rogério Marinho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PT	PE	Teresa Leitão	X	X
PP	MS	Tereza Cristina	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PL	GO	Wilder Morais	X	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X	X
PL	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 71 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 49^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Documento encaminhado à publicação





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 420, DE 2023

Requer a inserção em ata de voto de louvor à cidade de Campina Grande, na Paraíba, pelos 40 anos de realização d`O Maior São João do Mundo.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor à cidade de Campina Grande, na Paraíba, pelos 40 anos de realização d'O Maior São João do Mundo.

Em 1983, nasce na cidade de Campina Grande, na Paraíba, a festa que iria revolucionar os festejos juninos do nordeste: "O Maior São João do Mundo", título recebido devido à extensão de sua duração de 31 dias, aliada à grandiosidade dos eventos e a atmosfera que envolve toda a região.

Tendo contado, durante toda sua trajetória, com a participação de inúmeros grandes artistas da música regional e atraindo cada vez mais turistas de todos os cantos, a cada edição, a festa vai sendo aprimorada, expandida, sendo motivo de muito orgulho para o povo Campinense e de tantos outros que ali são alegremente acolhidos anualmente.

Assim, neste ano em que se completam 40 edições d'O Maior São João do Mundo, gostaríamos de, em nome do Senado Federal, louvar a realização deste evento que, nascido no coração da Paraíba, já está consolidado como uma tradição de relevância em nossa cultura nacional

Sala das Sessões, de .

**Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)**



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL N° 236, DE 2023

Requer licença para desempenhar missão oficial, em Montevidéu, com ônus para o Senado Federal.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [1 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

SF/23444.69780-18 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideo, de 28/05/2023 a 31/05/2023, a fim de participar da **LXXXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 28/05/2023 a 31/05/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2023.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [2 de 10]





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/015/2023

Brasília, 3 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta

ASSUNTO: Missão Oficial – LXXXVI Sessão Plenária - Parlasul

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que as próximas atividades do Parlamento do Mercosul ocorrerão no dia **29 de maio de 2023, segunda-feira, na cidade de Montevidéu, Uruguai**, ocasião em que será realizada a **LXXXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul**, conforme Convocatória e Ordem do Dia, cujas cópias seguem anexas.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade dos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.

3. É forçoso lembrar que o Protocolo Constitutivo do Parlasul (artigo 18) determina que o quórum para abertura dos trabalhos nas reuniões deliberativas das Comissões, bem como da Sessão Plenária, depende da presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros componentes do Parlasul, representantes de cada Estado-Parte. Ressalto também que, conforme o artigo 15 do mesmo instrumento, as deliberações para que produzam efeito, especialmente aquelas

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF

Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br

Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [3 de 10]





**CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira**

dependentes de quórum qualificado em razão da natureza da matéria, devem ser tomadas com a presença de representantes de todos os Estados-Parte.

4. Assim, solicito a Vossa Excelência sejam autorizadas as providências necessárias à participação dos Senadores integrantes da Representação Brasileira, dos dias **28 a 30 de maio de 2023**, justificando eventuais ausências, bem como na liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelos gabinetes dos Parlamentares, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital Uruguaia.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador NELSINHO TRAD

Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br
Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [4 de 10]





CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

DELEGAÇÃO DE SENADORES – MAIO/2023

SENADOR	PARTIDO
Senadora Eliziane Gama	CIDADANIA/MA
Senador Fabiano Contarato	PT/ES
Senador Humberto Costa	PT/PE
Senador Marcelo Castro	MDB/PI
Senador Marcio Bittar	UNIÃO/AC
Senador Nelsinho Trad	PSD/MS
Senador Rodrigo Cunha	UNIÃO/AL
Senadora Soraya Thronicke	UNIÃO/MS

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF

Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br

Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

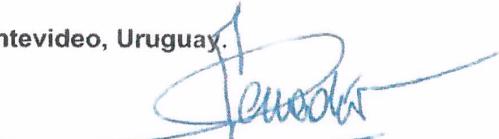
Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [5 de 10]

LXXXVI SESIÓN ORDINARIA

Lunes, 29 de mayo de 2023

11:00 horas

Se convoca a los Señores Parlamentarios integrantes del Parlamento del MERCOSUR, para la LXXXVI Sesión Ordinaria a realizarse el día lunes 29 de mayo de 2023 a las 11:00 horas en Montevideo, Uruguay.



Parlamentario Gustavo Penadés

Presidente



Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel: (5982) 410.97

www.parlamentomercosur.org



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [6 de 10]



MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaría Parlamentaria

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

LXXXVI SESIÓN ORDINARIA**LUNES, 29 DE MAYO DE 2023**
MONTEVIDEO – URUGUAY**11:00 HORAS****DESARROLLO DE LA SESIÓN****A) DISCUSIÓN Y VOTACIÓN DEL ACTA DE LA LXXXV SESIÓN ORDINARIA.****B) TOMA DE COMPROMISOS DE PARLAMENTARIOS.****C) INFORME DE LOS ASUNTOS ENTRADOS.****D) TEMA LIBRE.****E) DISCUSIÓN Y VOTACIÓN DEL ORDEN DEL DÍA.**

E.1) Propuesta de Disposición por la cual el PM se dispone excluir del seno del PM al Parlamentario Fabián Rodríguez Simón (MEP/81/2021)

- **INFORME de la Comisión de Presupuesto y Asuntos Internos por la MAYORÍA (Protocolo/114/2022)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO JORGE CEJAS**

- **INFORME de la Comisión de Presupuesto y Asuntos Internos por la MINORÍA (Protocolo/115/2022)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO HUMBERTO BENEDETTO**

E.2) Propuesta de Disposición por la cual se aprueba el Memorando de Entendimiento entre el Parlamento del MERCOSUR y el Parlamento Internacional para la Paz y la Tolerancia. (Protocolo 55/2023)

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO GUSTAVO PENADÉS**

E.3) Propuesta de Disposición que crea el Observatorio de la Inmigración del Parlamento del MERCOSUR. (MEP/102/2017)

- **INFORME de la Comisión de Ciudadanía y DDHH POR LA APROBACIÓN (Protocolo 242/2022)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO ALEJANDRO KARLEN**

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410 97.97
www.parlamentomercosur.org



Assinado eletronicamente por Sen. Nelson Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [7 de 10]



PARLAMENTO DEL MERCOSUR
MERCOSUR **SECRETARÍA PARLAMENTARIA** **MERCOSUL**

E.4) Propuesta de Disposición que aprueba el Informe Final de la Misión de Observación Electoral en las Elecciones Generales de la República Federativa del Brasil 2022. (Protocolo 83/2023)

- **INFORME** final de la Misión de Observación electoral en las elecciones generales de la República Federativa del Brasil 2022 (Protocolo 82/2023)

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO TOMÁS BITTAR**

E.5)

Anteproyecto de norma elaborado por los miembros de la Comisión de Trabajo sobre economía social y solidaria. (Protocolo 178/2022)

- **INFORME de la Comisión de Trabajo POR LA APROBACIÓN (Protocolo 275/2022)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA LILIA PUIG**

Proyecto de Norma por la cual se modifica el Art 4 del PCPM y el Art 2 del Protocolo de Ouro Preto (MEP/147/2016)

INFORME de la Comisión de Asuntos Jurídicos POR LA APROBACIÓN (MEP/247/2016)

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA LILIA PUIG**

Proyecto de norma referente a la reglamentación del procedimiento para la solicitud de opiniones consultivas al TPR por el PM y otras modificaciones. (MEP/108/2015)

INFORME de la Comisión de Asuntos Jurídicos por la aprobación (MEP/444/2017)

MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIO JORGE VANOSSI

Proyecto de Norma sobre participación del PM en el proceso de elección de los miembros del TPR". (MEP/126/2018)

- **INFORME de la Comisión de Asuntos Jurídicos por la APROBACION (MEP/276/2018)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA LILIA PUIG**

E.6) Propuesta de Declaración por la cual el PM declara repudiar enérgicamente la persecución, detención y posible extradición a EEUU del periodista Julián Assange. (MEP/252/2019)

- **INFORME de la Comisión de Ciudadanía por la aprobación de la MEP/397/2019**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA ELENA CORREGIDO**

E.7) Propuesta de Declaración por la cual el PM declara su enérgico repudio a los dichos de la periodista argentina Beatriz Sarlo sobre Islas Malvinas (MEP 148 2021)

- **INFORME de la Comisión de DDHH por la aprobación con modificaciones (MEP/233/2021)**

- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA MARINA FEMENIA**



PARLAMENTO
MERCOSURPARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaría Parlamentaria

MERCOSUL

E.8) Propuesta de Declaración de reafirmación de los términos del Estado Argentino como país abolicionista. (MEP/91/2020).

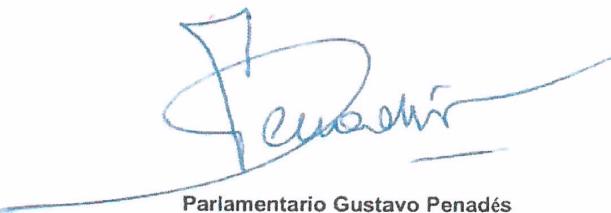
- **INFORME de la Comisión de Ciudadanía y DDHH por la aprobación (Protocolo 173/2022)**
- **MIEMBRO INFORMANTE: PARLAMENTARIA ELENA CORREGIDO**

E.9) Propuesta de declaración presentada por el parlamentario Braulio Silva Echeverría por la cual el Parlamento del Mercosur declara de interés el libro "Néstor. El hombre que cambió todo" de Jorge Devoto.


Parlamentario Gustavo Penadés

Presidente

Parlamento del MERCOSUR


Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410 97.97
www.parlamentomercosur.org



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [9 de 10]



SENADO FEDERAL
Presidência

SF/23444.69780-18 (LexEdit)

Ofício nº 0498.2023-PRESID

Brasília, 15 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Nelsinho Trad**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.079090/2023-38.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação dos Senadores **Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Humberto Costa, Marcelo Castro, Márcio Bittar, Nelsinho Trad, Rodrigo Cunha e Soraya Thronicke**, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na LXXXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, no dia **29 de maio de 2023**, nos termos do Ofício nº P/015/2023 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8294091576>

Avulso do REQ 236/2023 - CDIR [10 de 10]



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 432, DE 2023

Requer, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS Ciro Nogueira (PP/PI), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do PSD Otto Alencar (PSD/BA), Líder do PT Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

SF/20288.78617-13 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater sobre o tema "Os fertilizantes no Brasil".

JUSTIFICAÇÃO

A dependência da importação de fertilizantes minerais, ressaltada no contexto da guerra russo-ucraniana, é um dos desafios estruturais do agronegócio brasileiro. 80% do consumo brasileiro de fertilizantes são supridos pela ofertado exterior, com destaque para a venda de Rússia e Belarus, responsáveis, respectivamente, por 23% e 3% de nossas importações dos produtos em tela.

Os dois países supracitados têm sido alvo de significativas sanções econômicas das maiores economias ocidentais. Para agravar a situação, a Rússia, independentemente das referidas sanções, tem recomendado aos seus fabricantes de fertilizantes que suspendam as exportações desses produtos a determinados países, demandando garantias de efetivação das entregas e recebimento.

Diante dos desafios mencionados, algumas medidas podem ser consideradas para o agronegócio brasileiro, quais sejam:

1.



No curto prazo, demonstra-se estratégico ampliar a compra de fertilizantes minerais de outras nações produtoras, que também são parceiras comerciais importantes para o Brasil, como Estados Unidos, China e Canadá;

2.

Ainda no curto prazo, pode-se ampliar a produção de adubos orgânicos, provenientes do tratamento de esgotos e resíduos da indústria e da própria agropecuária, conquanto seu volume ainda seja bastante reduzido diante da demanda interna (a produção atual de adubos orgânicos é de apenas 1,5 milhão de toneladas anuais);

3.

No médio para o longo prazo, o Governo Federal tem apostado no recém-lançado Plano Nacional de Fertilizantes para reduzir nossa dependência externa.

A fim de aprofundar a análise das referidas medidas, que podem ser estratégicas para garantir a oferta de fertilizantes para o agronegócio brasileiro, rogamos apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de .

Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 479, DE 2023

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 71 e 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de Comissão Temporária Interna, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim se entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional – CJADMTR, instalada em 17 de março de 2022, tendo seu relatório final aprovado em 6 de setembro de 2022.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 479/2023 [1 de 4]

REQUERIMENTO N° DE 2023

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 71 e 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de Comissão Temporária Interna, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim se entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional – CJADMTR, instalada em 17 de março de 2022, tendo seu relatório final aprovado em 6 de setembro de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional – CJADMTR, foi instituída pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal nº 1, de 2022.

No desempenho de suas atribuições, conforme art. 1º, parágrafo único, do ato de criação, a comissão de juristas buscou as seguintes diretrizes:

- I - garantia dos princípios do devido processo legal, da razoável duração do processo, da eficiência, da segurança jurídica, proteção da confiança e do impulso oficial;
- II - parâmetros para a autocomposição extrajudicial com vistas à redução de litígios;
- III - parâmetros para a consolidação de teses a serem observadas pela Administração Pública;
- IV- parâmetros para submissão ao Poder Judiciário das teses fixadas na seara do contencioso administrativo e tributário;
- V - definições processuais e procedimentais que simplifiquem o contencioso administrativo e judicial tributário e favoreçam sua sistematização, padronização de ritos e unificação de entendimentos;
- VI - definições processuais e procedimentais que, na medida do possível, sejam aplicáveis ao contencioso administrativo em matéria de Direito Administrativo Direito Tributário.



A referida comissão foi instalada em 17/03/2022, tendo seu relatório final aprovado em 06/09/2022. O relatório final apresentou anteprojetos que foram apresentados como proposição legislativa pelo Presidente do Senado Federal. São eles:

- I - PL 2481/2022, que “Regula o processo e o procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública direta e indireta”;
- II - PL 2483/2022, que “Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências”;
- III - PL 2484/2022, que “Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal”;
- IV - PL 2485/2022, que “Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências”;
- V - PL 2486/2022, que “Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira”;
- VI - PL 2488/2022, que “Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências”;
- VII - PL 2489/2022, que “Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências”;
- VIII - PL 2490/2022, que “Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei n. 401, de 30 de dezembro de 1968”;
- IX - PLP 124/2022, que “Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária”; e
- X - PLP 125/2022, que “Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes”.

Reconheço e destaco o brilhante trabalho realizado pela Comissão, composta por notáveis, a exemplo da ministra do Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa, que



presidiu a Comissão, e do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas Nascimento. Contudo, é imperioso que tais iniciativas sejam examinadas e consolidadas, tanto quanto possível, para que o processo administrativo e tributário nacional seja aperfeiçoado com o vigor e a celeridade que a sociedade brasileira anseia.

Diante da importância do assunto, conclamo os nobres membros desta Casa a aprovarem o requerimento apresentado.

Sala das Sessões, em de 2023.

SENADOR RODRIGO PACHECO
PSD - MG

Avulso do RQS 479/2023 [4 de 4]



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 947/2022





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 34, DE 2023

Urgência para o PL nº 947/2022.

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 34/2023 - CAE [1 de 2]



**REQ
00034/2023**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N^º DE - CAE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 947/2022, que “altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer a interpretação a ser dada quanto aos limites de dedutibilidade do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às despesas com royalties no processo de multiplicação de sementes”.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2023.

**Senador Angelo Coronel
(PSD - BA)**

Avulso do REQ 34/2023 - CAE [2 de 2]



Projeto de Resolução nº 58/2023





SENADO FEDERAL

PARECER N° 66, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2023.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2023, que autoriza a *Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)*, a contratar operação de crédito externo, com garantia da *República Federativa do Brasil*, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Senado Federal, em 17 de maio de 2023.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

RODRIGO CUNHA

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 66, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2023.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art.
48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a
seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2023

Autoriza a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) autorizada a contratar operação de crédito externo com o New Development Bank (NDB), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Apoio ao Plano de Investimentos da Sabesp (Papis)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp);
II – credor: New Development Bank (NDB);



III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor da operação: até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: até US\$ 1.865.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: taxa de financiamento garantida durante a noite (*Secured Overnight Financing Rate – SOFR*), acrescida de margem variável;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – cronograma estimado de desembolsos: US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2023 e US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2024;

IX – cronograma estimado da contrapartida: US\$ 426.100.000,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 412.200.000,00 (quatrocentos e doze milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023 e US\$ 418.900.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024;

X – prazo total: 300 (trezentos) meses;

XI – prazo de carência: até 36 (trinta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses;

XIII – periodicidade de amortização: semestral;

XIV – sistema de amortização: constante;

XV – comissão de abertura: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor do financiamento, pago de uma vez no primeiro desembolso;

XVI – comissão de compromisso: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor não desembolsado, conforme definido no contrato de empréstimo;

XVII – juros de mora: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e dos desembolsos e contrapartidas previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos e contrapartidas em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é condicionada a que:

I – sejam cumpridas de maneira substancial as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

II – seja verificado pelo Ministério da Fazenda a adimplência do mutuário em face da União e de suas controladas;



III – o Estado de São Paulo celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas de participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, e das receitas próprias a que se refere o art. 155, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 33, DE 2023

Urgência para apreciação da MSF nº 93/2022(PRS nº 58/2023).

AUTORIA: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 33/2023 - CAE [1 de 2]



**REQ
00033/2023**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 33 DE 2023 - CAE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº _____ de _____, proveniente da MSF 93/2022, que “solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o New Development Bank - NDB”.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2023.

Comissão de Assuntos Econômicos

Avulso do REQ 33/2023 - CAE [2 de 2]



Mensagem nº 5/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 5, de 2023 - Paulino Franco de Carvalho Neto (Egito e Eritreia)

Escolha do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Matéria **MSF 5/2023**

Início Votação **17/05/2023 16:47:30**

Término Votação **17/05/2023 17:04:39**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PSB	GO	Jorge Kajuru	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO

Emissão 17/05/2023 17:04:42





Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 5, de 2023 - Paulino Franco de Carvalho Neto (Egito e Eritreia)

Escolha do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Matéria **MSF 5/2023** Início Votação **17/05/2023 16:47:30** Término Votação **17/05/2023 17:04:39**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PSD	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:46 NÃO:2 ABST.: 1 TOTAL:49

 Primeiro-Secretario

Emissão 17/05/2023 17:04:43



Mensagem nº 6/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 6, de 2023 - Ricardo Neiva Tavares (França e Mônaco)

Escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Matéria **MSF 6/2023**

Início Votação **17/05/2023 17:05:42**

Término Votação **17/05/2023 17:13:31**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO

Emissão 17/05/2023 17:13:34





**Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 6, de 2023 - Ricardo Neiva Tavares (França e Mônaco)

Escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Matéria MSF 6/2023 Início Votação 17/05/2023 17:05:42 Término Votação 17/05/2023 17:13:31

Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

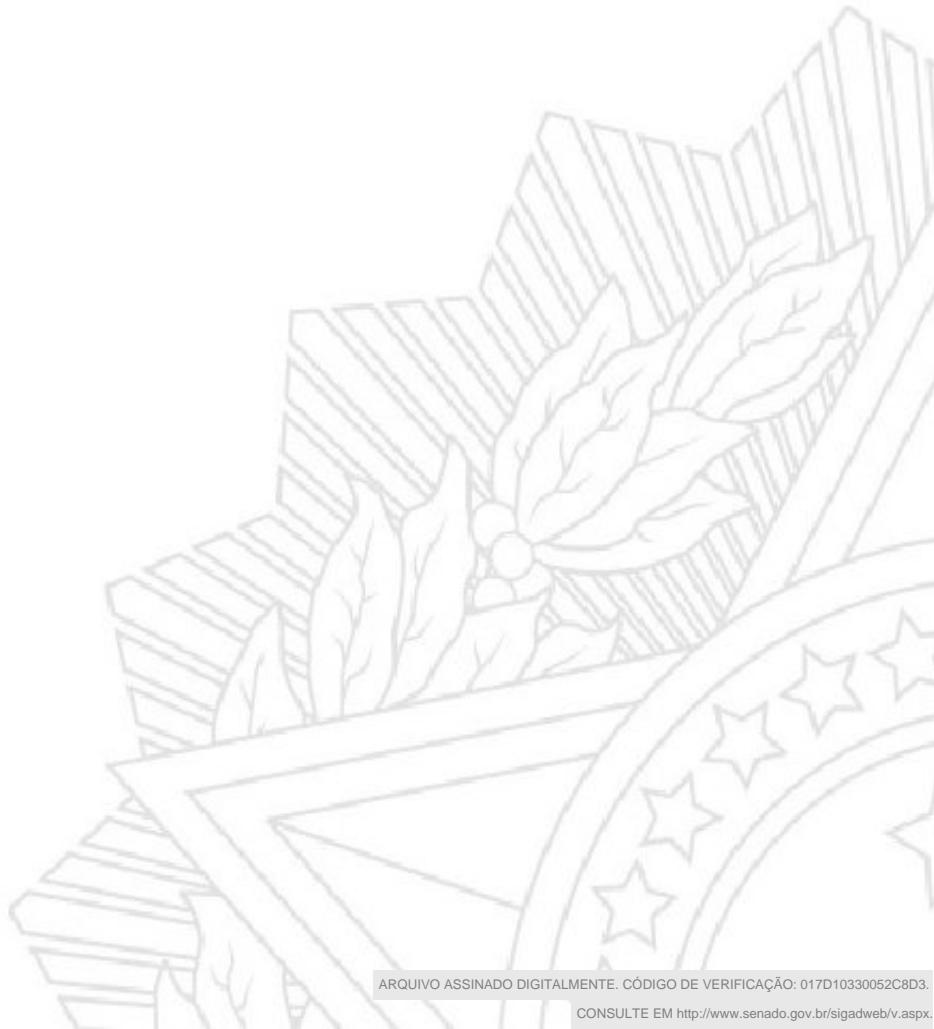
Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:40 NÃO:2 ABST.: 2 **TOTAL:44**

Primeiro-Secretario



Mensagem nº 23/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 23, de 2023 - Erick Moura de Medeiros (DNIT)

Escolha do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Matéria **MSF 23/2023**

Início Votação **17/05/2023 17:14:23**

Término Votação **17/05/2023 17:23:50**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
República	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
República	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
República	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
República	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO

Emissão 17/05/2023 17:23:54





Senado Federal

57^a Legislatura

1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 23, de 2023 - Erick Moura de Medeiros (DNIT)

Escolha do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Matéria MSF 23/2023 Início Votação 17/05/2023 17:14:23 Término Votação 17/05/2023 17:23:50
Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:46 NÃO:3 ABST.: 2 **TOTAL:51**

Primeiro-Secretario

Mensagem nº 9/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 9, de 2023 - Maria Luiza Ribeiro Viotti (EUA)

Escolha da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Matéria **MSF 9/2023** Início Votação **17/05/2023 17:25:11** Término Votação **17/05/2023 17:38:02**
 Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSB	MA	Ana Paula Lobato	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
República	DF	Damares Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
República	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO

Emissão 17/05/2023 17:38:06





Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 9, de 2023 - Maria Luiza Ribeiro Viotti (EUA)

Escolha da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Matéria **MSF 9/2023** Início Votação **17/05/2023 17:25:11** Término Votação **17/05/2023 17:38:02**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	GO	Wilder Morais	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:44 NÃO:1 ABST.: 1 TOTAL:46

 Primeiro-Secretario



Mensagem nº 7/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 7, de 2023 - Sérgio França Danese (Nações Unidas)

Escolha do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Matéria **MSF 7/2023** Início Votação **17/05/2023 17:39:03** Término Votação **17/05/2023 17:49:15**
 Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
PSD	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagatoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO

Emissão 17/05/2023 17:49:18





**Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 7, de 2023 - Sérgio França Danese (Nações Unidas)

Escolha do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Matéria MSF 7/2023 Início Votação 17/05/2023 17:39:03 Término Votação 17/05/2023 17:49:15

Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

PP MS Tereza Cristina **SECRETO**
PL PA Zequinha Marinho **SECRETO**

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:40 NÃO:2 ABST.: 1 **TOTAL:43**

Primeiro-Secretario

Emissão 17/05/2023 17:49:18



Mensagem nº 1/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 1, de 2023 - Luiz Fernando Corrêa (ABIN)

Escolha do Senhor LUIZ FERNANDO CORRÊA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Matéria **MSF 1/2023** Início Votação **17/05/2023 17:50:11** Término Votação **17/05/2023 18:05:00**
 Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
Podemos	MG	Carlos Viana	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
República	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
República	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
PT	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
República	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
PL	RJ	Romário	SECRETO

Emissão 17/05/2023 18:05:02





**Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 1, de 2023 - Luiz Fernando Corrêa (ABIN)

Escolha do Senhor LUIZ FERNANDO CORRÊA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Matéria MSF 1/2023 Início Votação 17/05/2023 17:50:11 Término Votação 17/05/2023 18:05:00
Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:43 NÃO:5 ABST.: 2

TOTAL:50

Primeiro-Secretario

Emissão 17/05/2023 18:05:02



Mensagem nº 8/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 8, de 2023 - Julio Glinternick Bitelli (Argentina)

Escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Matéria **MSF 8/2023** Início Votação **17/05/2023 18:06:11** Término Votação **17/05/2023 18:18:46**
 Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagattoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSD	SP	Mara Gabrilli	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO

Emissão 17/05/2023 18:20:36





**Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 8, de 2023 - Julio Glinternick Bitelli (Argentina)

Escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Matéria MSF 8/2023 Início Votação 17/05/2023 18:06:11 Término Votação 17/05/2023 18:18:46
Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:42 NÃO:2 ABST.: 3 **TOTAL:47**

Primeiro-Secretario

Mensagem nº 10/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 10, de 2023 - Everton Vieira Vargas (Santa Sé e Malta)

Escolha do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Matéria **MSF 10/2023**

Início Votação **17/05/2023 18:19:49**

Término Votação **17/05/2023 18:28:36**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PDT	CE	Cid Gomes	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PL	RO	Jaime Bagatoli	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PDT	DF	Leila Barros	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PP	MS	Tereza Cristina	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO

Emissão 17/05/2023 18:30:47





**Senado Federal
57^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Quórum Simples

Mensagem nº 10, de 2023 - Everton Vieira Vargas (Santa Sé e Malta)

Escolha do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Matéria **MSF 10/2023** Início Votação **17/05/2023 18:19:49** Término Votação **17/05/2023 18:28:36**

Sessão 49º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 17/05/2023 14:00:00

MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PL	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: Rodrigo Pacheco

SIM:41 NÃO:2 ABST.: 1 **TOTAL:44**

Primeiro-Secretario

Emissão 17/05/2023 18:30:47



Mensagem nº 12/2023





Senado Federal
57ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta
Quórum Simples

Mensagem nº 12, de 2023 - Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega (Índia e Butão)

Escolha do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Matéria **MSF 12/2023**

Início Votação **17/05/2023 18:29:31**

Término Votação **17/05/2023 18:50:18**

Sessão **49º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/05/2023 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
UNIÃO	AC	Alan Rick	SECRETO
PSD	BA	Angelo Coronel	SECRETO
PT	CE	Augusta Brito	SECRETO
PT	PA	Beto Faro	SECRETO
PSB	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
Republica	MG	Cleitinho	SECRETO
Republica	DF	Damares Alves	SECRETO
PP	RR	Dr. Hiran	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
NOVO	CE	Eduardo Girão	SECRETO
PP	SC	Esperidião Amin	SECRETO
MDB	PE	Fernando Dueire	SECRETO
MDB	AL	Fernando Farias	SECRETO
PSB	PR	Flávio Arns	SECRETO
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
Republica	RS	Hamilton Mourão	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SECRETO
PL	SC	Jorge Seif	SECRETO
PSD	PI	Jussara Lima	SECRETO
PP	SE	Laércio Oliveira	SECRETO
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
PSD	MT	Margareth Buzetti	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PL	RN	Rogério Marinho	SECRETO
UNIÃO	PR	Sergio Moro	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PT	PE	Teresa Leitão	SECRETO
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MA	Weverton	SECRETO
PL	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Emissão 17/05/2023 18:50:20



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 2468/2023	Altera a Lei nº 9504 de, 30 de setembro de 1997 que estabelece normas para as eleições.	CCJ/DT
PL 2502/2023	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, para restringir a propaganda de bebidas alcoólicas à parte interna dos locais de venda, impor restrições de conteúdo para as peças publicitárias e obrigar a exibição de advertências sobre a venda e o consumo de bebida alcoólica.	CTFC/CCT/CAS/DT
PL 2522/2023	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar hipóteses de não restituição de bens ao acusado de tráfico de drogas, nos casos de absolvição, extinção da punibilidade ou de nulidade do processo.	CSP/CCJ/DT
PL 2528/2023	Estabelece restrições ao alcance das medidas gerais de garantia de efetivação da tutela judicial, para vedar restrição ao direito de dirigir e de livre locomoção.	CCJ/DT
PL 2538/2023	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar a devolução ao Tesouro Nacional dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, nos casos de cassação de registro, diploma ou mandato que especifica.	CAE/CCJ/DT
PL 2555/2023	Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes	CDH/CAE/DT



	de 1º grau ou responsáveis legais.	
<u>PL 2556/2023</u>	Estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública.	CAE/CCJ/CE/DT

Prazo: 19/5/2023 a 25/5/2023



Comunicação



Ofício n.º 41/2023

Brasília, 17 de maio de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação das Vice-Líderes da Bancada Feminina

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, na qualidade de Líder da Bancada Feminina do Senado Federal, venho, respeitosamente, indicar as duas vice-líderes da bancada: 1^a vice-líder Sen. Margareth Buzetti e 2^a vice-líder Senadora Jussara Lima.

Respeitosamente,



Senadora **DANIELLA RIBEIRO**
Líder da Bancada Feminina do Senado Federal



Encaminhamento de expediente



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OFÍCIO SEI N. 367/2023/ CMB	Encaminha, conforme previsto no art. 23, §2º da Lei 13.303/2016 c/c o art. 56, inciso XXXVII do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil - CMB, as conclusões do Conselho de Administração da CMB, quanto ao atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios 2022 e do Planejamento Estratégico 2022-2026.	Casa da Moeda do Brasil – CMB	CTFC



Encaminhamento de matérias



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
<u>PEC 24/2023</u>	Acrescenta o art. 149-B à Constituição Federal, para criar a contribuição em restituição ao financiamento estudantil, espécie de tributo que poderá ser instituído por lei específica e destinada a viabilizar sistemas de financiamento com pagamentos vinculados à renda futura.	CCJ
<u>PDL 148/2023</u>	Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.505, de 28 de abril de 2023, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Rio dos Índios, localizada no Município de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul.	CMA/CCJ
<u>PDL 150/2023</u>	Susta os efeitos do item “a” da condicionante específica nº 2.6 da Licença de Operação nº 1.317/2015, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.	CMA/CCJ
<u>PRS 57/2023</u>	Institui o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia.	CRE



Mensagem do Presidente da República



MENSAGEM Nº 210

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Desporto Escolar”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.579, de 10 de maio de 2023.



Brasília, 10 de maio de 2023.



Mensagem da Presidência da República

- nº 210, de 2023, que restitui o autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei nº 5.638, de 2019 (nº 947/2015, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 14.579, de 10 de maio de 2023.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Ofício da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 116/2023/PS-GSE

Brasília, 10 de maio de 2023.

Apresentação: 10/05/2023 16:57:44 150 MESA

DOC n. 341/2023

A Sua Excelência o Senhor
 Senador ROGÉRIO CARVALHO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 400, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Institui o mês de julho como Mês Nacional do Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoco”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 14.328, de 20 de abril de 2022.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via do autógrafo sancionado do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
 Primeiro-Secretário

Recebido em 17/5/2023
 Hora: 16:45
Guiliana Soárez Amorim
 Matrícula: 302809 SLSF/SGM



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CH157156642560>

24.579 (AGO/18)



Ofício da Câmara dos Deputados

- nº 116, de 2023, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 400, de 2019, sancionado e convertido na Lei nº 14.328, de 20 de abril de 2022.

A matéria retorna ao Arquivo.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 10, DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018, que Dispõe sobre a realização de exames em gestantes.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Mara Gabrilli
RELATOR: Senador Sérgio Petecão

17 de maio de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23622.02980-64

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Weverton, que *dispõe sobre a realização de exames em gestantes*.

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 130, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, na Casa de origem), de autoria do Deputado Weverton, hoje Senador, *dispõe sobre a realização de exames em gestantes*.

A proposição assegura à gestante, na rede pública de saúde, a realização de exame de ecocardiograma fetal no pré-natal e de pelo menos dois exames de ultrassonografia transvaginal durante o primeiro quadrimestre da gestação, observada a disponibilidade financeira.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Constatada qualquer alteração que coloque em risco a viabilidade da gestação, o médico responsável deverá encaminhar a gestante para a realização do procedimento necessário.

A vigência da lei que eventualmente se originar do PLC terá início na data de sua publicação.

De acordo com o autor, a garantia de acesso a testes que permitam a identificação precoce e a correção oportuna de anormalidades no período gestacional e no início da vida significa oferecer à criança a possibilidade de ampla inserção na sociedade, de desenvolvimento pleno e de realização como ser humano.

A proposição foi arquivada ao final da legislatura passada, tendo sido desarquivada por força da aprovação do Requerimento nº 179, de 2023, do próprio autor. Agora, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pelo Plenário do Senado Federal.

A matéria recebeu uma emenda de autoria do Senador Eduardo Girão. A Emenda nº 1- CAS promove as seguintes alterações no art. 2º da proposição, que trata do encaminhamento médico de alterações, identificadas nos exames, que coloquem em risco a viabilidade da gestação: 1) suprime a palavra “viabilidade” da expressão “viabilidade da gestação”; 2) exclui o termo “deverá”, pelo qual o médico ficaria obrigado a encaminhar a gestante para realização do procedimento necessário; e 3) limita a realização do procedimento necessário, agregando o comando de fazê-lo “no sentido de preservar a vida da gestante e da criança por nascer”.

II – ANÁLISE

Compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito a proteção e defesa da saúde e a competências do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Senado Federal. Por conseguinte, a proposição sob análise, que dispõe sobre a assistência à saúde das gestantes, é conexa à temática desta comissão.

Registre-se, inicialmente, que a proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde –, que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal (CF). Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da CF) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (art. 61, da CF). Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta. O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange ao mérito, é importante lembrar que as cardiopatias congênitas são malformações na estrutura ou na função do coração, que surgem no desenvolvimento fetal. Esse grupo de anomalias é um dos que mais mata na infância.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 130 milhões de crianças no mundo têm algum tipo de cardiopatia congênita. No Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que, a cada ano, cerca de 30 mil crianças nascem com algum tipo de cardiopatia, e que 40% delas (cerca de 12 mil) necessitarão de cirurgia no primeiro ano de vida. De acordo com o caso, o bebê pode sofrer uma intervenção ainda no útero, ser submetido à cirurgia imediatamente após o nascimento ou aguardar meses ou anos para realizar o procedimento.

Outro fato que merece destaque, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), é que são identificados fatores de risco em apenas 10% das cardiopatias congênitas. Isso significa que 90% das doenças cardíacas fetais acometem a população em geral, ou seja, fetos sem nenhum fator de risco conhecido.

Por esse motivo, o rastreamento populacional dirigido – independentemente da presença de fatores de risco para cardiopatias –,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23622.02980-64

realizado por meio da observação sistemática do coração fetal, preferentemente durante a ecografia obstétrica de rotina, é a forma mais adequada para incrementar os diagnósticos de cardiopatias congênitas fetais no âmbito da atenção primária à saúde.

Nesse sentido, o diagnóstico da cardiopatia pode ser feito ainda durante a gestação, por meio do ecocardiograma fetal. Conforme o “Posicionamento sobre Indicações da Ecocardiografia em Cardiologia Fetal, Pediátrica e Cardiopatias Congênitas do Adulto – 2020”, da SBC, a ecocardiografia fetal é a principal ferramenta para o diagnóstico detalhado das patologias cardíacas, desde o final do primeiro trimestre até o termo.

A ultrassonografia transvaginal, por seu turno, é um procedimento de baixo custo, utilizado para a avaliação dos órgãos reprodutivos femininos, que produz imagens com melhor definição que o exame realizado por via abdominal, em razão de propiciar maior proximidade com esses órgãos. É um exame essencial para confirmar a gravidez, para avaliar a implantação do embrião e para calcular a idade gestacional. É também o padrão-ouro da literatura médica para a medição do colo uterino, mostrando-se confiável para a predição do parto prematuro, que é a principal causa de morbimortalidade neonatal. O método pode ser aplicado na população de alto ou de baixo risco para a prematuridade, tanto em mulheres sintomáticas como assintomáticas.

Esse exame de imagem desempenha um papel importante nas avaliações gestacionais de primeiro trimestre. Por exemplo, a sensibilidade do exame ultrassonográfico realizado por via transvaginal no diagnóstico da gravidez ectópica é elevada. Também ajuda a identificar diversas anomalias, como abortamentos espontâneos, gestações ectópicas, gestações molares, alterações de morfologia uterina e alterações na anatomia embrionária.

Com relação à Emenda nº 1 - CAS, consideramos que, a despeito da louvável intenção do autor de aclarar o texto da proposição, a emenda termina por trazer para o projeto de lei matérias que são estranhas ao seu conteúdo – tal como a aparente dicotomia entre a preservação da vida da mãe em contraposição à do feto – e que podem alterar o seu mérito.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23622.02980-64

Consequentemente, a emenda extrapola sua finalidade manifesta, que é a de conferir maior precisão ao texto. Por isso, somos contrários às modificações propostas e opinamos pela manutenção do texto original do PLC. Assim, a Emenda nº 1 - CAS não será acatada.

Por fim, consideramos o projeto de lei em análise meritório, pois, ao determinar a realização dos exames de ecocardiograma e ultrassonografia transvaginal no atendimento pré-natal da gestante nas unidades públicas de saúde, possibilitará maior acesso ao diagnóstico e tratamento, inclusive na fase intrauterina, de cardiopatias congênitas, bem como na prevenção da prematuridade e de abortamentos espontâneos.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018, e pela **rejeição** da Emenda nº 1 - CAS.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CAS, 17/05/2023 às 09h30 - 12ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

TITULARES	SUPLENTES
JAYME CAMPOS	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
GIORDANO	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE
	1. RENAN CALHEIROS
	2. ALAN RICK
	3. MARCELO CASTRO
	4. DAVI ALCOLUMBRE
	5. CARLOS VIANA
	6. WEVERTON
	7. ALESSANDRO VIEIRA
	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	PRESENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE
JUSSARA LIMA	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	PRESENTE
	1. OTTO ALENCAR
	2. NELSINHO TRAD
	3. DANIELLA RIBEIRO
	4. VANDERLAN CARDOSO
	5. TERESA LEITÃO
	6. FABIANO CONTARATO
	7. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

TITULARES	SUPLENTES
ROMÁRIO	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE
	1. ROGERIO MARINHO
	2. MAGNO MALTA
	3. JAIME BAGATTOLI

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

TITULARES	SUPLENTES
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
DR. HIRAN	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE
	1. VAGO
	2. VAGO
	3. CLEITINHO

Não Membros Presentes

AUGUSTA BRITO
EFRAIM FILHO
LUCAS BARRETO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 130/2018)

NA 12^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR SÉRGIO PETECÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 1. APROVADA A A APRESENTAÇÃO, AO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, DO REQUERIMENTO Nº 45, DE 2023-CAS, QUE REQUER URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2018.

17 de maio de 2023

Senadora MARA GABRILLI

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 11, DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018, que Dispõe sobre a realização de exames em gestantes.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Mara Gabrilli
RELATOR: Senador Sérgio Petecão

17 de maio de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23464.14856-33

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Weverton, que *dispõe sobre a realização de exames em gestantes*.

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 130, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.248, de 2016, na Casa de origem), de autoria do Deputado Weverton, hoje Senador, *dispõe sobre a realização de exames em gestantes*.

A proposição assegura à gestante, na rede pública de saúde, a realização de exame de ecocardiograma fetal no pré-natal e de pelo menos dois exames de ultrassonografia transvaginal durante o primeiro quadrimestre da gestação, observada a disponibilidade financeira.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Constatada qualquer alteração que coloque em risco a viabilidade da gestação, o médico responsável deverá encaminhar a gestante para a realização do procedimento necessário.

A vigência da lei que eventualmente se originar do PLC terá início na data de sua publicação.

De acordo com o autor, a garantia de acesso a testes que permitam a identificação precoce e a correção oportuna de anormalidades no período gestacional e no início da vida significa oferecer à criança a possibilidade de ampla inserção na sociedade, de desenvolvimento pleno e de realização como ser humano.

A proposição foi arquivada ao final da legislatura passada, tendo sido desarquivada por força da aprovação do Requerimento nº 179, de 2023, do próprio autor. Agora, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pelo Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito a proteção e defesa da saúde e a competências do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Por conseguinte, a proposição sob análise, que dispõe sobre a assistência à saúde das gestantes, é conexa à temática desta comissão.

No que tange ao mérito, é importante lembrar que as cardiopatias congênitas são malformações na estrutura ou na função do coração, que surgem no desenvolvimento fetal. Esse grupo de anomalias é um dos que mais mata na infância.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 130 milhões de crianças no mundo têm algum tipo de cardiopatia congênita. No Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que, a cada ano, cerca de 30 mil crianças nascem com algum tipo de cardiopatia, e que 40% delas (cerca de 12 mil) necessitarão de cirurgia no primeiro ano de vida. De acordo com o caso, o bebê pode sofrer uma intervenção ainda no útero, ser submetido à cirurgia imediatamente após o nascimento ou aguardar meses ou anos para realizar o procedimento.

Outro fato que merece destaque, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), é que são identificados fatores de risco em apenas 10% das cardiopatias congênitas. Isso significa que 90% das doenças cardíacas fetais acometem a população em geral, ou seja, fetos sem nenhum fator de risco conhecido.

Por esse motivo, o rastreamento populacional dirigido – independentemente da presença de fatores de risco para cardiopatias –, realizado por meio da observação sistemática do coração fetal, preferentemente durante a ecografia obstétrica de rotina, é a forma mais adequada para incrementar os diagnósticos de cardiopatias congênitas fetais no âmbito da atenção primária à saúde.

Nesse sentido, o diagnóstico de cardiopatia congênita pode ser feito ainda durante a gestação, por meio do ecocardiograma fetal. Conforme o “Posicionamento sobre Indicações da Ecocardiografia em Cardiologia Fetal, Pediátrica e Cardiopatias Congênitas do Adulto – 2020”, da SBC, a ecocardiografia fetal é a principal ferramenta para o diagnóstico detalhado das patologias cardíacas, desde o final do primeiro trimestre até o termo.

A ultrassonografia transvaginal, por seu turno, é um procedimento de baixo custo, utilizado para a avaliação dos órgãos reprodutivos femininos, que produz imagens com melhor definição que o exame realizado por via abdominal, em razão de propiciar maior proximidade com esses órgãos. É um exame essencial para confirmar a gravidez, para avaliar a implantação do embrião e para calcular a idade gestacional. É também o padrão-ouro da literatura médica para a medição do





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

colo uterino, mostrando-se confiável para a predição do parto prematuro, que é a principal causa de morbimortalidade neonatal. O método pode ser aplicado na população de alto ou de baixo risco para a prematuridade, tanto em mulheres sintomáticas como assintomáticas.

Esse exame de imagem desempenha um papel importante nas avaliações gestacionais de primeiro trimestre. Por exemplo, a sensibilidade do exame ultrassonográfico realizado por via transvaginal no diagnóstico da gravidez ectópica é elevada. Também ajuda a fazer o diagnóstico de diversas anomalias, como abortamentos espontâneos, gestações ectópicas, gestações molares, alterações de morfologia uterina e alterações na anatomia embrionária.

Assim, o projeto de lei em análise é meritório, pois, ao determinar a realização dos exames de ecocardiograma e ultrassonografia transvaginal no atendimento pré-natal da gestante nas unidades públicas de saúde, possibilitará maior acesso ao diagnóstico e tratamento, inclusive na fase intrauterina, de cardiopatias congênitas, bem como na prevenção da prematuridade e de abortamentos espontâneos.

Registre-se, por fim, que a proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde –, que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal (CF). Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da CF) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (art. 61, da CF). Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta. O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa, e à regimentalidade.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23464.14856-33

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 130/2018)

NA 12^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR SÉRGIO PETECÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO E CONTRÁRIO À EMENDA Nº 1.

17 de maio de 2023

Senadora MARA GABRILLI

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 4438, de 2020, que Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a obrigatoriedade de o condomínio comunicar às autoridades competentes a ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros

RELATOR: Senador Jorge Kajuru

17 de maio de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23745.60780-23

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 4.438, de 2020, do Deputado Fred Costa, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a obrigatoriedade de o condomínio comunicar às autoridades competentes a ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns.*

Relator: Senador **JORGE KAJURU****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PL) nº 4.438, de 2020, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a obrigatoriedade de o condomínio comunicar às autoridades competentes a ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns.*

O PL é de autoria do Deputado Federal Fred Costa e tem três artigos.

O art. 1º estabelece seu objetivo, que é alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a obrigatoriedade de o condomínio comunicar às autoridades competentes a ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns.

O art. 2º altera o art. 1.348 do Código Civil, que prevê as competências do síndico do condomínio, para incluir entre suas obrigações: comunicar às autoridades competentes, em até 24 (vinte e quatro) horas, a prática de maus-tratos a animais de que tenha conhecimento, nas unidades autônomas ou nas áreas comuns (inciso X); e divulgar nas áreas comuns do



condomínio a obrigatoriedade dessa comunicação (inciso XI). O PL acrescenta ainda parágrafo a esse artigo para que a ausência de comunicação, pelo síndico ou administrador, de maus-tratos a animais sujeite o condomínio às penalidades previstas no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais – LCA) – capítulo que trata das infrações administrativas e das respectivas sanções.

Na justificação do projeto, seu autor informa que:

a conscientização da sociedade sobre a importância de notificar as autoridades competentes quando houver indícios de ocorrência de maus-tratos ainda precisa evoluir bastante no Brasil. Pesquisa realizada pelo Ibope, em 2019, revelou que 92% dos entrevistados já presenciaram atos de maus-tratos a animais. Entre os principais maus-tratos presenciados, a pesquisa destaca animais passando fome (50%), passando sede (42%) e sendo agredidos (38%). No entanto, apenas 31% das pessoas afirmam ter doado alimentos e 17% assumem ter realizado alguma denúncia sobre maus-tratos.

A proposição foi distribuída ao exame da CMA e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

II – ANÁLISE

O art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CMA para opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente defesa da fauna.

O PL é meritório e fundamenta-se nas regras constitucionais que vedam a crueldade contra os animais, nos termos do art. 225, § 1º, inciso VII. Baseia-se ainda nas regras do art. 32 da Lei de Crimes Ambientais que tipificam os crimes contra a fauna decorrentes de prática de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Em 2020, alteração na LCA incluiu dispositivo para prever que, quando o animal se tratar de cão ou gato, a pena para essas condutas será de reclusão, de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda (art. 32, § 1º-A).

O Estado de São Paulo já legislou sobre a matéria por meio da Lei nº 17.477, de 16 de dezembro de 2021, que obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais. As



denúncias podem ser realizadas em delegacias da Polícia Civil e também por intermédio da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), pela internet.

Alguns dos principais casos de maus-tratos contra animais incluem falta de alimentação, de higiene e de cuidados na guarda, espancamento, envenenamento e até mesmo zoofilia. Defensores de direitos dos animais alegam que muitas vezes os condomínios se omitem em denunciar esses casos, para não expor moradores e para evitar conflitos na vizinhança.

Em anos mais recentes, ganha destaque a Teoria do Elo, que aponta forte correlação entre a violência contra animais e a violência doméstica: um mesmo agressor agiria de forma violenta contra animais e pessoas, principalmente pessoas mais vulneráveis, como mulheres e crianças. Portanto, sistemas que possibilitem mecanismos de denúncia de casos de crueldade contra animais poderiam atuar também no controle e prevenção da violência doméstica.

Sobre aspectos jurídicos associados à alteração do Código Civil, deixamos à análise da CCJ, comissão que detém competência regimental específica sobre o assunto.

Portanto, sob a ótica da prevenção da crueldade contra animais, o projeto é meritório e inova o ordenamento jurídico no que respeita às normas gerais ambientais – conforme determina o art. 24, § 1º da Constituição Federal – deixando aos Estados e ao Distrito Federal o detalhamento de regras sobre a matéria.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.438, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente



4 5

, Relator

SF/23745.60780-23





Relatório de Registro de Presença
CMA, 17/05/2023 às 09h - 10ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

TITULARES	SUPLENTES
MARCIO BITTAR	1. CARLOS VIANA
JAYME CAMPOS	2. PLÍNIO VALÉRIO
CONFÚCIO MOURA	3. VENEZIANO VITAL DO RÉGO
GIORDANO	4. ALESSANDRO VIEIRA
MARCOS DO VAL	5. CID GOMES
LEILA BARROS	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
MARGARETH BUZZETTI	1. VANDERLAN CARDOSO
ELIZIANE GAMA	2. NELSINHO TRAD
DR. SAMUEL ARAÚJO	3. OTTO ALENCAR
JAQUES WAGNER	4. BETO FARO
FABIANO CONTARATO	5. TERESA LEITÃO
JORGE KAJURU	6. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

TITULARES	SUPLENTES
ROGERIO MARINHO	1. WELLINGTON FAGUNDES
ZEQUINHA MARINHO	2. JORGE SEIF
JAIME BAGATTOLI	3. CARLOS PORTINHO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

TITULARES	SUPLENTES
TEREZA CRISTINA	1. LUIS CARLOS HEINZE
DAMARES ALVES	2. MECIAS DE JESUS

Não Membros Presentes

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO
(PL 4438/2020)

**APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA
COMISSÃO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI N° 4438 DE 2020.**

17 de maio de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 3, DE 2023

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1818, de 2022, que Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

17 de maio de 2023



PARECER N° , DE 2023

SF/23408.16513-10

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 1.818, de 2022 (Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, na origem), da Presidência da República, que *institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; e altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.*

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Sob exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 1.818, de 2022 (PL nº 11.276, de 2018, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF); e altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.*

O projeto em exame possui 52 artigos e seus capítulos serão brevemente descritos a seguir.

O Capítulo I traça disposições gerais, propósito do projeto e definições de termos; o Capítulo II descreve princípios e diretrizes; o Capítulo III cuida dos objetivos da Política; o Capítulo IV dispõe sobre a governança interinstitucional para o manejo integrado do fogo; o Capítulo V aborda os instrumentos para o manejo integrado do fogo; o Capítulo VI disciplina o uso do fogo; o Capítulo VII trata do manejo integrado do fogo em áreas protegidas; o Capítulo VIII se dedica à substituição gradativa do uso do fogo no meio rural; o Capítulo IX discorre sobre a responsabilização pelo uso irregular do fogo; e o Capítulo X traz as disposições finais. Privilegiando a concisão, descrevemos a seguir apenas os artigos mais importantes.



O art. 1º estabelece que a PNMIF tem como objetivo disciplinar e promover a articulação interinstitucional relativa: i) ao manejo integrado do fogo; ii) à redução da incidência e dos danos dos incêndios florestais no território nacional; e iii) ao reconhecimento do papel ecológico do fogo nos ecossistemas e ao respeito aos saberes e práticas de uso tradicional do fogo. A Política será implementada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios, pela sociedade civil e pelas entidades privadas em regime de cooperação e em articulação entre si, na forma do parágrafo único.

O art. 2º traz definições de termos importantes utilizados no PL.

O art. 6º cria o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (CNMIF), como instância interinstitucional de caráter consultivo e deliberativo da PNMIF, constituído por representantes da sociedade civil (pelo menos um terço da composição) e do poder público de todos os níveis, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com diversas competências, destacando-se: i) apreciar o relatório anual sobre os incêndios florestais no território nacional; ii) propor mecanismos de coordenação para detecção e controle dos incêndios florestais; e iii) propor instrumentos de análise de impactos dos incêndios e do manejo integrado do fogo sobre a mudança no uso da terra, a conservação dos ecossistemas, a saúde pública, a flora, a fauna e a mudança do clima.

O art. 7º dispõe que os Estados e o Distrito Federal poderão instituir instâncias interinstitucionais de manejo integrado do fogo com a atribuição de propor diretrizes sobre o controle de queimadas e a prevenção e o combate aos incêndios florestais, bem como articularem-se com o CNMIF, com a participação preferencial dos órgãos estaduais e distritais de meio ambiente e de proteção e defesa civil e das instituições estaduais e distritais de resposta aos incêndios florestais, incluído o Corpo de Bombeiros Militar dos Estados e do Distrito Federal.

O art. 8º e seguintes listam e detalham os instrumentos da PNMIF, que são: planos de manejo integrado do fogo; programas de brigadas florestais; Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (SISFOGO); instrumentos financeiros; ferramentas de gerenciamento de incidentes, padronizada em âmbito nacional; Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal (CIMAN Federal); e educação ambiental.

O art. 30 disciplina o uso do fogo. Seu § 1º dispõe que as queimas prescritas realizadas pelos órgãos da administração pública



responsáveis pela gestão de áreas com vegetação, nativa ou plantada, não dependem da aprovação dos órgãos ambientais competentes. Contudo, conforme § 2º do mesmo artigo, quando realizadas por pessoas físicas e jurídicas privadas devem constar de planos de manejo integrado do fogo e obter a referida aprovação. O § 4º proíbe o uso do fogo como método de supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, salvo a queima controlada de resíduos de vegetação.

O art. 31 define requisitos para solicitação de autorização de queima controlada. O art. 33 estabelece que independe de autorização o uso tradicional e adaptativo do fogo em práticas culturais e de subsistência exercidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, outras comunidades tradicionais e agricultores familiares, observados os procedimentos definidos no dispositivo.

O art. 37 estatui que a autorização de queima controlada ou de queima prescrita poderá ser suspensa ou cancelada nas hipóteses de: risco de morte, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis; interesse da segurança pública; qualidade do ar inadequada; entre outros.

O art. 44 determina que a PNMIF incentivará a substituição gradativa do uso do fogo a partir da identificação e da promoção de tecnologias alternativas.

O art. 46 dispõe que o descumprimento das atividades estabelecidas nos planos de manejo integrado do fogo que resultar em incêndios florestais e causar prejuízos ambientais, socioculturais ou econômicos sujeita os responsáveis às penalidades previstas nos arts. 14 e 15 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), e na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Nas disposições finais, o art. 47 institui o tamanduá-bandeira como símbolo nacional das ações de manejo integrado do fogo em sua versão de mascote com o nome fantasia “Labareda”; o art. 51 altera o art. 41 da Lei de Crimes Ambientais para ampliar o tipo penal do crime de incêndio, abarcando a queima de qualquer tipo de vegetação; e o art. 52 firma como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar de sua aprovação.

Segundo a Exposição de Motivos, a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo tem como objetivo principal



promover a articulação interinstitucional com vistas ao manejo integrado do fogo, incluindo ações de substituição gradativa do uso do fogo no meio rural, de uso adequado de queimas prescritas e queimas controladas, e de prevenção e de combate aos incêndios florestais, visando à redução da incidência e dos danos dos incêndios florestais no país e a restauração do papel ecológico e cultural do fogo.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e, no Senado Federal, despachado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e à CMA. Na CRA, a proposição foi aprovada sem alterações.

Não foram apresentadas emendas à proposição em análise.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I, III e IV do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias relativas à proteção do meio ambiente, à conservação da natureza, à preservação, conservação e manejo de florestas e da biodiversidade e à conservação e gerenciamento do uso do solo.

Com relação ao mérito, o controle dos incêndios florestais pressupõe a adoção de medidas preventivas e reativas, para minimizar os potenciais danos causados a vidas humanas, fauna, flora, ecossistemas, patrimônio privado, entre outros. A problemática dos incêndios, que em 2020 impactaram gravemente o bioma Pantanal, não é exclusividade do Brasil, e mesmo em regiões desenvolvidas e bem estruturadas como Califórnia, Portugal e Austrália, o fogo periodicamente tem provocado impactos desastrosos ao meio ambiente, à vida e ao patrimônio das pessoas.

Na prevenção, são necessários esforços no treinamento de brigadas de incêndio públicas e privadas para combate à propagação de incêndios florestais, formação de mosaicos de aceiros para evitar o agravamento de queimadas, elaboração de planos de manejo integrado do fogo, e conscientização de produtores rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas quanto à importância do manejo integrado do fogo e suas técnicas.

O controle é de fato a atuação desse contingente preparado para combater a propagação das chamas sobre a vegetação nativa, bem como a responsabilização daqueles que deram causa ao incêndio florestal.



Paralelamente, deve-se investigar se o incêndio foi criminoso. A autoria é de difícil identificação, pois muitas vezes o incêndio ocorre em regiões remotas, onde há pouca ou nenhuma presença do Estado, ou é praticado em propriedades de terceiros.

Desse modo, o PL nº 1.818, de 2022, é bastante completo, trazendo objetivos, diretrizes e definições. Cria uma instância nacional de coordenação, traz instrumentos de gestão, respeita o uso tradicional do fogo e disciplina seu uso correto. Enfim, tem todos os méritos. A nosso ver, pode contribuir para o desenvolvimento do Brasil no combate aos incêndios florestais, bem como mitigar os impactos de desastres ambientais decorrentes desses eventos.

A única ressalva ao projeto é a necessidade de atualizar o nome do MMA no art. 6º, pois agora é denominado Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio de uma emenda de redação.

Em decorrência dessas considerações, nosso entendimento é no sentido de que a proposição fortalecerá a legislação ambiental do País e, sendo assim, deve ser aprovada.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovacão** do Projeto de Lei nº 1.818, de 2022, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao *caput* do art. 6º do Projeto de Lei nº 1.818, de 2022, a seguinte redação:

“**Art. 6º** Fica instituído o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, como instância interinstitucional de caráter consultivo e deliberativo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com as seguintes atribuições.”

.....”



6 7

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CMA, 17/05/2023 às 09h - 10ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

TITULARES	SUPLENTES
MARCIO BITTAR	1. CARLOS VIANA
JAYME CAMPOS	2. PLÍNIO VALÉRIO
CONFÚCIO MOURA	3. VENEZIANO VITAL DO RÉGO
GIORDANO	4. ALESSANDRO VIEIRA
MARCOS DO VAL	5. CID GOMES
LEILA BARROS	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
MARGARETH BUZZETTI	1. VANDERLAN CARDOSO
ELIZIANE GAMA	2. NELSINHO TRAD
DR. SAMUEL ARAÚJO	3. OTTO ALENCAR
JAQUES WAGNER	4. BETO FARO
FABIANO CONTARATO	5. TERESA LEITÃO
JORGE KAJURU	6. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

TITULARES	SUPLENTES
ROGERIO MARINHO	1. WELLINGTON FAGUNDES
ZEQUINHA MARINHO	2. JORGE SEIF
JAIME BAGATTOLI	3. CARLOS PORTINHO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

TITULARES	SUPLENTES
TEREZA CRISTINA	1. LUIS CARLOS HEINZE
DAMARES ALVES	2. MECIAS DE JESUS

Não Membros Presentes

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1818/2022)

APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI N° 1818 DE 2022 COM A EMENDA Nº 1-CMA (REDAÇÃO).

17 de maio de 2023

Senadora LEILA BARROS

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



PROJETO DE LEI N° 1.818, DE 2022

Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Prazo: de 19/5/2023 a 25/5/2023.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2645, DE 2023

Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2645/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI N° , DE 2022

SF/22465-38706-75

Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para estabelecer medidas destinadas a evitar a ocorrência de desastres em áreas de risco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º A Regularização Fundiária Urbana (Reurb) abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, de defesa civil e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais consolidados ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

.....” (NR)

“Art. 39.....

§ 1º Na hipótese do *caput* deste artigo, a Reurb compreenderá a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

.....
§ 3º São vedadas, até que sejam implantadas as medidas de que trata o § 1º:

I – a implantação de infraestrutura urbana e comunitária;

II – a conexão, permanente ou temporária, dos domicílios existentes às redes de distribuição de água e energia elétrica;

III – a tolerância a ligações clandestinas às redes de distribuição de água e de energia elétrica; e

IV – a remoção da cobertura vegetal e a realização de obras de escavação ou edificação sem licenciamento urbanístico e ambiental.



Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6757499361>

Avulso do PL 2645/2023 [2 de 5]



§ 4º As infrações ao disposto no § 3º deste artigo estarão sujeitas a embargo de obra, interdição de atividades e demolição de edificações e instalações, que serão realizadas independentemente de autorização judicial.

§ 5º No caso de que trata o inciso IV do § 3º deste artigo, o infrator será penalizado com multa de R\$ 10.000,00, e ressarcimento em dobro das despesas realizadas para a eliminação do risco.

§ 6º Não serão adquiridos por usucapião ou legitimação fundiária os imóveis situados em áreas de risco.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8º**.....

Parágrafo único. O mapa das áreas de risco e os laudos técnicos que o fundamentam serão disponibilizados na internet e encaminhados semestralmente ao Ministério P\xfablico Estadual.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As recorrentes tragédias decorrentes da ocupação de áreas de risco estão a exigir providências imediatas do Poder P\xfablico.

Na condição de Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar “in loco” a situação do município de Petrópolis-RJ (CTEPETR), pude constatar a necessidade de dotar os munic\xedpios de instrumentos aptos a coibir os comportamentos que criam ou ampliam a vulnerabilidade das áreas de risco.

Entre estes, destacam-se as escavações não autorizadas na base das encostas, assim como a implantação de redes de distribuição de água e energia elétrica nos assentamentos informais, antes que as medidas de eliminação, correção ou administração de riscos tenham sido adotadas.

Nesse sentido, a presente proposição inclui essas medidas de defesa civil no âmbito da regularização fundiária (REURB), ao mesmo tempo em que autoriza o município a adotar sanções de embargo, interdição ou demolição independentemente de autorização judicial, viabilizando, assim,



SF/22465-38706-75

uma atuação firme e imediata, no momento em que o assentamento ainda não se encontra consolidado. Além disso, estabelece o ressarcimento pelo responsável das despesas incorridas pelo Poder Público para a eliminação do risco criado ou agravado pelo empreendimento.

Visando desestimular a ocupação dessas áreas, veda, ainda, a usucapião e a legitimação fundiária de imóveis nelas situados.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação desse projeto, que contribuirá para salvar inúmeras vidas e para evitar a repetição de tragédias como as ocorridas recorrentemente em Petrópolis.

SF/22465-38706-75

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ

Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6757499361>

Avulso do PL 2645/2023 [4 de 5]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012 - LEI-12608-2012-04-10 - 12608/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12608>
- Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017 - LEI-13465-2017-07-11 - 13465/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13465>

Avulso do PL 2645/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2646, DE 2023

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2646/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2022

SF222857-96805-79

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

“Art. 62-A. Mediante convenção ou acordo coletivo, será concedida, sem prejuízo do salário, jornada de trabalho especial ao empregado que tenha filho, enteado, adotado ou criança sob guarda judicial, que tenham deficiência, quando comprovada, por meio de perícia médica, a necessidade de assistência direta em horários coincidentes com o de trabalho, independentemente de sua compensação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta, ao assegurar ao trabalhador o direito de prestar uma maior assistência a familiar com deficiência, é decorrente do princípio da proteção constitucional à entidade familiar, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da proteção à vida.

É igualmente fundamental para a boa recuperação da saúde dos entes queridos, manutenção do equilíbrio familiar e bem-estar do trabalhador,



Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3663577460>

Avulso do PL 2646/2023 [2 de 4]



que deve ter a tranquilidade para dar o suporte necessário aos seus, quando necessitados de assistência.

Não há dúvida que o presente projeto de lei pode estar a transferir para o empregador mais um ônus. Não ignoramos o peso dos encargos trabalhistas nas empresas brasileiras. Estamos entre os países que mais oneram as empresas.

Por isso, propostas como a que estamos apresentando podem prejudicar o esforço que se faz hoje no sentido de desonerar as empresas, a fim de que possam oferecer seus produtos e serviços com mais competitividade e, ao mesmo tempo, proporcionar mais postos de trabalho.

SF/22857.96805-79

Nesse sentido, estamos propondo que a jornada especial de trabalho que se pretende conceder ao empregado que tenha filho, enteado, adotado ou criança sob guarda judicial que tenham deficiência seja tratada no âmbito das negociações coletivas entre empregadores e empregados, respeitando-se, assim, responsabilidade social das empresas e suas reais disponibilidades.

A presença dessa garantia resultante de convenções e acordos coletivos de trabalho tende a se tornar referência e se difundir nos processos de negociação coletiva e, por isso, devem ser estimuladas pela nossa legislação trabalhista.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação de medida de tão grande relevância social.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
CLT - 5452/43
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

Avulso do PL 2646/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2647, DE 2023

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir expressamente as pessoas com Síndrome de Down como beneficiárias da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o seu art. 1º.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2647/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI N° , DE 2022

SF/23610-162/1-53

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir expressamente as pessoas com Síndrome de Down como beneficiárias da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o seu art. 1º.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VI – pessoas com Síndrome de Down, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

.....

§ 3º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, os automóveis de passageiros a que se refere o *caput* serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores.

.....

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que tratam os incisos IV e VI do *caput* deste artigo.

§ 7º Nas hipóteses previstas nos incisos IV e VI do *caput* deste artigo, a aquisição com isenção somente se aplica a veículo novo cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).” (NR)

“Art. 2º



Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3831360414>

Avulso do PL 2647/2023 [2 de 5]

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas nos incisos IV e VI do *caput* do art. 1º desta Lei, o prazo de que trata o *caput* deste artigo fica ampliado para 3 (três) anos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos foi uma conquista das pessoas com deficiência que se provou de extrema utilidade para aumentar a acessibilidade e a inserção desse público na sociedade. A intenção do presente projeto é de tornar expressa a previsão de concessão do benefício às pessoas com Síndrome de Down.

Até recentemente, antes da alteração do § 1º do art. 1º e do acréscimo do § 1º-A ao mesmo dispositivo da Lei de regência, a concessão do benefício pela Receita Federal vinha sendo feita normalmente, fundamentada no inciso IV do art. 1º do referido diploma legal. Após a entrada em vigor da Lei nº 14.287, de 31 de dezembro de 2021, que estendeu a possibilidade de isenção às pessoas com deficiência visual e introduziu novas alterações, outros critérios passaram a ser adotados pela Administração Tributária, o que causou embaraços a contribuintes anteriormente contemplados, e lhes causa indignação e sentimento de injustiça.

A inclusão expressa das pessoas com Síndrome de Down visa a impedir a dubiedade de interpretação da nova redação dada pela Lei nº 14.287, de 2021, que fundamenta as decisões incoerentes proferidas pela Receita Federal acerca da matéria.

Tendo em vista que as pessoas com Síndrome de Down já eram contempladas anteriormente e que o projeto promove mera correção de interpretação sobre a matéria, não consideramos que a alteração pretendida promova perdas reais de arrecadação, razão pela qual não se faz necessária a adoção de cautelas referentes à responsabilidade fiscal.

Dessa forma, rogamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da matéria, que consideramos de suma importância para a correção de uma significativa impropriedade da legislação vigente.

SF/23610-162/1-53



Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO PL/RJ

SF/23610.1621-53

Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3831360414>

Avulso do PL 2647/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis - 8989/95

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;8989>

- art1

- art2

- Lei nº 14.287, de 31 de Dezembro de 2021 - LEI-14287-2021-12-31 - 14287/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14287>

Avulso do PL 2647/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2648, DE 2023

Dispõe sobre a formação de cadastro da pessoa com deficiência junto às organizadoras de concurso público, de forma a se dispensar a reiterada comprovação da deficiência permanente.

AUTORIA: Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2648/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

SF/23061.73153-67

Dispõe sobre a formação de cadastro da pessoa com deficiência junto às organizadoras de concurso público, de forma a se dispensar a reiterada comprovação da deficiência permanente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a formação de cadastro da pessoa com deficiência junto às organizadoras de concurso público, de forma a se dispensar a reiterada comprovação da deficiência permanente.

Art. 2º O art. 38 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.

§ 1º A entidade realizadora de processo seletivo público para provimento de vagas no serviço público formará cadastro com as pessoas com deficiência previamente inscritas e para as quais a deficiência de caráter permanente tenha sido comprovada.

§ 2º A pessoa com deficiência com registro no cadastro previsto no § 1º fica dispensada de apresentar novamente comprovação da deficiência perante a mesma entidade realizadora, mesmo que para novo processo seletivo.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Podemos afirmar que, sem sombra de dúvida, a pessoa com deficiência tem dificuldades majoradas em razão de imposições pouco razoáveis que a sociedade cria.



Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7160527483>

Avulso do PL 2648/2023 [2 de 4]

Não falamos apenas das dificuldades para se locomover em transporte público, para circular em logradouros ou para fazer valer seus direitos. Falamos, sim, de formalidades e burocracias sem sentido.

Vamos pensar no caso dos concursos públicos. A pessoa com deficiência que deseja tornar-se servidora pública é submetida a repetidos esforços burocráticos para os quais gostaríamos de chamar atenção.

A cada inscrição em novo concurso público, mesmo que organizado por banca na qual o candidato com deficiência já tem cadastro, é necessário novo envio de documentos que comprovem a existência da deficiência. E só não dizemos que são os mesmos documentos já antes enviados porque é imposta a necessidade de que o laudo que comprove a deficiência seja de emissão recente.

Ora, mas se a deficiência é permanente, por que razão a pessoa com deficiência tem de, reiteradamente, comprová-la junto à mesma banca organizadora? E por que existe a necessidade de sempre se emitir novo laudo que comprove uma deficiência que, afinal, é permanente?

Assim, o que temos a propor com este projeto de lei é que cada banca organizadora de concurso público forme internamente um cadastro daqueles candidatos com deficiência já antes inscritos em algum concurso e que tenham tido sua deficiência reconhecida pela banca. Assim, se a deficiência for permanente, o candidato fica dispensado de comprovar sua deficiência a cada novo concurso. Evita-se, assim, submetê-lo a um desnecessário e injustificado processo burocrático, garantindo o respeito à sua dignidade e assegurando mais tempo de preparo para as provas do concurso.

Contamos com o apoio dos Pares para este projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
Senado da República- Partido Liberal/RJ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art38

Avulso do PL 2648/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2649, DE 2023

Dispõe sobre o direito do uso do nome social na rede de serviços de saúde pública e privada.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2649/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/23051.78916-78

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Dispõe sobre o direito do uso do nome social na rede de serviços de saúde pública e privada.

Art. 1º É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde pública e privada, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Art. 2º É garantida na rede de serviços de saúde pública e privada a identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência.

§ 1º Os órgãos responsáveis pela gestão dos sistemas de saúde devem adotar as medidas necessárias para garantir a atualização e o uso do nome social nos prontuários, fichas, cadastros, cartões de identificação e demais documentos relacionados ao atendimento de saúde.

§ 2º O uso do nome social de pessoas trans não deve ser condicionado à realização de cirurgia de redesignação sexual, tratamentos hormonais ou qualquer outro procedimento médico.

§ 3º Os profissionais de saúde devem ser capacitados para o respeito à identidade de gênero e ao uso do nome social, garantindo um atendimento livre de discriminação e preconceito.

Art. 3º O descumprimento das disposições desta lei sujeitará os responsáveis a sanções administrativas, sem prejuízo das penalidades previstas em outras legislações vigentes.

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal - Anexo II - Ala Afonso Arinos - Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8386492375>

Avulso do PL 2649/2023 [2 de 3]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/23051.78916-78

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O respeito à identidade de gênero é um princípio fundamental para a promoção da igualdade e do respeito à diversidade. As travestis e outras pessoas trans enfrentam inúmeras barreiras no acesso aos serviços de saúde devido à falta de reconhecimento e respeito à sua identidade de gênero. Logo, o uso do nome social nos sistemas de saúde público e privado é uma medida essencial para garantir o pleno exercício do direito à saúde por parte dessas pessoas.

Nesse sentido, este projeto de lei tem como objetivo assegurar o uso do nome social nos sistemas de saúde público e privado, visando promover a dignidade, o respeito e a inclusão das travestis e outras pessoas trans no acesso aos serviços de saúde. Ao permitir que essas pessoas sejam identificadas pelo nome social nos prontuários, fichas, cadastros e demais documentos relacionados ao atendimento de saúde, busca-se eliminar constrangimentos, discriminação e preconceito que possam ocorrer durante o atendimento.

Por fim, ao garantir o respeito à identidade de gênero, estaremos contribuindo para um atendimento de saúde mais justo, igualitário e humano. Ante o exposto, conclamamos os nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA

Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8

CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira



Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8386492375>

Avulso do PL 2649/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 2650, DE 2023

Altera a Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, para permitir o registro de dupla maternidade ou paternidades, além de produzir dados sobre o nascimento de crianças intersexos.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2650/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/23162.27094-07

PROJETO DE LEI N° _____, DE 2023

Altera a Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, para permitir o registro de dupla maternidade ou paternidades, além de produzir dados sobre o nascimento de crianças intersexos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....
V - nome e prenome, naturalidade, profissão, endereço de residência da mãe ou pessoa parturiente e sua idade na ocasião do parto;

VI - nome e prenome do pai ou do(a) outro(a) ascendente; e

.....
§ 6º É obrigatório garantir na declaração o direito de escolha dos ascendentes sobre a forma de preenchimento dos dados dos incisos V e VI.

§ 7º A Declaração de Nascido Vivo deverá conter campo para que seja informado se a criança nascida é intersex, independentemente da decisão de preenchimento do campo sexo como ignorado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1384424992>

Avulso do PL 2650/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas décadas, o Direito de Família brasileiro tem se alterado para reconhecer os direitos das pessoas LGBTQIA+. Dois grandes marcos dessas mudanças são o reconhecimento, em 2011, pelo STF, da constitucionalidade das uniões estáveis entre pessoas de mesmo gênero o Brasil e, posteriormente, em 2013, a publicação da Resolução 175, que impidiu os cartórios de recusar o registro de casamento entre pessoas de mesmo gênero.

Desse modo, atualmente inexiste qualquer diferença jurídica entre casais compostos por pessoas de mesmo gênero e de gêneros distintos, o que tem motivado o crescimento de registros de novas uniões e casamentos. Segundo a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, em média, são realizadas 7.600 celebrações entre pessoas do mesmo gênero, por ano, no país, resultando em 76.430 casamentos de pessoas de mesmo gênero celebrados até abril de 2023.

O avanço em relação às uniões estáveis e casamentos tem como consequência necessária mudanças na legislação relativa à filiação, uma vez que passa a ser mais comum crianças com dupla paternidade ou dupla maternidade. Todavia, algumas legislações ainda não foram adequadas a essa realidade, gerando obstáculos ao registro de dupla maternidade ou paternidade, como é o caso da Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012, que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo - DNV e regula sua expedição.

A Declaração de Nascido Vivo (DNV) é o documento oficial que informa sobre o nascimento de toda pessoa, sem o qual é impossível o registro da criança. Infelizmente, até o presente momento a Lei obriga que a DNV possua campos distintos para “mãe” e “pai”, impedindo que se cadastrem dois pais ou duas mães. Essa configuração tem gerado problemas concretos na vida de diversas pessoas, como relatou à revista Marie Claire, o casal Marcela Tiboni e Melanie:

“A segunda batalha foi ainda dentro do mesmo hospital. Eu estava segurando um dos meus filhos, com apenas dois dias de vida, e um rapaz entrou no quarto em que estávamos internadas, ele precisava preencher a DNV (Declaração de Nascido Vivo, documento oficial do Ministério da Saúde) dos bebês e nos perguntou quem era a mãe e o pai deles. Dissemos que só haviam mães, duas, e nenhum pai. Ele então nos disse que o documento já vinha pronto do Ministério da Saúde e que ele não poderia rasurar, portanto uma de nós duas teria de escolher quem seria o “pai” dos



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1384424992>

Avulso do PL 2650/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/23162.27094-07

nosso filhos. Obviamente nenhuma das duas. Lá estávamos nós, ao invés de recebendo flores e sorrisos, tirando nossas espadas e escudos para mais uma batalha. E mesmo com muito diálogo, com consulta a advogados e amigos, não conseguimos. O primeiro documento oficial do Governo Federal que atesta que meus filhos nasceram vivos, consta apenas a Melanie como mãe dos nossos filhos. Perdemos.”

O presente projeto busca corrigir esse obstáculo, ao determinar que haja a opção de preenchimento dos dados da mãe ou pessoa parturiente e do pai ou do(a) outro(a) ascendente. A alteração da DNV ainda busca harmonizar os vários documentos oficiais de registro de pessoas em nosso país. A Certidão de Nascimento, em sua versão atual, já possui o campo filiação sem distinção quanto à ascendência paterna ou materna, permitindo o registro de duplas parentalidades e maternidades. Assim, a alteração promovida por este Projeto de Lei corrige esse conflito.

Além disso, o Projeto de Lei ainda cria um campo que permite a produção de dados sobre o nascimento de crianças intersexo, independentemente da opção de preenchimento do campo sexo como ignorado.

Atualmente, a DNV já permite que o campo sexo seja preenchido como ignorado no caso de nascimento de crianças intersexo, caso assim opte a família. Todavia, essa opção é pouco utilizada seja por desconhecimento das famílias, das equipes médicas ou por medo de que possa gerar discriminações na criança, dificultando, assim, a produção de dados sobre a população intersexo no Brasil. Ao criar um campo independente permitimos que se conheça a real proporção de nascimentos de crianças intersexo em nosso país e estimulamos a elaboração de políticas públicas fundamentadas em evidências para essa população.

Diante da relevância da proposta ora apresentada, temos convicção de contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



Gabinete do Senador Alessandro Vieira | Senado Federal – Anexo II – Ala Afonso Arinos – Gabinete 8
CEP 70165-900 | Brasília-DF | Telefone: +55 (61) 3303-9011 / 3303-9014

Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1384424992>

Avulso do PL 2650/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>
- Lei nº 12.662, de 5 de Junho de 2012 - LEI-12662-2012-06-05 - 12662/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12662>

Avulso do PL 2650/2023 [5 de 5]



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 115, DE 2023

Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



Avulso do PLP 115/2023 [1 de 5]



Minuta

SF/23494.72727-51

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° , DE 2023

Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos, compete:

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III – ao Estado ou ao Distrito Federal onde domiciliado o donatário no Brasil, ainda que o bem esteja localizado ou licenciado em outra unidade da Federação ou no exterior, se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, ressalvado o disposto no inciso I do *caput* deste artigo;

IV – ao Estado ou ao Distrito Federal onde domiciliado o herdeiro ou legatário no Brasil, ainda que o bem esteja localizado ou licenciado em outra unidade da Federação ou no exterior, se o *de cuius* teve o seu inventário processado no exterior, ressalvado o disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. Na hipótese de os beneficiários, a que se referem os incisos III e IV do *caput* deste artigo, de um mesmo bem possuírem domicílio em diferentes unidades da Federação, o imposto será devido proporcionalmente aos Estados e ao Distrito Federal envolvidos.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Inácio Seixas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6706318016>

Avulso do PLP 115/2023 [2 de 5]



JUSTIFICAÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, há um vácuo legislativo injustificável relativo ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD). Não há norma que regule a incidência do tributo se o doador tiver domicílio ou residência no exterior ou se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior. Este projeto visa a suprir a lacuna legal e assegurar a competência arrecadatória dos entes federados.

Há situações relativas ao tributo estadual em que o constituinte entendeu por bem não definir, mas reservar o assunto à lei complementar. Nesse sentido, cabe a esse tipo normativo definir a qual unidade competirá o ITCD nos casos envolvendo doador no exterior e processamento do inventário fora do País.

Apesar da inexistência da lei complementar, os Estados e o DF têm normatizado o assunto em suas leis internas, o que gerou conflito de competência na medida em que, geralmente, as unidades federadas regularam a matéria definindo que cabe a elas próprias o imposto.

Não por outro motivo, o Supremo Tribunal Federal (STF) já invalidou normas do Estados de Alagoas (Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 6.828) e de São Paulo (ADI nº 6.830) que disciplinavam a cobrança do ITCD nas doações e heranças instituídas no exterior. Nesses julgados, a Suprema Corte reafirmou o entendimento no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 851.108 (Tema nº 825 da repercussão geral), de que é vedado aos estados e ao DF instituir o ITCD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo.

Em decorrência da relevância do assunto para o equilíbrio federativo, para a diminuição dos litígios judiciais envolvendo o tributo e para dar efetividade à arrecadação estadual, é necessário e urgente disciplinar a matéria.

Propomos, a exemplo do que foi previsto no bem elaborado Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2017 – Complementar, que foi arquivado no final da legislatura anterior, que a competência para cobrar o tributo seja do Estado de domicílio do beneficiário, ainda que o bem (exceto imóveis) esteja licenciado em outra unidade federada. Caso haja mais de um beneficiário, o imposto será repartido proporcionalmente entre as unidades envolvidas.



mv2023-03881
Assinado eletronicamente por Sen. Inácio Soif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6706318016>

Avulso do PLP 115/2023 [3 de 5]



Certo da importância da matéria para a harmonia federativa e para o equilíbrio das contas públicas de Estados e do DF, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF



mv2023-03881
Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6706318016>

Avulso do PLP 115/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art155_par1_inc3

Avulso do PLP 115/2023 [5 de 5]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 481, DE 2023

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 98/2023.

AUTORIA: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Styvenson Valentin (PODEMOS/RN), Senador Zequinha Marinho (PL/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 481/2023 [1 de 3]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/23521.06770-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 98/2023, que “susta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º e o art. 10 do Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023, e os §§ 13 a 17 do art. 6º do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que regulamentam dispositivos do marco legal do saneamento básico”.

JUSTIFICAÇÃO

O Marco Legal do Saneamento Básico é um instrumento legal histórico, por ser uma política pública essencial para a população brasileira. A falta de saneamento básico afeta não somente a saúde da população, mas também, a sua dignidade.

O Marco Legal foi amplamente discutido pelo Congresso Nacional, o texto da lei conseguiu conciliar diversos interesses, bem como, diversos pontos de vista a respeito do setor.

Não é crível que o Governo Federal, por meio de um decreto, desfaça tudo aquilo que o Congresso construiu com muito diálogo. Não é admissível que o Governo Federal execute um verdadeiro retrocesso e deixe as pessoas conveivendo com esgoto.

Nesse sentido, dada a importância da matéria, apresentamos esse Requerimento de Urgência para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 98/2023 seja apreciado e aprovado com a celeridade que o tema exige.



Assinado eletronicamente por Sen. Marcio Bittar e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8223194739>

Avulso do RQS 481/2023 [2 de 3]



Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 98/2023, que “susta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º e o art. 10 do Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023, e os §§ 13 a 17 do art. 6º do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que regulamentam dispositivos do marco legal do saneamento básico”.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2023.

Senador Marcio Bittar
(UNIÃO - AC)

SF/23521.06770-00 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Marcio Bittar e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8223194739>

Avulso do RQS 481/2023 [3 de 3]



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 017D10330052C8D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 483, DE 2023

Requer a tramitação conjunta do PRS 4/2023 com o PRS 27/2023.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 483/2023 [1 de 2]



**REQUERIMENTO N° DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PRS 4/2023 com o PRS 27/2023, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2023.

**Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)**



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7089056720>

Avulso do RQS 483/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 484, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do PDL 43/2022.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 484/2023 [1 de 2]





REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PDL 43/2022, que “susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala”.

JUSTIFICAÇÃO

Retirada de tramitação do PDL 43/2022, uma vez que, o Decreto já foi revogado tornando assim matéria prejudicada.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2023.

**Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)**



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2503783853>

Avulso do RQS 484/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 485, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do PDL 42/2022.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 485/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PDL 42/2022, que “susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nº 10.965 e 10.966, de 11 de fevereiro de 2022”.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2023.

**Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)**



Assinado eletronicamente por Sen. Fabiano Contarato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4937257101>

Avulso do RQS 485/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 486, DE 2023

Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra/ES, ocorrido no último dia 13, bem como a apresentação de condolências a sua família, seu filho Eduardo Dalla Bernardina, Procurador no município de Cariacica/ES, sua nora Rubia Dalla Bernardina e sua neta Maria Eduarda dos Anjos Dalla Bernardina, de 4 anos.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 486/2023 [1 de 4]





SF/23794.69925-75 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra/ES, ocorrido no último dia 13, bem como a apresentação de condolências a sua família, seu filho Eduardo Dalla Bernardino, Procurador no município de Cariacica/ES, sua nora Rubia Dalla Bernardino e sua neta Maria Eduarda dos Anjos Dalla Bernardino, de 4 anos.

JUSTIFICAÇÃO

É com pesar que recebemos a notícia, no último dia 13, do falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra, no estado do Espírito Santo.

Dra. Gladys era a magistrada mais antiga a atuar na Vara da Infância e Juventude, sendo titular na referida vara por 22 anos. Antes disso, foi juíza em várias comarcas do Estado, dentre elas Linhares, Jaguaré, Aracruz, Mimoso do Sul, Vitória e Serra. Em Vitória, foi uma das primeiras Juízas do Juizado Especial Criminal, criado pela lei 9099/95 e da Justiça Volante; época em que o juiz ainda ficava dentro das Kombis atendendo os acidentes de carro nas ruas de Vitória. Foi reconhecida nacionalmente por duas vezes, por meio do Prêmio Innovare:

- Em 2005, O SIAC foi inscrito no Innovare pela juíza Gladys Henriques Pinheiro. O sistema nasceu da necessidade de desenvolver uma base informatizada contendo dados com o mapeamento de controle dos menores em situação de



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4713788517>

Avulso do RQS 486/2023 [2 de 4]



abrigos. Entre as metas, identificar o número exato e a situação em que se encontravam todas as crianças e adolescentes institucionalizados (ampliando as chances de adoção por família substituta); e prevenção de crimes com o mapeamento de áreas "críticas". Na época, a iniciativa contou com o trabalho voluntário de servidores com habilidade para criação do sistema informatizado. A ideia originada em 2000, foi homenageada pelo Prêmio Innovare em 2005 e substituída pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), criado em 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- Em 2012, recebeu menção honrosa do Prêmio Innovare com o projeto "Adoção Tardia. Uma história possível".

Em 2017, Gladys Pinheiro foi pioneira, uma das primeiras do Brasil no projeto "Depoimento Sem Dano". Ele versa sobre crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência que narram o que presenciaram com proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, em ambiente especial e longe do acusado, por meio de gravação em sistema de vídeo conferência na audiência. Hoje o Projeto Depoimento sem Dano, atualmente denominado de escuta especial, é regulamentado e exigido em todo o Brasil por meio de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda em 2017, por meio do ATO Nº 316/2018, recebeu da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo a premiação anual de reconhecimento de produtividade e de boa gestão judicial intitulada "Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto Gonçalves".

Por exercer importante papel na efetivação de políticas públicas em prol das crianças e adolescentes, em 2018 após meu convite, foi designada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo para acompanhar os trabalhos das audiências públicas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Magistrados de Crianças e Adolescentes, realizada pelo Senado Federal na sede do



Assinado eletronicamente por Sen. Mauro Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4713788517>

Avulso do RQS 486/2023 [3 de 4]



Ministério Público do Espírito Santo, em Vitória/ES - desempenhando com dedicação, competência e comprometimento importante contribuição com a justiça e proteção das nossas crianças e adolescentes.

A Juíza Gladys também atuou como Juíza Eleitoral, tendo conduzido com competência, dedicação e imparcialidade as últimas duas eleições no município da Serra, a municipal, em 2020, e a estadual/federal, em 2022. A propósito, sua atuação nesses processos eleitorais foi fundamental para garantir a tão necessária e exigida lisura e transparência dos pleitos, o que contribuiu para o fortalecimento da democracia.

Ressalta-se que ela perdeu o pai com 17 anos e desde então trabalhou para sustentar a sua família, composta pela sua mãe, do lar, e dois irmãos menores. Exerceu cargos na polícia civil, tribunal de justiça, tendo sido escrevente concursada por muitos anos, até conseguir êxito no concurso de Juiz de Direito, para o qual muito estudo e se dedicou, abdicando do tempo à família. Perdeu o pai precocemente, mas deu um pai e uma mãe para muitas crianças em todo o Estado. Além disso, colaborou na organização de Projetos Sociais que começaram atendendo a 40 crianças e hoje atendem a mais de 700.

Trata-se de uma grande perda para mim, para o estado do Espírito Santo, para seus familiares e amigos, a quem registro os meus sinceros sentimentos.

Que Deus possa confortar todos os corações.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2023.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4713788517>

Avulso do RQS 486/2023 [4 de 4]



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 29
PSD-16 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo.	PSD / RO
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 29
MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3
PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	UNIÃO / AL

Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13
PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO
Zequinha Marinho.	PL / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10
PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	29
Bloco Parlamentar Democracia.	29
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 29 <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45)</p> <p>Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Alessandro Vieira (48)</p>	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 29 <p>Líder Eliziane Gama - PSD (29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7)</p> <p>Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40)</p> <p>Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13 <p>Líder Wellington Fagundes - PL (15)</p> <p>Vice-Líder Zequinha Marinho (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorge Seif (46)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p>
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10 <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p>	Governo <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40)</p> <p>Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)</p>	Oposição <p>Líder Rogerio Marinho - PL (16)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>
Minoria <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p>	 Maioria <p>Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p>	Bancada Feminina <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).



10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
47. Em 28.04.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 86/2023-BLVANG).
48. Em 10.05.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. 38/2023-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)

Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (5)

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (7)

Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretárias-Adjuntas:** Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	1. 2. 3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	1. 2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,8)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2)	6. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,5,8)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2,8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) (1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. VAGO (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1.
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Terças-feiras 12 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,5,11)	3. VAGO (5,10,11)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (3)	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (8)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPREP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
1.	

Notas:

1. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
7. Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP).
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)

Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	
----------------------------------	--

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

